



Editoração Casa Civil

CEARÁ

DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO

Fortaleza, 30 de dezembro de 2024 | SÉRIE 3 | ANO XVI Nº246 | Caderno 1/25 | Preço: R\$ 23,00

PODER EXECUTIVO

LEI N°19.154, de 23 de dezembro de 2024.

ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO ESTADO PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2025.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO CEARÁ. Faço saber que a Assembleia Legislativa decretou e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1.º Esta Lei estima a receita do Estado para o exercício financeiro de 2025 no montante de R\$ 41.909.747.177,00 (quarenta e um bilhões, novecentos e nove milhões, setecentos e quarenta e sete mil, cento e setenta e sete reais) e fixa a despesa em igual valor, compreendendo, nos termos do art. 165, § 5.º, da Constituição Federal, art. 203, § 5.º, da Constituição Estadual e da Lei n.º 18.973, de 5 de agosto de 2024, Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2025:

I – o Orçamento Fiscal, referente aos Poderes do Estado, do Ministério Público e da Defensoria Pública, seus fundos, órgãos e entidades da Administração Pública Estadual direta e indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, e estatais dependentes;

II – o Orçamento da Seguridade Social, abrangendo todas as entidades e os órgãos a ele vinculados, da Administração Pública Estadual direta e indireta, bem como os fundos e fundações instituídos e mantidos pelo Poder Público;

III – o Orçamento de Investimentos das Empresas Estatais controladas não dependentes em que o Estado, direta ou indiretamente, detém a maioria do capital social com direito a voto.

CAPÍTULO II

DOS ORÇAMENTOS FISCAIS, DA SEGURIDADE SOCIAL E DE INVESTIMENTOS DAS EMPRESAS

Seção I

Da Estimativa da Receita

Art. 2.º A Receita total estimada nos Orçamentos Fiscal e da Seguridade e no Orçamento de Investimento das Empresas Estatais controladas não dependentes está distribuída por fontes de Origem na forma do Anexo I desta lei, atendendo ao que dispõe a Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964.

Seção II

Da Fixação da Despesa

Art. 3.º A Despesa Orçamentária no mesmo valor da Receita Orçamentária, é fixada em R\$ 41.909.747.177,00 (quarenta e um bilhões, novecentos e nove milhões, setecentos e quarenta e sete mil, cento e setenta e sete reais), na forma dos Anexos II, III e IV desta Lei, e com o seguinte desdobramento:

I – no Orçamento Fiscal, em R\$ 27.535.604.551,00 (vinte e sete bilhões, quinhentos e trinta e cinco milhões, seiscentos e quatro mil, quinhentos e cinquenta e um reais);

II – no Orçamento da Seguridade Social, em R\$ 13.684.262.303,00 (treze bilhões seiscentos e oitenta e quatro milhões, duzentos e sessenta e dois mil, trezentos e três reais); e

III – no Orçamento de Investimentos das Empresas Estatais controladas não dependentes, em R\$ 689.880.323,00 (seiscentos e oitenta e nove milhões oitocentos e oitenta mil trezentos e vinte e três reais).

Art. 4.º O Demonstrativo consolidado da Receita e Despesa segundo as Categorias Econômicas está apresentado no Anexo V desta Lei.

Seção III

Da Autorização para a Abertura de Créditos Suplementares

Art. 5.º O Poder Executivo poderá, mediante decreto, transpor, remanejar, transferir ou utilizar, total ou parcialmente, as dotações orçamentárias aprovadas na Lei Orçamentária de 2025 e em seus créditos adicionais, em decorrência da extinção, transformação, transferência, incorporação ou do desmembramento de órgãos e entidades, bem como de alterações de suas competências ou atribuições e, ainda, em casos de complementariedade ou similaridade, mantida a estrutura programática, expressa por categoria de programação, inclusive os títulos, os descritores, as metas e os objetivos, com o respectivo detalhamento por esfera orçamentária e grupo de natureza da despesa, assim como os atributos dos programas vigentes no PPA 2024-2027.

Parágrafo único. Na transposição, na transferência ou no remanejamento de que trata o caput deste artigo, poderá haver ajuste na classificação funcional, na fonte de recursos, na identificação do exercício, na modalidade de aplicação, no elemento de despesa, no Identificador de Resultado Primário – RP e no identificador de uso, desde que justificadas pela unidade orçamentária detentora do crédito.

Art. 6.º A inclusão ou alteração de categoria econômica e grupo de despesa em projeto, atividade ou operação especial, constantes da Lei Orçamentária e de seus créditos adicionais, será feita mediante abertura de crédito adicional suplementar, por Decreto do Poder Executivo.

Art. 7.º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir créditos suplementares, até o limite de 20% (vinte por cento) do total da despesa fixada nesta Lei, com a finalidade de atender insuficiências nas dotações orçamentárias consignadas aos grupos de despesas de cada categoria de programação, com recursos provenientes de:

I – anulação de dotações orçamentárias;

II – excesso de arrecadação, nos termos do art. 43, §§ 1.º, inciso II, 3.º e 4.º, da Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964;

III – superávit financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício de 2024, nos termos do art. 43, § 1.º, inciso I, e § 2.º, da Lei n.º 4.320, de 1964;

IV – produto de operações de crédito autorizadas, em forma que juridicamente possibilite ao Poder Executivo realizá-las, nos termos do art. 43, § 1.º, inciso IV, da Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964;

V – reserva de contingência, observado o disposto no art. 5.º, inciso III, da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Parágrafo Único. Não são computados no limite estabelecido no caput deste artigo:

I – as suplementações de dotações orçamentárias destinadas à execução de recursos decorrentes de Operações de Crédito Internas e Externas e de Convênios;

II – a abertura de créditos suplementares, a fim de ajustar os orçamentos de órgãos reestruturados, ou quando houver alterações de competências, em conformidade com o previsto no inciso III do § 1.º do art. 43 da Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964, até o montante dos saldos das dotações orçamentárias dos respectivos órgãos;

III – as suplementações de dotações orçamentárias para atendimento de despesas com juros e encargos da dívida e amortização da dívida pública estadual, mediante a utilização de recursos provenientes da anulação de dotações consignadas nesta Lei, da reserva de contingência, do produto de operações de crédito autorizadas, do excesso de arrecadação do Tesouro Estadual e de superávit financeiro apurado no balanço patrimonial de 2024;

IV – as suplementações de dotações orçamentárias para atendimento das despesas de pessoal e encargos sociais, inclusive as decorrentes da revisão geral anual de remuneração dos servidores públicos estaduais e dos militares prevista no art. 37, inciso X, da Constituição Federal e no art. 75 da Lei n.º 18.973, de 5 de agosto de 2024, Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2025, com recursos provenientes da anulação de dotações consignadas nesta Lei, do excesso de arrecadação do Tesouro Estadual, do produto de operações de crédito autorizadas, da reserva de contingência e de superávit financeiro apurado no balanço patrimonial de 2024;

V – as suplementações de dotações orçamentárias financiadas com recursos de precatórios do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino



Governador	Secretaria da Infraestrutura
ELMANO DE FREITAS DA COSTA	HÉLIO WINSTON BARRETO LEITÃO
Vice-Governadora	Secretaria da Igualdade Racial
JADE AFONSO ROMERO	MARIA ZELMA DE ARAÚJO MADEIRA
Casa Civil	Secretaria da Juventude
FRANCISCO DAS CHAGAS CIPRIANO VIEIRA	ADELITTA MONTEIRO NUNES
Procuradoria Geral do Estado	Secretaria do Meio Ambiente e Mudança do Clima
RAFAEL MACHADO MORAES	VILMA MARIA FREIRE DOS ANJOS
Controladoria e Ouvidoria-Geral do Estado	Secretaria das Mulheres
ALOISIO BARBOSA DE CARVALHO NETO	LILIANE DA SILVEIRA ARAÚJO, RESPONDENDO
Secretaria de Administração Penitenciária e Ressocialização	Secretaria da Pesca e Aquicultura
LUIS MAURO ALBUQUERQUE ARAÚJO	ORIEL GUIMARÃES NUNES FILHO
Secretaria da Articulação Política	Secretaria da Proteção Animal
WALDEMAR CATANHO DE SENA JÚNIOR	DAVID ANDRADE RATTACASO, RESPONDENDO
Secretaria das Cidades	Secretaria do Planejamento e Gestão
JOSÉ JÁCOME CARNEIRO ALBUQUERQUE	ALEXANDRE SOBREIRA CIA LDINI
Secretaria da Ciência, Tecnologia e Educação Superior	Secretaria dos Povos Indígenas
SANDRA MARIA NUNES MONTEIRO	JULIANA ALVES
Secretaria da Cultura	Secretaria da Proteção Social
LUISA CELA DE ARRUDA COELHO	JADE AFONSO ROMERO
Secretaria do Desenvolvimento Agrário	Secretaria dos Recursos Hídricos
MOISÉS BRAZ RICARDO	RAMON FLÁVIO GOMES RODRIGUES, RESPONDENDO
Secretaria do Desenvolvimento Econômico	Secretaria das Relações Internacionais
JOÃO SALMITO FILHO	ROSEANE OLIVEIRA DE MEDEIROS
Secretaria da Diversidade	Secretaria da Saúde
MITCHELL BENEVIDES MEIRA	TÂNIA MARA SILVA COELHO
Secretaria dos Direitos Humanos	Secretaria da Segurança Pública e Defesa Social
MARIA DO PERPÉTUO SOCORRO FRANÇA PINTO	ANTÔNIO ROBERTO CESÁRIO DE SÁ
Secretaria da Educação	Secretaria do Trabalho
ELIANA NUNES ESTRELA	VLADYSON DA SILVA VIANA
Secretaria do Esporte	Secretaria do Turismo
ROGÉRIO NOGUEIRA PINHEIRO	YRWANA ALBUQUERQUE GUERRA
Secretaria da Fazenda	Controladoria Geral de Disciplina dos Órgãos de Segurança Pública e Sistema Penitenciário
FABRIZIO GOMES SANTOS	RODRIGO BONA CARNEIRO



Fundamental e de Valorização do Magistério – Fundef, decorrentes de recursos extraordinários de decisão judicial;

VI – as suplementações de dotações orçamentárias financiadas com recursos decorrentes do Superávit Financeiro do Exercício Anterior, de qualquer fonte.

CAPÍTULO III

DA AUTORIZAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO

Art. 8.º Em cumprimento ao disposto no art. 32, § 1.º, inciso I, da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, Lei de Responsabilidade Fiscal, fica autorizada a contratação das operações de crédito incluídas nesta Lei, nos termos do art. 81 da Lei nº 18.973, de 5 de agosto de 2024, Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2025, sem prejuízo do que estabelece o art. 52, inciso V, da Constituição Federal, no que se refere às operações de crédito externas.

CAPÍTULO IV

DA INTEGRAÇÃO COM O PLANO PLURIANUAL

Art. 9.º A Lei Orçamentária Anual é elaborada seguindo a estrutura programática, a regionalização, os objetivos específicos e as entregas definidas no Plano Pluriannual – PPA 2024 - 2027.

§ 1.º Os recursos constantes da peça orçamentária para 2025 apresentam a regionalização em 15 (quinze) regiões de planejamento, sendo 14 (quatorze) dimensões regionais e 1 (uma) que representa a totalidade do Estado do Ceará, conforme adotado no PPA 2024-2027.

§ 2.º A relação de objetivos específicos dos Programas, com seus desdobramentos em ações orçamentárias, consta em Demonstrativo específico do Volume I desta Lei e as alterações dessas vinculações poderão ser realizadas por meio de decretos de créditos adicionais.

§ 3.º Os orçamentos anuais, bem como suas alterações por créditos adicionais, atualizarão os valores orçamentários dos programas para o período de 2024 a 2027.

CAPÍTULO V

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 10. Acompanham esta Lei, nos termos do art. 7.º da Lei nº 18.973, de 5 de agosto de 2024, Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2025, os seguintes volumes anexos:

I – Volume I: quadros orçamentários consolidados, definidos no Anexo IV da LDO-2025;

II – Volume II: demonstrativo dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social e de Investimento das Empresas Estatais controladas não dependentes em que o Estado, direta ou indiretamente, detenha maioria do capital social com direito a voto, por órgãos e entidades da Administração Pública.

Art. 11. Esta Lei entra em vigor a partir de 1.º de janeiro de 2025.

PALÁCIO DA ABOLIÇÃO, DO GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza, 23 de dezembro de 2024.

Elmano de Freitas da Costa
GOVERNADOR DO ESTADO

ANEXO I - DEMONSTRATIVO DA RECEITA POR ESFERA SEGUNDO A ORIGEM DE RECURSOS

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	ORÇAMENTO FISCAL E SEGURIDADE	ORÇAMENTO DE INVESTIMENTOS	TOTAL
	RECEITA DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA	RECEITAS DE EMPRESAS ESTATAIS NÃO DEPENDENTES	
RECEITAS CORRENTES	37.739.232.093,00	260.456.521,00	37.999.688.614,00
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	26.455.644.189,00	-	26.455.644.189,00
Receita de Contribuição	1.835.338.084,00	-	1.835.338.084,00
Receita Patrimonial	816.172.919,00	-	816.172.919,00
Receita de Serviços/Agropecuárias	609.727.968,00	260.456.521,00	870.184.489,00
Transferências Correntes	19.399.631.076,00	-	19.399.631.076,00
Outras Receitas Correntes	870.562.431,00	-	870.562.431,00
Dedução das Transferências Constitucionais aos Municípios	(6.122.894.022,00)	-	(6.122.894.022,00)
Dedução da Receita Corrente p/ formação do FUNDEB	(6.124.950.552,00)	-	(6.124.950.552,00)
RECEITAS DE CAPITAL	3.480.634.761,00	429.423.802,00	3.910.058.563,00
Operações de Crédito	2.446.260.857,00	402.928.388,00	2.849.189.245,00
Alienação de Bens	70.722.911,00	-	70.722.911,00
Amortização de Empréstimos	50.000.000,00	-	50.000.000,00
Transferências de Capital	913.650.993,00	26.495.414,00	940.146.407,00
TOTAL DA RECEITA	41.219.866.854,00	689.880.323,00	41.909.747.177,00
RECEITA INTRAORÇAMENTÁRIA	3.089.055.799,00	-	3.089.055.799,00

ANEXO II - DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR ESFERA SEGUNDO A NATUREZA

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	ORÇAMENTO FISCAL E SEGURIDADE	ORÇAMENTO DE INVESTIMENTOS	TOTAL
	DESPESA DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA	DESPESAS DE EMPRESAS ESTATAIS NÃO DEPENDENTES	
DESPESAS CORRENTES	35.589.538.283,00	-	35.589.538.283,00
Pessoal e Encargos Sociais	20.685.601.485,00	-	20.685.601.485,00
Juros e Encargos da Dívida	1.022.586.058,00	-	1.022.586.058,00
Outras Despesas Correntes	13.881.350.740,00	-	13.881.350.740,00
DESPESAS DE CAPITAL	5.273.452.152,00	689.880.323,00	5.963.332.475,00
Investimentos	3.545.775.603,00	689.880.323,00	4.235.655.926,00
Inversões Financeiras	141.044.046,00	-	141.044.046,00
Amortização da Dívida	1.586.632.503,00	-	1.586.632.503,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	356.876.419,00	-	356.876.419,00
TOTAL DA DESPESA	41.219.866.854,00	689.880.323,00	41.909.747.177,00
DESPESA INTRAORÇAMENTÁRIA	3.089.055.799,00	-	3.089.055.799,00

ANEXO III - DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR FUNÇÃO

R\$ 1,00

CÓD	FUNÇÃO	VALOR
01	LEGISLATIVA	1.154.808.675,00
02	JUDICIÁRIA	2.398.302.409,00
03	ESSENCIAL À JUSTIÇA	921.760.789,00
04	ADMINISTRAÇÃO	2.141.155.643,00
06	SEGURANÇA PÚBLICA	5.087.808.388,00
07	RELACIONES EXTERIORES	290.000,00
08	ASSISTÊNCIA SOCIAL	806.954.446,00
09	PREVIDÊNCIA SOCIAL	5.615.429.123,00
10	SAÚDE	7.271.822.620,00
11	TRABALHO	131.632.044,00
12	EDUCAÇÃO	5.740.329.892,00
13	CULTURA	273.564.710,00
14	DIREITOS DA CIDADANIA	557.551.078,00
15	URBANISMO	151.394.900,00
16	HABITAÇÃO	93.734.119,00
17	SANEAMENTO	641.018.756,00
18	GESTÃO AMBIENTAL	1.030.583.566,00
19	CIÊNCIA E TECNOLOGIA	590.669.402,00
20	AGRICULTURA	754.092.333,00
21	ORGANIZAÇÃO AGRÁRIA	43.682.964,00
22	INDÚSTRIA	213.527.713,00
23	COMÉRCIO E SERVIÇOS	82.830.775,00
24	COMUNICAÇÕES	7.933.080,00
25	ENERGIA	55.142.154,00
26	TRANSPORTE	2.517.381.104,00
27	DESPORTO E LAZER	82.265.450,00
28	ENCARGOS ESPECIAIS	3.187.204.625,00
99	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	356.876.419,00
TOTAL		41.909.747.177,00



ANEXO IV - DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR ÓRGÃO/ENTIDADE

CÓD	ÓRGÃO / ENTIDADE	R\$ 1,00
01000000	ASSEMBLEIA LEGISLATIVA (AL)	841.289.093
01200001	FUNDO DE PREVIDÊNCIA PARLAMENTAR (FPP)	24.094.467
02000000	TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO (TCE)	313.519.582
04000000	TRIBUNAL DE JUSTIÇA (TJ)	1.947.322.949
04200001	FUNDO ESPECIAL DE REAPARELHAMENTO E MODERNIZAÇÃO DO PODER JUDICIÁRIO (FERMOJU)	422.895.819
04200003	FUNDO ESTADUAL DE SEGURANÇA DOS MAGISTRADOS (FUNSEG)	10.737.526
04200004	FUNDO ESPECIAL DE CUSTEIO DAS DESPESAS COM DILIGÊNCIAS DOS OFICIAIS DE JUSTIÇA (FECDIJ)	20.490.001
06000000	DEFENSORIA PÚBLICA GERAL DO ESTADO (DPGE)	265.229.628
06200001	FUNDO DE APOIO E APARELHAMENTO DA DEFENSORIA PÚBLICA GERAL DO ESTADO DO CEARÁ (FAADEP)	43.500.000
08000000	SECRETARIA DA INFRAESTRUTURA (SEINFRA)	851.647.322
08200003	DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO (DETRAN)	697.503.273
08200005	COMPANHIA DE GÁS DO CEARÁ (CEGÁS)	39.564.232
08200007	COMPANHIA CEARENSE DE TRANSPORTES METROPOLITANOS (METROFOR)	33.646.794
08200013	FUNDO DE INCENTIVO À EFICIÊNCIA ENERGÉTICA (FIEE)	7.465.046
10000000	SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL (SSPDS)	109.235.360
10100002	POLÍCIA CIVIL (PC)	862.862.454
10100003	POLÍCIA MILITAR (PM)	2.749.999.942
10100004	CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO ESTADO DO CEARÁ (CBMCE)	307.295.657
10100007	PERÍCIA FORENSE DO ESTADO DO CEARÁ (PEFOCE)	159.183.499
10100008	ACADEMIA ESTADUAL DE SEGURANÇA PÚBLICA DO CEARÁ (AESPA-CE)	27.946.960
10100009	SUPERINTENDÊNCIA DE PESQUISA E ESTRATÉGIA DE SEGURANÇA PÚBLICA DO ESTADO DO CEARÁ (SUPESP)	4.836.827
10200006	FUNDO DE SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL DO ESTADO DO CEARÁ (FSPDS)	21.221.000
10200050	FUNDO DE DEFESA CIVIL DO ESTADO DO CEARÁ (FDCC)	222.173
13000000	PROCURADORIA GERAL DO ESTADO (PGE)	99.270.922
13200001	AGÊNCIA REGULADORA DE SERVIÇOS PÚBLICOS DELEGADOS DO ESTADO DO CEARÁ (ARCE)	332.687.306
13200002	FUNDO DE MODERNIZAÇÃO E REAPARELHAMENTO DA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO (FUNPECE PG)	26.579.387
13200003	FUNDO ESTADUAL DE FORTALECIMENTO AO CONTROLE ADMINISTRATIVO (FEFCA)	2.020.000
15000000	PROCURADORIA GERAL DA JUSTIÇA (PGJ)	717.618.480
15200002	FUNDO DE DEFESA DOS DIREITOS DIFUSOS DO ESTADO DO CEARÁ (FDID)	6.900.000
15200005	FUNDO DE REAPARELHAMENTO E MODERNIZAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO CEARÁ (FRMMP/CE)	60.600.000
18000000	SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA E RESSOCIALIZAÇÃO (SAP)	795.715.331
18200004	FUNDO PENITENCIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ (FUNPEN/CE)	195.000
18200005	FUNDO ROTATIVO DO SISTEMA PENITENCIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ (EUROOPEN/CE)	2.657.608
19000000	SECRETARIA DA FAZENDA (SEFAZ)	856.479.530
19200005	COMPANHIA DE PARTICIPAÇÃO DE ATIVOS DO CEARÁ (CEARAPAR)	11.500.000
21000000	SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO (SDA)	540.079.558
21200001	EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL DO CEARÁ (EMATERCE)	148.079.807
21200003	INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO DO CEARÁ (IDACE)	44.689.921
21200006	CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DO CEARÁ S/A (CEASA)	9.866.184
21200013	FUNDO ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR (FEDAF)	1.870.000
22000000	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO (SEDUC)	4.857.196.681
24200003	ESCOLA DE SAÚDE PÚBLICA (ESP)	800.000
24200004	FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE (FUNDES)	6.913.068.121
27000000	SECRETARIA DA CULTURA (SECULT)	241.459.682
27200004	FUNDO ESTADUAL DA CULTURA (FEC)	30.235.028
29000000	SECRETARIA DOS RECURSOS HÍDRICOS (SRH)	791.436.151
29200001	SUPERINTENDÊNCIA DE OBRAS HIDRÁULICAS (SOHIDRA)	29.604.933
29200004	COMPANHIA DE GESTÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS DO CEARÁ (COGERH)	8.139.409
29200007	FUNDAÇÃO CEARENSE DE METEOROLOGIA E RECURSOS HÍDRICOS (FUNCUME)	26.150.425
30000000	CASA CIVIL (CASA CIVIL)	296.100.218
30200001	FUNDAÇÃO DE TELEDUCAÇÃO DO CEARÁ (FUNTELC)	10.611.133
30200003	EMPRESA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DO CEARÁ (ETICE)	425.271.384
31000000	SECRETARIA DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E EDUCAÇÃO SUPERIOR (SECITECE)	66.259.095
31200001	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ (FUNECE)	404.417.827
31200002	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE VALE DO ACARAÚ (UVA)	148.226.464
31200003	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DO CARIRI (URCA)	184.512.732
31200005	FUNDAÇÃO CEARENSE DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO (FUNCAP)	148.954.969
31200006	NÚCLEO DE TECNOLOGIA E QUALIDADE INDUSTRIAL DO CEARÁ (NUTEC)	19.890.920
36000000	SECRETARIA DO TURISMO (SETUR)	88.318.591
36200001	FUNDO ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO DO TURISMO DO ESTADO DO CEARÁ (FUNDETUR)	200.000
39000000	RESERVA DE CONTINGÊNCIA (RC)	25.000.000
40000000	ENCARGOS GERAIS DO ESTADO (EGE)	3.736.991.167
41000000	CONTROLADORIA E OVIDORIA GERAL DO ESTADO (CGE)	50.526.865
42000000	SECRETARIA DO ESPORTE (SESPORTE)	57.271.931
42200001	FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DO ESPORTE E JUVENTUDE (FUNDEJ)	13.500.000
43000000	SECRETARIA DAS CIDADES (SCIDADES)	368.183.622
43200002	COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTO DO CEARÁ (CAGECE)	369.985.991
43200007	SUPERINTENDÊNCIA DE OBRAS PÚBLICAS (SOP)	883.684.749
43200008	FUNDO ESTADUAL DE SANEAMENTO BÁSICO (FESB)	56.090.000
46000000	SECRETARIA DO PLANEJAMENTO E GESTÃO (SEPLAG)	189.230.574
46100003	ESCOLA DE GESTÃO PÚBLICA DO ESTADO DO CEARÁ (EGPCE)	9.081.441
46200001	INSTITUTO DE SAÚDE DOS SERVIDORES DO ESTADO DO CEARÁ (ISSEC)	28.092.306
46200003	INSTITUTO DE PESQUISA E ESTRATÉGIA ECONÔMICA DO CEARÁ (IPECE)	16.823.017
46200004	FUNDO FINANCEIRO - FUNAPREV (FUNAPREV)	3.657.831.083
46200005	FUNDO FINANCEIRO - PREVMILITAR (PREVMILITAR)	1.160.084.583
46200006	COMPANHIA DE HABITAÇÃO DO CEARÁ (COHAB)	4.853.930
46200007	FUNDO PREVIDENCIÁRIO - PREVID (PREVID)	1.084.241.729



CÓD	ÓRGÃO / ENTIDADE	R\$ 1,00
46200008	FUNDO DE ASSISTÊNCIA A SAÚDE DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DO CEARÁ (FASSEC)	346.400,00
46200009	FUNDACAO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO ESTADO DO CEARÁ (CEARAPREV)	18.064.794
47000000	SECRETARIA DA PROTEÇÃO SOCIAL (SPS)	569.428.505
47100004	SUPERINTENDÊNCIA DO SISTEMA ESTADUAL DE ATENDIMENTO SÓCIOEDUCATIVO (SEAS)	131.911.563
47200001	FUNDO ESTADUAL PARA A CRIANÇA E O ADOLESCENTE (FECA)	100.000
47200002	FUNDO ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (FEAS)	266.350.597
47200003	FUNDO ESPECIAL DO DESENVOLVIMENTO E COMERCIALIZAÇÃO DO ARTESANATO (FUNDART)	2.828.000
47200006	FUNDO MAIS INFÂNCIA CEARÁ (FEMIC)	202.173
47200007	FUNDO ESTADUAL DE POLÍTICAS SOBRE ÁLCOOL E OUTRAS DROGAS (FEPAD)	150.000
53000000	CONTROLELATORIA GERAL DE DISCIPLINA DOS ORGÃOS DE SEGURANÇA PÚBLICA E SISTEMA PENITENCIÁRIO (CGD)	14.065.750
56000000	SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO (SDE)	26.033.464
56200002	FUNDO DE DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL (FDI)	10.000.000
56200003	AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DO CEARÁ S.A. (ADECE)	62.210.000
56200005	COMPANHIA ADMINISTRADORA DA ZONA DE PROCESSAMENTO DE EXPORTAÇÃO DO CEARÁ (ZPECEARÁ)	5.320.000
56200006	AGÊNCIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA DO ESTADO DO CEARÁ (ADAGRI)	33.025.011
56200007	JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO CEARÁ (JUCEC)	14.116.000
56200008	COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DO COMPLEXO INDUSTRIAL E PORTUÁRIO DO PECÊM S.A (CIPP S.A)	149.647.713
56200011	FUNDO DE DEFESA AGROPECUÁRIA DO ESTADO DO CEARÁ (FUNDEAGRO)	180.000
56200012	INSTITUTO DE PESOS E MEDIDAS DO ESTADO DO CEARÁ (IPEM/CE)	19.864.042
57000000	SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE E MUDANÇA DO CLIMA (SEMA)	62.316.130
57200001	SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE (SEMACE)	72.344.470
57200003	FUNDO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE (FEMA)	1.050.000
58000000	ASSESSORIA ESPECIAL DA VICE-GOVERNADORIA (VICEGOV)	11.389.410
59000000	SECRETARIA DO TRABALHO (SET)	53.319.953
59200001	FUNDO DE INVESTIMENTOS DE MICROCRÉDITOS PRODUTIVO DO CEARÁ (FIMPC)	65.490.000
59200002	FUNDO ESTADUAL DO TRABALHO (FET)	6.250.000
60000000	SECRETARIA DOS POVOS INDÍGENAS (SEPIN)	310.000
61000000	SECRETARIA DA PESCA E AQUICULTURA (SPA)	19.654.065
62000000	SECRETARIA DAS MULHERES (SEM)	29.906.564
63000000	SECRETARIA DOS DIREITOS HUMANOS (SEDIH)	44.614.269
63200001	FUNDO ESTADUAL DO IDOSO DO CEARÁ (FEICE)	6.200.000
63200002	SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DE DEFESA DO CONSUMIDOR (PROCON CEARÁ)	3.200.000
64000000	SECRETARIA DA JUVENTUDE (SEJUV)	625.000
65000000	SECRETARIA DA ARTICULAÇÃO POLÍTICA (SEAP)	150.000
66000000	SECRETARIA DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS (SRI)	300.000
67000000	SECRETARIA DA IGUALDADE RACIAL (SEIR)	390.000
68000000	SECRETARIA DA DIVERSIDADE (SEDIV)	1.100.000
69000000	CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO (CEE)	7.311.267
70000000	SECRETARIA DA PROTEÇÃO ANIMAL (SEPA)	31.002.048
TOTAL		41.909.747.177

ANEXO V - DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DAS RECEITAS E DESPESAS SEGUNDO AS CATEGORIAS ECONÔMICAS

R\$ 1,00

RECEITA	RS	DESPESA	RS
RECEITAS CORRENTES	50.247.533.188,00	DESPESAS CORRENTES	35.589.538.283,00
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	26.455.644.189,00	Pessoal e Encargos Sociais	20.685.601.485,00
Receita de Contribuições	1.835.338.084,00	Juros e Encargos da Dívida	1.022.586.058,00
Receita Patrimonial	816.172.919,00	Outras Despesas Correntes	13.881.350.740,00
Receita de Serviços	870.184.489,00		
Transferências Correntes	19.399.631.076,00		
Outras Receitas Correntes	870.562.431,00		
DEDUÇÃO DAS TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS AOS MUNICÍPIOS	(6.122.894.022,00)	SUPERÁVIT DO ORÇAMENTO CORRENTE	2.410.150.331,00
DEDUÇÃO DA RECEITA CORRENTE PARA FORMAÇÃO DO FUNDEB	(6.124.950.552,00)		
TOTAL	37.999.688.614,00	TOTAL	37.999.688.614,00
SUPERÁVIT DO ORÇAMENTO CORRENTE	2.410.150.331,00		
RECEITAS DE CAPITAL	3.910.058.563,00	DESPESAS DE CAPITAL	5.963.332.475,00
Operações de Crédito	2.849.189.245,00	Investimentos	4.235.655.926,00
Alienação de Bens	70.722.911,00	Inversões Financeiras	141.044.046,00
Amortização de Empréstimos	50.000.000,00	Amortização da Dívida	1.586.632.503,00
Transferências de Capital	940.146.407,00		
		RESERVA DE CONTINGÊNCIA	356.876.419,00
TOTAL	6.320.208.894,00	TOTAL	6.320.208.894,00
		RESUMO	
RECEITAS CORRENTES	37.999.688.614,00	DESPESAS CORRENTES	35.589.538.283,00
RECEITAS DE CAPITAL	3.910.058.563,00	DESPESAS DE CAPITAL	5.963.332.475,00
		RESERVA DE CONTINGÊNCIA	356.876.419,00
TOTAL	41.909.747.177,00	TOTAL	41.909.747.177,00



LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

2025



CEARÁ
GOVERNO DO ESTADO

SECRETARIA DO
PLANEJAMENTO E GESTÃO

VOLUME I





CEARÁ

GOVERNO DO ESTADO

SECRETARIA DO
PLANEJAMENTO E GESTÃO

Governador

ELMANO DE FREITAS DA COSTA

Vice-Governadora

JADE AFONSO ROMERO

Casa Civil	Maximiliano César Pedrosa Quintino de Medeiros
Procuradoria Geral do Estado	Rafael Machado Moraes
Controladoria e Ouvidoria-Geral do Estado	Aloísio Barbosa de Carvalho Neto
Secretaria da Administração Penitenciária e Ressocialização	Luís Mauro Albuquerque Araújo
Secretaria da Articulação Política	José Nelson Martins de Sousa, respondendo
Secretaria das Cidades	José Jácome Carneiro Albuquerque
Secretaria da Ciência, Tecnologia e Educação Superior	Sandra Maria Nunes Monteiro
Secretaria da Cultura	Luisa Cela de Arruda Coelho
Secretaria do Desenvolvimento Agrário	Moisés Braz Ricardo
Secretaria do Desenvolvimento Econômico	João Salmito Filho
Secretaria da Diversidade	Mitchelle Benevides Meira
Secretaria dos Direitos Humanos	Maria do Perpétuo Socorro França Pinto
Secretaria da Educação	Eliana Nunes Estrela
Secretaria do Esporte	Rogério Nogueira Pinheiro
Secretaria da Fazenda	Fabrizio Gomes Santos
Secretaria da Infraestrutura	Hélio Winston Barreto Leitão
Secretaria da Igualdade Racial	Maria Zelma de Araújo Madeira
Secretaria da Juventude	Adelitta Monteiro Nunes
Secretaria do Meio Ambiente e Mudança do Clima	Vilma Maria Freire dos Anjos
Secretaria das Mulheres	Jade Afonso Romero
Secretaria da Pesca e da Aqüicultura	Oriel Guimarães Nunes Filho
Secretaria da Proteção Animal	David Andrade Rattacaso, respondendo
Secretaria do Planejamento e Gestão	Alexandre Sobreira Cialdini
Secretaria dos Povos Indígenas	Juliana Alves
Secretaria da Proteção Social	Onélia Maria Moreira Leite de Santana
Secretaria dos Recursos Hídricos	Ramon Flávio Gomes Rodrigues, respondendo
Secretaria das Relações Internacionais	Roseane Oliveira de Medeiros
Secretaria da Saúde	Tânia Mara Silva Coelho
Secretaria da Segurança Pública e Defesa Social	Antônio Roberto Cesário Sá
Secretaria do Trabalho	Renan Ridlex de Almeida Sousa, respondendo
Secretaria do Turismo	Yrwana Albuquerque Guerra
Controladoria Geral de Disciplina dos Órgãos de Segurança Pública e Sistema Penitenciário	Rodrigo Bona Carneiro





CEARÁ

GOVERNO DO ESTADO

SECRETARIA DO
PLANEJAMENTO E GESTÃO

SECRETARIA DO PLANEJAMENTO E GESTÃO

Secretário	Alexandre Sobreira Cialdini
Secretaria Executiva de Planejamento e Orçamento	Naiana Corrêa Lima Peixoto
Secretário Executivo de Gestão e Governo Digital	José Garrido Braga Neto
Secretário Executivo de Planejamento e Gestão Interna	Antônio Roziano Ponte Linhares
Secretário Executivo de Políticas Estratégicas para Lideranças	Sidney dos Santos Saraiva Leão
Assessoria Jurídica	Daliene Paula da Silveira Fortuna Lopes
Assessoria de Controle Interno e Ouvidoria	Ana Lúcia Lima Gadelha
Assessoria de Comunicação	Karla Rachel Gadelha Moreira
Coordenadoria Especial de Gestão Financeira e Projetos	Regis Meireles Benevides
Coordenadoria de Gestão Orçamentária	Luciana Capistrano da Fonsêca Moura
Coordenadoria de Planejamento e Gestão para Resultados	Lara Maria Silva Costa
Coordenadoria de Gestão Estratégica de Projetos	Saulo Moreira Braga
Coordenadoria de Captação de Recursos e Alianças com o Público e Privado	Ticiane da Mota Gentil Parente
Unidade de Gerenciamento de Projeto Ceará Mais Digital	Dayana Francys Pessoa Monteiro -
Coordenadoria de Gestão Estratégica da Tecnologia da Informação e Comunicação	Márcio Luiz Carlos de Moraes
Coordenadoria de Promoção de Políticas de Combate à Pobreza	Maria Carmelita Sampaio Colares
Coordenadoria de Gestão de Pessoas	Carmen Silvia de Castro Cavalcante
Coordenadoria de Gestão de Pessoas	Irys Caroline Barrios Campelo
Coordenadoria de Gestão dos Serviços Terceirizados	Deborah Mithya Barros Alexandre
Coordenadoria de Promoção da Qualidade de Vida do Aposentado	Guirlanda de Fátima Távora Ponte
Coordenadoria de Atração e Seleção de Lideranças	Francisca Elieuza Rodrigues Sampaio
Coordenadoria de Desempenho e Desenvolvimento de Liderança	Regina Claudia Barbosa Fidelis Dutra
Coordenadoria de Modernização da Gestão do Estado	-
Coordenadoria de Gestão de Compras	Valdir Augusto da Silva
Coordenadoria de Gestão Patrimonial e de Recursos Logísticos	Otávio Nunes de Vasconcelos
Coordenadoria da Tecnologia da Informação e Comunicação	Sandro Ney Cassiano Rodrigues
Coordenadoria Administrativo-Financeira	Isaú Chaves Neto
Coordenadoria de Desenvolvimento Institucional e Planejamento	Silviane Torres da Costa
Coordenadoria de Gestão e Desenvolvimento de Pessoas	Lucia Mara Teixeira de Oliveira
Companhia de Habitação do Ceará	Vilani Pinheiro Falcão
Escola de Gestão Pública do Estado do Ceará	Carlos Eduardo dos Santos Marino
Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará	Alfredo José Pessoa de Oliveira
Instituto de Saúde dos Servidores do Estado do Ceará	Katherine Saunders Gondim
Fundação de Previdência Social do Estado do Ceará	Adriano Pinheiro dos Santos
Fundação de Previdência Complementar do Estado do Ceará	Francisco Robson da Silva Fontoura





CEARÁ

GOVERNO DO ESTADO

SECRETARIA DO
PLANEJAMENTO E GESTÃO

SECRETARIA DO PLANEJAMENTO E GESTÃO

Coordenação Geral

Luciana Capistrano de Fonseca Moura
Régis Meireles Benevides

Elaboração e assessoramento técnico

Adriana Albuquerque Arraes Freire
Antonia Albertina Ferreira Bessa
Carlos Ronaldo de Sousa Teixeira
Evilásio Nunes Peixoto
Francisco Ailton Alves Severo Filho
Gódiva Maria Sampaio Martins
José Fábio Sousa Diogo
Jhuan Bruno Campos Neres
Maria Cristiane Maia Caxilé
Maria Nádia Bezerra Reis
Maryland de Oliveira Marinho
Mércia Maria de Melo Ponte Lima
Silvia Helena Grossi Cavalcante

Colaboração técnica

André Theophilo Lima
Andréa Guimarães Cerqueira Santos
Andreia Osterno Silva
Anna Carolline Botelho de Araújo
Eveline Maria Cordeiro Brandão
George Kilmer Chaves Craveiro
Lara Maria Silva Costa
Leilane da Silva Benevenuto
Marcelo Correia Lima da Rocha
Marcos Medeiros de Vasconcellos
Regis de Albuquerque Silva
Ticiana Mota Gentil Parente

Desenvolvimento de Sistema e processamento de dados

Alexandre Araújo da Silva
Daniel Ivo de Andrade

Equipe de elaboração – Ipece

Nicolino Trompieri Neto

Editoração

Julian Marlos Carneiro Lima





CEARÁ

GOVERNO DO ESTADO

SECRETARIA DO
PLANEJAMENTO E GESTÃO

SUMÁRIO

DEMONSTRATIVO DE ALINHAMENTO DAS ENTREGAS DO ANEXO DE METAS E PRIORIDADES DA LDO COM A LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL, pág., 15

METAS FISCAIS, pág., 39

RENÚNCIA DE RECEITAS E MARGEM PARA EXPANSÃO DA DESPESA, pág., 43

EVOLUÇÃO DAS RECEITAS, pág., 51

EVOLUÇÃO DAS DESPESAS, pág., 55

DEMONSTRATIVO LEGISLAÇÃO DAS RECEITAS, pág., 59

DEMONSTRATIVO LEGISLAÇÃO DAS DESPESAS, pág., 79

REGIÕES DE PLANEJAMENTO, pág., 85

DEMONSTRATIVO DA RECEITA E DESPESA SEGUNDO AS CATEGORIAS ECONÔMICAS, pág., 89

RECEITAS, pág., 93

DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR PODER, ÓRGÃO E ENTIDADE, pág., 125

DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR FUNÇÃO, pág., 135

DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR SUBFUNÇÃO, pág., 139

DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR PROGRAMA, pág., 143

DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR PROJETO, pág., 147

DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR ATIVIDADE, pág., 219

DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR OPERAÇÃO ESPECIAL, pág., 243

DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR CATEGORIA, GRUPO DE DESPESA E MODALIDADE DE APLICAÇÃO, pág., 247

DEMONSTRATIVO DO SUMÁRIO GERAL DA RECEITA POR FONTE, pág., 251

DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR REGIÃO, pág., 255

CONSOLIDAÇÃO DA PROGRAMAÇÃO DOS INVESTIMENTOS E INVERSÕES POR REGIÃO, pág., 259

DEMONSTRATIVO DO ORÇAMENTO POR REGIÃO, ENTIDADE E PROJETO/ATIVIDADE/OPERAÇÃO ESPECIAL, pág., 263

DEMONSTRATIVO DOS VALORES REFERENTES ÀS VINCULAÇÕES CONSTITUCIONAIS E LEGAIS, pág., 453

DEMONSTRATIVO DAS DESPESAS DE PESSOAL EM RELAÇÃO À RECEITA CORRENTE LÍQUIDA, pág., 455

DEMONSTRATIVO DO ORÇAMENTO POR ÓRGÃO, FUNÇÃO, SUBFUNÇÃO, PROGRAMA E PROJETO/ATIVIDADE DOS RECURSOS DESTINADOS ÀS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA CRIANÇA E O ADOLESCENTE, pág., 461

DEMONSTRATIVO DO ORÇAMENTO POR ÓRGÃO, FUNÇÃO, SUBFUNÇÃO, PROGRAMA E PROJETO/ATIVIDADE DOS RECURSOS DESTINADOS PARA POLÍTICA DE GÊNERO, pág., 469

DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO POR ÓRGÃO, FUNÇÕES, SUBFUNÇÕES, PROGRAMAS, PROJETOS E ATIVIDADES DOS RECURSOS DESTINADOS À POLÍTICA DE IGUALDADE RACIAL, pág., 473

DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DOS RECURSOS DO FECOP, pág., 479

DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DOS RECURSOS DO FIT, pág., 481

DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA PÚBLICA, pág., 487

DEMONSTRATIVO DOS FUNDOS ESPECIAIS E PLANOS DE APLICAÇÃO, pág., 491

DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DOS RECURSOS DE CONTRATO DE GESTÃO, pág., 509

DEMONSTRATIVO DO ORÇAMENTO POR PROGRAMA, OBJETIVO ESPECÍFICO E AÇÃO, pág., 513

DEMONSTRATIVO DA TABELA DE CUSTOS, pág., 589

DEMONSTRATIVO DAS DOTAÇÕES RESERVADAS PARA DESPESAS DE PESSOAL, pág., 593

DEMONSTRATIVO DOS VALORES ALTERADOS DOS PROGRAMAS (PPA X LOA), pág., 597

QUADRO DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DAS EMENDAS PARLAMENTARES APROVADOS, pág., 601





CEARÁ

GOVERNO DO ESTADO

SECRETARIA DO
PLANEJAMENTO E GESTÃO

SUMÁRIO VOLUME II - TOMO I

- ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, pág., 660
FUNDO DE PREVIDÊNCIA PARLAMENTAR, pág., 670
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO, pág., 676
JUDICIÁRIO | TRIBUNAL DE JUSTIÇA, pág., 682
FUNDO ESPECIAL DE REAPARELHAMENTO E MODERNIZAÇÃO DO PODER JUDICIÁRIO, pág., 690
FUNDO ESTADUAL DE SEGURANÇA DOS MAGISTRADOS, pág., 702
FUNDO ESPECIAL DE CUSTEIO DAS DESPESAS COM DILIGÊNCIAS DOS OFICIAIS DE JUSTIÇA, pág., 710
MINISTÉRIO PÚBLICO | PROCURADORIA GERAL DA JUSTIÇA, pág., 716
FUNDO DE DEFESA DOS DIREITOS DIFUSOS DO ESTADO DO CEARÁ, pág., 724
FUNDO DE REAPARELHAMENTO E MODERNIZAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO CEARÁ, pág., 730
SECRETARIA DA INFRAESTRUTURA, pág., 740
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO, pág., 756
COMPANHIA DE GÁS DO CEARÁ, pág., 774
COMPANHIA CEARENSE DE TRANSPORTES METROPOLITANOS, pág., 782
FUNDO DE INCENTIVO À EFICIÊNCIA ENERGÉTICA, pág., 790
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL, pág., 796
POLÍCIA CIVIL, pág., 804
POLÍCIA MILITAR, pág., 814
CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO ESTADO DO CEARÁ, pág., 822
PERÍCIA FORENSE DO ESTADO DO CEARÁ, pág., 830
ACADEMIA ESTADUAL DE SEGURANÇA PÚBLICA DO CEARÁ, pág., 838
SUPERINTENDÊNCIA DE PESQUISA E ESTRATÉGIA DE SEGURANÇA PÚBLICA DO ESTADO DO CEARÁ, pág., 846
FUNDO DE SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL DO ESTADO DO CEARÁ, pág., 852
FUNDO DE DEFESA CIVIL DO ESTADO DO CEARÁ, pág., 866
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO, pág., 872
AGÊNCIA REGULADORA DE SERVIÇOS PÚBLICOS DELEGADOS DO ESTADO DO CEARÁ, pág., 880
FUNDO DE MODERNIZAÇÃO E REAPARELHAMENTO DA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO, pág., 892
FUNDO ESTADUAL DE FORTALECIMENTO AO CONTROLE ADMINISTRATIVO, pág., 900
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA E RESSOCIALIZAÇÃO, pág., 906
FUNDO PENITENCIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ, pág., 916
FUNDO ROTATIVO DO SISTEMA PENITENCIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ, pág., 924
SECRETARIA DA FAZENDA GESTORA TESOURO ESTADUAL, pág., 930
SECRETARIA DA FAZENDA EXECUTORA, pág., 938
COMPANHIA DE PARTICIPAÇÃO DE ATIVOS DO CEARÁ, pág., 948
SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO, pág., 956
EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL DO CEARÁ, pág., 988
INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO DO CEARÁ, pág., 996
CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DO CEARÁ S/A, pág., 1008
FUNDO ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR, pág., 1014
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, pág., 1022
ESCOLA DE SAÚDE PÚBLICA, pág., 1056
FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE, pág., 1064





CEARÁ
GOVERNO DO ESTADO

SECRETARIA DO
PLANEJAMENTO E GESTÃO

SUMÁRIO VOLUME II - TOMO I

- SECRETARIA DA CULTURA, pág., 1126
FUNDO ESTADUAL DA CULTURA, pág., 1142
SECRETARIA DOS RECURSOS HÍDRICOS, pág., 1152
SUPERINTENDÊNCIA DE OBRAS HIDRÁULICAS, pág., 1166
COMPANHIA DE GESTÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS DO CEARÁ, pág., 1182
FUNDAÇÃO CEARENSE DE METEOROLOGIA E RECURSOS HÍDRICOS, pág., 1188
CASA CIVIL, pág., 1198
FUNDAÇÃO DE TELEDUCAÇÃO DO CEARÁ, pág., 1228
EMPRESA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DO CEARÁ, pág., 1236
SECRETARIA DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E EDUCAÇÃO SUPERIOR, pág., 1244
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ, pág., 1256
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE VALE DO ACARAÚ, pág., 1272
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DO CARIRI, pág., 1282
FUNDAÇÃO CEARENSE DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO, pág., 1292
NÚCLEO DE TECNOLOGIA E QUALIDADE INDUSTRIAL DO CEARÁ, pág., 1304
SECRETARIA DO TURISMO, pág., 1322
FUNDO ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO DO TURISMO DO ESTADO DO CEARÁ, pág., 1334



SUMÁRIO VOLUME II - TOMO II

- RESERVA DE CONTINGÊNCIA, pág., 1355
ENCARGOS GERAIS DO ESTADO, pág., 1361
CONTROLADORIA E OUVIDORIA GERAL DO ESTADO, pág., 1367
SECRETARIA DO ESPORTE, pág., 1375
FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DO ESPORTE E JUVENTUDE, pág., 1389
SECRETARIA DAS CIDADES, pág., 1397
COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTO DO CEARÁ, pág., 1421
SUPERINTENDÊNCIA DE OBRAS PÚBLICAS, pág., 1427
FUNDO ESTADUAL DE SANEAMENTO BÁSICO, pág., 1481
SECRETARIA DO PLANEJAMENTO E GESTÃO, pág., 1491
ESCOLA DE GESTÃO PÚBLICA DO ESTADO DO CEARÁ, pág., 1505
INSTITUTO DE SAÚDE DOS SERVIDORES DO ESTADO DO CEARÁ, pág., 1511
INSTITUTO DE PESQUISA E ESTRATÉGIA ECONÔMICA DO CEARÁ, pág., 1521
FUNDO FINANCEIRO - FUNAPREV, pág., 1531
FUNDO FINANCEIRO - PREVMILITAR, pág., 1539
COMPANHIA DE HABITAÇÃO DO CEARÁ, pág., 1545
FUNDO PREVIDENCIÁRIO - PREVID, pág., 1551
FUNDO DE ASSISTÊNCIA A SAÚDE DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DO CEARÁ, pág., 1559
FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO ESTADO DO CEARÁ, pág., 1571
SECRETARIA DA PROTEÇÃO SOCIAL, pág., 1579
SUPERINTENDÊNCIA DO SISTEMA ESTADUAL DE ATENDIMENTO SÓCIOEDUCATIVO, pág., 1601
FUNDO ESTADUAL PARA A CRIANÇA E O ADOLESCENTE, pág., 1611



CEARÁ

GOVERNO DO ESTADO

SECRETARIA DO
PLANEJAMENTO E GESTÃO

SUMÁRIO VOLUME II - TOMO II

- FUNDO ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, pág., 1617
FUNDO ESPECIAL DO DESENVOLVIMENTO E COMERCIALIZAÇÃO DO ARTESANATO, pág., 1631
FUNDO MAIS INFÂNCIA CEARÁ, pág., 1637
FUNDO ESTADUAL DE POLÍTICAS SOBRE ÁLCOOL E OUTRAS DROGAS, pág., 1645
CONTROLADORIA GERAL DE DISCIPLINA DOS ORGÃOS DE SEGURANÇA PÚBLICA E SISTEMA PENITENCIÁRIO, pág., 1651
SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, pág., 1659
FUNDO DE DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL, pág., 1677
AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DO CEARÁ S.A, pág., 1683
COMPANHIA ADMINISTRADORA DA ZONA DE PROCESSAMENTO DE EXPORTAÇÃO DO CEARÁ, pág., 1691
AGÊNCIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA DO ESTADO DO CEARÁ, pág., 1697
JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO CEARÁ, pág., 1709
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DO COMPLEXO INDUSTRIAL E PORTUÁRIO DO PECÉM S.A, pág., 1717
FUNDO DE DEFESA AGROPECUÁRIA DO ESTADO DO CEARÁ, pág., 1723
INSTITUTO DE PESOS E MEDIDAS DO ESTADO DO CEARÁ, pág., 1729
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE E MUDANÇA DO CLIMA, pág., 1737
SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE, pág., 1749
FUNDO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE, pág., 1761
ASSESSORIA ESPECIAL DA VICE-GOVERNADORIA, pág., 1769
SECRETARIA DO TRABALHO, pág., 1775
FUNDO DE INVESTIMENTOS DE MICROCRÉDITOS PRODUTIVO DO CEARÁ, pág., 1785
FUNDO ESTADUAL DO TRABALHO, pág., 1791
SECRETARIA DOS POVOS INDÍGENAS, pág., 1799
SECRETARIA DA PESCA E AQUICULTURA, pág., 1805
SECRETARIA DAS MULHERES, pág., 1815
SECRETARIA DOS DIREITOS HUMANOS, pág., 1825
FUNDO ESTADUAL DO IDOSO DO CEARÁ, pág., 1843
SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DE DEFESA DO CONSUMIDOR, pág., 1849
SECRETARIA DA JUVENTUDE, pág., 1857
SECRETARIA DA ARTICULAÇÃO POLÍTICA, pág., 1865
SECRETARIA DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS, pág., 1871
SECRETARIA DA IGUALDADE RACIAL, pág., 1877
SECRETARIA DA DIVERSIDADE, pág., 1883
CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO, pág., 1891
SECRETARIA DA PROTEÇÃO ANIMAL, pág., 1899
DEFENSORIA PÚBLICA GERAL DO ESTADO, pág., 1907
FUNDO DE APOIO E APARELHAMENTO DA DEFENSORIA PÚBLICA GERAL DO ESTADO DO CEARÁ, pág., 1915





CEARÁ
GOVERNO DO ESTADO

SECRETARIA DO
PLANEJAMENTO E GESTÃO

LEI ORÇAMENTÁRIA

ANUAL 2025

DEMONSTRATIVO DE ALINHAMENTO DAS ENTREGAS DO ANEXO DE METAS E PRIORIDADES DA LDO COM A LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL



**ORÇAMENTO ANUAL 2025 - LEI**

Demonstrativo de Alinhamento das Entregas do Anexo de Metas e Prioridades da LDO com a Lei Orçamentária Anual

Programa**111 - HABITAÇÃO E REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA URBANA**

Entrega / Ação	VALOR 2025
1903 - UNIDADE HABITACIONAL IMPLANTADA	47.895.000,00
11626 - Implantação de Unidade Habitacional do Projeto Cocó.	10.000,00
11632 - Implantação de Unidade Habitacional do Projeto Rio Maranguapinho.	10.000,00
11771 - Apoio à Habitação e Regularização Fundiária Urbana do Projeto Rio Cocó.	10.000,00
11774 - Apoio à Habitação e Regularização Fundiária Urbana do Projeto Rio Maranguapinho.	65.000,00
11775 - Apoio à Habitação e Regularização Fundiária Urbana do Projeto Dendê (PRÓ-MORADIA).	40.000,00
11779 - Ampliação da Oferta de Moradia de Interesse Social na Área Urbana no Âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida ou de Outros que Venham a Substituí-lo	47.000.000,00
11869 - Ampliação da Oferta de Moradia de Interesse Social oriundas de Demandas Municipais.	520.000,00
11950 - Pagamento de Aluguel Social às Famílias dos Projetos Rio Maranguapinho, Rio Cocó e Dendê.	200.000,00
13795 - Destinação do aluguel social para pessoas deslocadas por conflitos armados	10.000,00
13811 - Ampliação do programa de aluguel social no Estado do Ceará	10.000,00
13813 - Construção de moradia popular para a população em situação de rua	10.000,00
13815 - Implantação de unidades habitacionais para o reassentamento das famílias atingidas pelas obras do VLT	10.000,00

Entrega / Ação	VALOR 2025
2208 - EQUIPAMENTO PÚBLICO IMPLANTADO	6.474.000,00
11598 - Construção de Equipamento Social no Âmbito do Projeto Rio Maranguapinho.	5.474.000,00
11780 - Construção e Ampliação de Equipamento Social no Âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida, ou de Outros Programas que Venham a Substituí-lo.	1.000.000,00

Programa**112 - HABITAÇÃO E REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA RURAL**

Entrega / Ação	VALOR 2025
1903 - UNIDADE HABITACIONAL IMPLANTADA	38.000,00
10485 - Implantação de Unidades Habitacionais no Meio Rural.	10.000,00
10870 - Implantação de Unidades Habitacionais no Meio Rural.	10.000,00
11716 - Implantação de Unidades Habitacionais	18.000,00

Entrega / Ação	VALOR 2025
1921 - TÍTULO OFERTADO	7.700.000,00
11717 - Regularização Fundiária, Titulação e Reconhecimento de Imóveis Rurais	7.700.000,00

Programa**113 - HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL NA ÁREA RURAL**

Entrega / Ação	VALOR 2025
1903 - UNIDADE HABITACIONAL IMPLANTADA	20.000,00
13601 - Substituição de 10 casas de taipas por alvenaria na localidade de Sítio Carnaúba no Município de Lavras da Mangabeira	10.000,00
13660 - Substituição de casa de taipa por alvenaria no município de Ipaumirim	10.000,00

**ORÇAMENTO ANUAL 2025 - LEI**

Demonstrativo de Alinhamento das Entregas do Anexo de Metas e Prioridades da LDO com a Lei Orçamentária Anual

Programa**122 - PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL**

Entrega / Ação	VALOR 2025
2209 - SERVIÇO SOCIOASSISTENCIAL IMPLANTADO	4.454.425,00
11055 - Implantação e Estruturação do Serviço Socioassistencial da Proteção Social Especial de Média Complexidade do SUAS.	10.000,00
12237 - Apoio ao Programa de Cooperação Federativa - PCF.	10.000,00
12238 - Apoio a Entidades Sem Fins Lucrativos para Atendimento a Pessoas em Situação de Vulnerabilidade.	10.000,00
13103 - Construção de Unidades para Implantação dos Serviços Socioassistenciais da Proteção Social Especial de Média Complexidade do SUAS.	4.404.425,00
13797 - Implantação de linhas de atendimento para pessoas deslocadas por conflitos armados	10.000,00
13874 - Implantação de linha de cuidado integral a vítimas de violência e seus familiares	10.000,00

Programa**123 - PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA**

Entrega / Ação	VALOR 2025
2226 - CARTÃO MAIS INFÂNCIA CONCEDIDO	177.943.955,00
11130 - Execução do Programa Mais Infância Ceará - Cartão Mais Infância	177.943.955,00

Entrega / Ação	VALOR 2025
2229 - EQUIPAMENTO SOCIOASSISTENCIAL IMPLANTADO	1.040.000,00
11675 - Expansão de Serviços Sociais por meio dos Planos Participativos Municipais (PROARES III - 1ª FASE - COMP I).	10.000,00
11676 - Planos Participativos Municipais (PROARES III - 2ª FASE - COMP I).	1.030.000,00

Programa**131 - PROMOÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA ARTE, DIVERSIDADE E CULTURA CEARENSE**

Entrega / Ação	VALOR 2025
1894 - PROJETO APOIADO	6.830.000,00
11355 - Promoção de Editais de Apoio e Fomento Artístico e Cultural.	100.000,00
11362 - Realização da Temporada de Arte Cearense (TAC).	1.300.000,00
11371 - Fortalecimento das Instituições Centenárias da Sociedade Civil.	500.000,00
11683 - Promoção do Prêmio Coletivos de Arte e Cultura das Periferias do Ceará - FEC.	10.000,00
11684 - Promoção do Edital de Incentivo às Artes - FEC.	40.000,00
11685 - Promoção do Edital Cinema e Vídeo - FEC.	30.000,00
11686 - Promoção do Edital Cultura LGBTI+ (FEC).	20.000,00
11687 - Promoção do Edital de Cultura Infância - FEC.	10.000,00
11688 - Promoção do Fomento à Cultura - FEC.	20.000,00
12938 - Promoção de Editais de Apoio e Fomento Artístico e Cultural - FEC	4.740.000,00
12950 - Promoção de Ações Institucionais e de Comunicação do Fundo Estadual da Cultura - INVESTES CULTURA	20.000,00
12987 - Fomento a Rede do Programa Cultura Viva - FEC	20.000,00
13102 - Promoção de Editais de Apoio e Fomento ao Livro e Literatura - FEC	20.000,00

Entrega / Ação	VALOR 2025
1995 - EQUIPAMENTO CULTURAL ESTRUTURADO	20.000,00
11387 - Estruturação de Equipamentos Culturais para Pessoas com Deficiência.	10.000,00
13758 - Revitalização da estação ferroviária do município de Iguatu como equipamento cultural	10.000,00





ORÇAMENTO ANUAL 2025 - LEI
**Demonstrativo de Alinhamento das Entregas do Anexo de Metas e Prioridades da LDO com
a Lei Orçamentária Anual**

Programa**141 - EDUCAÇÃO, EQUIDADE E DIREITOS HUMANOS**

Entrega / Ação	VALOR 2025
1906 - PROFISSIONAL CAPACITADO	50.000,00
10784 - Formação dos Profissionais da Educação e/ou Profissionais que atuam com Pessoas com Deficiência, Transtorno do Espectro Autista e/ou Altas Habilidades/Superdotação, Pessoas Surdas, LGBTI+, Migrantes, Mulheres e Pessoas Privadas de Liberdade	50.000,00

Entrega / Ação	VALOR 2025
2040 - ALUNO BENEFICIADO	800.000,00
10761 - Aquisição de Material Didático Complementar para Atender às Especificidades da Educação Escolar Indígena, Quilombola e do Campo	100.000,00
10790 - Aquisição de Material Didático Complementar Produzidos para Atender as Especificidades da Educação Especial, da População LGBTI+, de Mulheres e dos Privados de Liberdade.	700.000,00

Entrega / Ação	VALOR 2025
2050 - ESCOLA ESTRUTURADA	260.000,00
10777 - Readequação dos Espaços Infraestruturais e Aquisição de Material Permanente para Escolas Indígenas, Quilombolas, do Campo e Escolas Família Agrícola.	100.000,00
10788 - Readequação dos Espaços para Atender aos Estudantes com Deficiência, Transtorno do Espectro Autista e/ou Altas Habilidades/Superdotação.	100.000,00
13733 - Fortalecimento dos campos experimentais das escolas do campo.	50.000,00
13903 - Aquisição de transporte escolar para o Município de Tamboril	10.000,00



ORÇAMENTO ANUAL 2025 - LEI
**Demonstrativo de Alinhamento das Entregas do Anexo de Metas e Prioridades da LDO com
a Lei Orçamentária Anual**

Programa**142 - DESENVOLVIMENTO INTEGRAL DA EDUCAÇÃO INFANTIL E DO ENSINO FUNDAMENTAL COM EQUIDADE E QUALIDADE**

Entrega / Ação	VALOR 2025
1906 - PROFISSIONAL CAPACITADO	1.380.000,00
11265 - Apoio aos Municípios no Desenvolvimento do Programa Alfabetização na Idade Certa.	780.000,00
12170 - Capacitação dos Profissionais da Educação no Âmbito do Projeto INTELIGENTES (PReVio - COMP I).	600.000,00

Entrega / Ação	VALOR 2025
1910 - BOLSA CONCEDIDA	5.065.000,00
11266 - Pagamento de Bolsa para o Desenvolvimento do Programa Alfabetização na Idade Certa.	4.870.000,00
12633 - Pagamento de Bolsas para os Articuladores do Projeto INTELIGENTES (PReVio - COMP I).	95.000,00
13167 - Concessão de Bolsas para Garantir a Recomposição de Aprendizagem	100.000,00

Entrega / Ação	VALOR 2025
2040 - ALUNO BENEFICIADO	70.000.000,00
11263 - Apoio aos Municípios na Expansão da Oferta de Vagas no Desenvolvimento do PAIC Integral.	5.000.000,00
11264 - Apoio aos Municípios na Promoção da Integração Social no Âmbito Educacional no Desenvolvimento do PAIC Integral.	65.000.000,00

Entrega / Ação	VALOR 2025
2050 - ESCOLA ESTRUTURADA	13.079.984,00
11269 - Ampliação e Melhoria da Infraestrutura das Escolas Municipais de Ensino Fundamental.	8.999.984,00
11271 - Apoio ao Desenvolvimento da Educação na Rede Pública Municipal de Ensino.	1.000.000,00
13272 - Aquisição de 02 (dois) ônibus escolares no município de Palhano	30.000,00
13498 - Apoio financeiro para a área da educação no Pacajus	800.000,00
13688 - Apoio financeiro destinado à área da educação no município de Quixelô	930.000,00
13706 - Reforma das instalações de ensino no município de Aratuba	20.000,00
13764 - Custeio para a educação no município de Mauriti	1.000.000,00
13787 - Apoio Financeiro Para a Área da Educação no município de Baturité	300.000,00

Entrega / Ação	VALOR 2025
2055 - CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL IMPLANTADO	8.150.000,00
11262 - Construção e Aquisição de Equipamentos de Centros de Educação Infantil.	6.850.000,00
11589 - Implantação de Unidades de Centro de Educação Infantil - CEI.	1.300.000,00





ORÇAMENTO ANUAL 2025 - LEI

Demonstrativo de Alinhamento das Entregas do Anexo de Metas e Prioridades da LDO com
a Lei Orçamentária Anual

Programa

143 - DESENVOLVIMENTO DO ENSINO MÉDIO

Entrega / Ação	VALOR 2025
1910 - BOLSA CONCEDIDA	8.535.000,00
11285 - Concessão de Bolsa para Apoio ao Projeto Foco na Aprendizagem.	8.340.000,00
12638 - Concessão de Bolsa para Garantir a Permanência dos Alunos na Escola (PReVio - COMP I).	95.000,00
13168 - Concessão de Bolsas para Apoio à Educação de Jovens e Adultos	100.000,00

Entrega / Ação	VALOR 2025
2040 - ALUNO BENEFICIADO	14.500.000,00
10853 - Aquisição de Equipamento de TI para Premiação de Alunos da Educação Básica.	2.000.000,00
11283 - Valorização e Incentivo à Aprendizagem dos Alunos do Ensino Médio da Rede Pública Estadual.	5.000.000,00
11866 - Aquisição de Tablets para Inclusão Digital de Estudantes do Ensino Médio.	2.000.000,00
13172 - Apoio às Ações de Implementação do Projeto Ceará Científico	5.500.000,00

Entrega / Ação	VALOR 2025
2050 - ESCOLA ESTRUTURADA	15.513.262,00
11291 - Ampliação da Infraestrutura e Aquisição de Equipamentos para Escolas Estaduais de Ensino.	8.500.000,00
11292 - Reforma de Escolas Estaduais de Ensino Médio.	6.013.262,00
11293 - Aquisição de Equipamentos e Insumos de TI para Escolas de Ensino Médio.	700.000,00
14060 - Aquisição de um veículo escolar (ônibus) para o município de Granjeiro	300.000,00

Programa

144 - EDUCAÇÃO EM TEMPO INTEGRAL E COMPLEMENTAR AO ENSINO MÉDIO

Entrega / Ação	VALOR 2025
2049 - ESCOLA IMPLANTADA	102.138.300,00
11272 - Construção, Adequação e Aquisição de Equipamentos para Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral.	71.893.300,00
11273 - Aquisição de Equipamentos e Insumos de TI para Escolas Estaduais de Ensino Médio em Tempo Integral.	30.000.000,00
11356 - Construção de Equipamentos da Educação em Tempo Integral e Complementar ao Ensino Médio.	210.000,00
13856 - Construção de uma EEEP no município de Uruoca, para atender além de Uruoca, Martinópole e Senador Sá	10.000,00
13916 - Construção de uma nova escola de Tempo Integral na sede da cidade, no município de Iguatu	25.000,00





ORÇAMENTO ANUAL 2025 - LEI
Demonstrativo de Alinhamento das Entregas do Anexo de Metas e Prioridades da LDO com
a Lei Orçamentária Anual

Programa**151 - ESPORTE E LAZER PARA A POPULAÇÃO**

Entrega / Ação	VALOR 2025
1907 - EQUIPAMENTO DE ESPORTE IMPLANTADO	16.811.646,00
11157 - Implantação de Equipamentos de Esporte e Lazer.	7.132.300,00
11594 - Construção de Equipamentos de Esporte e Lazer	5.020.000,00
12091 - Implantação de Equipamentos Esportivos e de Lazer.	150.000,00
13273 - Construção de uma areninha no município de Palhano	20.000,00
13308 - Construção de Academia ao Ar Livre na praça Coletor Bezerra Borges, do município de Mulungu.	30.000,00
13309 - Construção de Academia ao Ar Livre na praça Maria Zélia Ribeiro, na Comunidade Tapuiu 1, do município de Tabuleiro do Norte.	30.000,00
13311 - Construção de Academia ao Ar Livre na localidade de Boqueirão, do município de Caridade.	30.000,00
13317 - Custeio de Obras e Melhorias do Centro Social Urbano - CSU, da R. Monsenhor Esmeraldo, 317, em Juazeiro do Norte	150.000,00
13321 - Implantação de Areninha no município de Pacajus	232.173,00
13323 - Implantação de Areninha no município de Pentecoste	270.000,00
13332 - Construção de uma areninha no município de Abaiara	10.000,00
13337 - Construção de uma areninha no município de Altaneira	10.000,00
13338 - Construção de uma areninha no município de Barro	10.000,00
13339 - Construção de uma areninha no município de Cedro	10.000,00
13340 - Construção de uma areninha no município de Jardim	10.000,00
13341 - Construção de uma areninha no município de Jati	10.000,00
13343 - Construção de uma areninha no município de Milagres	10.000,00
13346 - Construção de uma areninha no município de Missão Velha	10.000,00
13348 - Construção de uma areninha no município de Penaforte	10.000,00
13349 - Construção de uma areninha no município de Porteiras	10.000,00
13350 - Construção de uma areninha no município de Tarrafas	10.000,00
13352 - Construção de uma areninha no município de Várzea Alegre	10.000,00
13353 - Construção de uma areninha no município de Caririaçu	10.000,00
13355 - Construção de uma areninha no município de Mauriti	10.000,00
13356 - Construção de uma areninha no município de Brejo Santo	10.000,00
13358 - Construção de uma areninha no município de Brejo Santo (São Francisco)	10.000,00
13359 - Construção de uma areninha no município de Brejo Santo (Lagoa do Mato)	10.000,00
13360 - Construção de uma areninha no município de Brejo Santo (Vila Produtiva Rural)	10.000,00
13361 - Construção de uma areninha no município de Jati (Vila Produtiva Rural)	10.000,00
13363 - Construção de uma areninha no município de Penaforte (Vila Produtiva Rural)	10.000,00
13364 - Construção de uma areninha no município de Icó	10.000,00
13365 - Construção de uma areninha no município de Juazeiro do Norte	10.000,00
13367 - Construção de uma areninha no município de Mauriti (Vila Produtiva Rural)	10.000,00
13477 - Construção de Academia ao Ar Livre/ Brinquedopraça no município de Mauriti	10.000,00
13478 - Construção de Academia ao Ar Livre/ Brinquedopraça no município de Porteiras	10.000,00
13479 - Construção de Academia ao Ar Livre/ Brinquedopraça no município de Cedro	10.000,00
13616 - Construção de uma areninha no município de Acarape	10.000,00
13629 - Construção de areninha no município Limoeiro do Norte	10.000,00
13630 - Construção de 01 areninha no município de Jaguariaba	500.000,00
13634 - Aquisição de material esportivo para municípios da região do Vale do Jaguaribe	152.000,00
13644 - Construção de uma areninha no município de Ibicuitinga	10.000,00
13647 - Construção de uma areninha no município de Ereré	10.000,00
13693 - Construção de uma areninha na comunidade de Cajuerinho, no município de Bela Cruz	10.000,00
13702 - Construção de uma areninha tipo 2 no bairro Novo Maracanaú, localizado no município de Maracanaú.	550.000,00
13728 - Construção de um Centro de Treinamento para Equipe de Futebol de Igatu	200.000,00
13752 - Apoio à instalação de academias ao ar livre de Fortaleza.	50.000,00
13762 - Construção de Areninha - São Francisco (Meruoca)	10.000,00
13769 - Construção de Areninha - Camilos (Meruoca)	10.000,00
13773 - Construção de Areninha - Fernandes (Meruoca)	10.000,00





ORÇAMENTO ANUAL 2025 - LEI
Demonstrativo de Alinhamento das Entregas do Anexo de Metas e Prioridades da LDO com a Lei Orçamentária Anual

13791 - Construção de uma areninha no bairro Manoel Dias Branco, no município de Fortaleza	10.000,00
13819 - Construção de Areninha - Riacho Fundo (Massapê)	10.000,00
13833 - Construção de uma academia ao ar livre no distrito de Riachão no município de Miraíma	10.000,00
13866 - Construção de um ginásio poliesportivo na praça Raimundo Antônio Casemiro no município de Groaíras	10.000,00
13922 - Construção de um Ginásio Esportivo na sede do município de Iguatu	25.000,00
13946 - Implantação de Areninha na Região do CIES - Grande Jardim das Oliveiras/Fortaleza	350.000,00
13970 - Construção de três academias ao ar livre no distrito de Garças, distrito de Lagoa Grande e na localidade do Cariri, no município de Amontada	20.000,00
13973 - Implantação de 1 Academia ao Ar Livre no Município de Tururu	32.000,00
13974 - Implantação de 1 Academia ao Ar Livre no Município de Paraipaba	32.000,00
13975 - Implantação de 1 Academia ao Ar Livre no Município de Meruoca	32.000,00
13976 - Implantação de 1 Academia ao Ar Livre no Município de Jaguaribe	32.000,00
13977 - Implantação de 1 Academia ao Ar Livre no Município de Independência	32.000,00
13978 - Implantação de 1 Academia ao Ar Livre no Município de Santa Quitéria	32.000,00
13979 - Implantação de 1 Academia ao Ar Livre no Município de Icapuí	32.000,00
13980 - Implantação de 1 Academia ao Ar Livre no Município de Itapiúna	32.000,00
13981 - Implantação de 1 Academia ao Ar Livre no Município de Itaitinga	32.000,00
13982 - Implantação de 1 Academia ao Ar Livre no Município de Capistrano	32.000,00
13983 - Implantação de 1 Academia ao Ar Livre no Município de Milhã	32.000,00
13984 - Implantação de 1 Academia ao Ar Livre no Município de Iracema	32.000,00
13985 - Implantação de 1 Academia ao Ar Livre no Município de Fortim	32.000,00
13986 - Implantação de 1 Academia ao Ar Livre no Município de Jijoca de Jericoacoara	32.000,00
13988 - Implantação de 1 Academia ao Ar Livre no Município de Pacatuba	32.000,00
13989 - Implantação de 1 Academia ao Ar Livre no Município de Quixeramobim	32.000,00
13991 - Implantação de 1 Academia ao Ar Livre no Município de Paracuru	32.000,00
13995 - Implantação de 1 Academia ao Ar Livre no Município de Palhano	32.000,00
13996 - Construção de Areninha - São Braz (Meruoca)	20.000,00
14005 - Construção e reforma de praças e areninhas no município de Maranguape	652.173,00
14013 - Construção de Areninha - Salgadinho (Massapê)	20.000,00
14015 - Construção de Areninha - Ipuaguá-Mirim (Massapê)	20.000,00
14016 - Construção de Areninha - Volta do Rio (Pacoti)	20.000,00
14017 - Construção de Areninha - Trapiá (Forquilha)	20.000,00
14020 - Construção de Areninha - Bairro Pedreira (Varjota)	20.000,00
14029 - Construção de uma areninha no município de Quixeré.	10.000,00
14033 - Construção de uma areninha no município de Russas.	10.000,00
14036 - Construção de uma areninha no município de Alto Santo	10.000,00
14069 - Construção de uma areninha no município de Itaiçaba.	10.000,00
14076 - Construção de equipamentos de esporte e lazer para o Povo Anacé da Japuara e o Quilombo da Comunidade Povoado Boqueirão da Arara, no município de Caucaia	100.000,00
14084 - Construção de uma areninha no município Aracoiaba.	10.000,00
14086 - Construção de Areninha - Balanças (Jati)	10.000,00
14087 - Construção de Areninha do município de Salitre	12.000,00

Entrega / Ação	VALOR 2025
1908 - NÚCLEO DE ESPORTE IMPLANTADO	5.200.000,00
10768 - Implantação de Núcleos de Esporte	5.000.000,00
10768 - Implantação de Núcleos de Esporte	200.000,00

Entrega / Ação	VALOR 2025
1910 - BOLSA CONCEDIDA	7.571.200,00
10767 - Concessão de Bolsa para Iniciação Esportiva.	7.571.200,00





ORÇAMENTO ANUAL 2025 - LEI
**Demonstrativo de Alinhamento das Entregas do Anexo de Metas e Prioridades da LDO com
a Lei Orçamentária Anual**

Programa**162 - INSTITUCIONALIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A JUVENTUDE**

Entrega / Ação	VALOR 2025
1972 - PROJETO REALIZADO	10.000,00
11460 - Realização de Projetos de Promoção da Inserção e Autonomia Econômica dos Jovens.	10.000,00

Programa**165 - PROMOÇÃO DA INCLUSÃO SOCIAL E DA CIDADANIA**

Entrega / Ação	VALOR 2025
1897 - PESSOA BENEFICIADA	5.800.940,00
11984 - Execução de Ações para Inclusão Social e Enfrentamento à Violência contra Grupos Vulneráveis.	5.502.640,00
13965 - Implantação de Núcleo do Programa Esporte Superação - bairro Tancredo Neves/Fortaleza	149.150,00
13967 - Implantação de Núcleo do Programa Esporte Superação - bairro Serviluz/Fortaleza	149.150,00

Programa**167 - PROTEÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS DA MULHER**

Entrega / Ação	VALOR 2025
2281 - CASA DA MULHER ESTRUTURADA	98.000,00
12218 - Aquisição de Equipamentos, Veículos e Material Permanente para a Estruturação da Casa da Mulher Brasileira.(PReVio - COMP I).	20.000,00
13204 - Ampliação e/ou Reforma das Unidades da Casa da Mulher Brasileira e Cearenses	78.000,00

Entrega / Ação	VALOR 2025
2283 - SALA LILÁS IMPLANTADA	688.000,00
11556 - Implantação das Salas Lilás para Atendimento às Mulheres em Situação de Violência	98.000,00
12287 - Aquisição de Equipamentos e Material Permanente para Implementação das Salas Lilás (PReVio - COMP I).	90.000,00
12575 - Estruturação das Salas Lilás	500.000,00





ORÇAMENTO ANUAL 2025 - LEI
**Demonstrativo de Alinhamento das Entregas do Anexo de Metas e Prioridades da LDO com
a Lei Orçamentária Anual**

Programa**171 - ATENÇÃO À SAÚDE, COM ACESSO INTEGRAL E DE QUALIDADE**

Entrega / Ação	VALOR 2025
1893 - SERVIÇO REALIZADO	321.882.370,00
10883 - Promoção da assistência de cirurgias eletivas no Estado do Ceará	23.440.000,00
10886 - Contribuição para melhoria da oferta dos serviços regulados na atenção secundária e terciária	100.000,00
10887 - Desenvolvimento e implantação dos protocolos da regulação.	10.000,00
10888 - Estruturação física e tecnológica para a implantação dos protocolos de regulação.	10.000,00
13469 - Apoio financeiro para realização de cirurgias de catarata no município de Parambu	130.000,00
13521 - Apoio financeiro para realização de Cirurgias de Catarata no Município de Jagaruana	400.000,00
13734 - Apoio Financeiro para cirurgias de cataratas no Hospital e Maternidade Dr. Agenor Araújo no município de Iguatu	200.000,00
20595 - Garantir o programa de tratamento fora domicílio - TFD.	9.225.201,00
20596 - Promoção da assistência à saúde dos usuários do sus na oferta de serviços e tratamentos especializados de média e alta complexidade	5.338.684,00
20597 - Apoio ao funcionamento da rede de captação e distribuição de órgãos.	2.760.367,00
20601 - Manutenção da central de laudos estadual.	33.592.348,00
20602 - Promoção dos serviços de telemedicina e teleassistência na rede especializada dos municípios cearenses	10.000,00
20612 - Apoio aos Serviços da Assistência de Cirurgias Eletivas no Estado do Ceará.	10.000,00
20663 - Apoio aos serviços de regulação e controle do SUS.	68.821.252,00
21210 - Implementação e Monitoramento da Gestão de Custos	177.834.518,00

Entrega / Ação	VALOR 2025
2086 - UNIDADE DE SAÚDE ESTRUTURADA	46.430.335,00
10889 - Estruturação do Hospital Regional do Vale do Jaguaribe (PROEXMAES II - COMP. II).	14.886.026,00
10890 - Estruturação de policlínicas no estado do Ceará (PROEXMAES II - COMP. II).	27.665,00
10891 - Estruturação da rede de atenção psicossocial (RAPS).	10.000,00
10892 - Estruturação do centro de regulação (PROEXMAES II - COMP. I).	5.974.015,00
10893 - Aquisição de equipamentos e material permanente prioritários para as unidades de saúde da rede Sesai (PROEXMAES II - COMP. II).	16.834.456,00
10894 - Ampliação das ações da rede de atenção psicosocial	10.000,00
10895 - Aquisição e instalação de material permanente na atenção ambulatorial e hospitalar.	1.328.000,00
10896 - Aquisição e instalação de material permanente de tecnologia da informação na atenção ambulatorial e hospitalar.	318.000,00
10897 - Implantação e desenvolvimento de sistemas/softwares e plataforma digital.	10.000,00
10898 - Celebração de parcerias para melhoria da assistência a saúde na atenção básica.	500.000,00
10899 - Celebração de parcerias para melhoria da assistência ambulatorial e hospitalar.	4.600.000,00
10900 - Realização de obras na estrutura física na atenção ambulatorial e hospitalar.	30.000,00
10901 - Estruturação física e tecnológica de unidades de saúde - HEMOCE.	10.000,00
10902 - Aquisição e instalação de material permanente nas áreas de atenção à saúde no combate a COVID-19.	10.000,00
10903 - Estruturação do programa de atenção à pessoa com deficiência.	10.000,00
11917 - Estruturação de Unidades da Saúde.	770.000,00
13303 - Aquisição de equipamentos e materiais médicos hospitalares para o Centro Cirúrgico e promover melhorias estruturais na Maternidade e Hospital Santa Isabel no Município de Senador Pompeu	900.000,00
13437 - Implantação de um Centro de Queimados no Hospital Regional do Cariri/Juazeiro do Norte	10.000,00
13444 - Implantação de Centro Oncológico no Hospital Geral de Brejo Santo	10.000,00
13664 - Construção de uma Unidade Intensiva de Saúde (UTI), no Hospital Deputado Murilo Rocha Aguiar no Município de Camocim	62.173,00
13913 - Reforma da 2ª etapa do Hospital do município de Amontada	10.000,00
13993 - Apoio financeiro para a saúde do município de Pacajus	100.000,00
14027 - Aquisição de equipamentos para o Hospital Municipal de Quixeré	10.000,00

Entrega / Ação	VALOR 2025
2126 - UNIDADE DE SAÚDE IMPLANTADA	40.751.173,00
10905 - Implantação do Hospital Estadual Universitário	40.000.000,00
10906 - Aquisição de unidade hospitalar para incorporação à rede Estadual do Ceará	10.000,00





ORÇAMENTO ANUAL 2025 - LEI
**Demonstrativo de Alinhamento das Entregas do Anexo de Metas e Prioridades da LDO com
a Lei Orçamentária Anual**

11077 - Implantação de unidade hospitalar em Baturité	10.000,00
11078 - Implantação de unidade hospitalar em Iguatu	10.000,00
11663 - Construção de Unidades da Saúde.	700.000,00
13173 - Implantação de Unidade Hospitalar em Crateús	10.000,00
13452 - Construção de um Centro de Especialidades no município de Várzea Alegre	11.173,00

Entrega / Ação	VALOR 2025
2158 - CENTRO ESPECIALIZADO EM REABILITAÇÃO IMPLANTADO	10.000,00
10882 - Implantação do centro de reabilitação do estado do Ceará	10.000,00

Entrega / Ação	VALOR 2025
2173 - MUNICÍPIO APOIADO	37.660.405,00
10878 - Contribuição para melhoria na atenção básica	500.000,00
10879 - Apoio ao programa cuidar melhor Ceará	10.000,00
10880 - Estruturação ao programa cuidar melhor Ceará	10.000,00
13276 - Apoio Financeiro para Ações de Saúde no Município de Apuiarés	350.000,00
13280 - Apoio Financeiro para área da Saúde do Município de Caririaçu	270.000,00
13282 - Apoio Financeiro para área da Saúde do Município de Farias Brito	300.000,00
13289 - Reforma do posto de saúde 01 do centro do município de Antonina do Norte	20.000,00
13320 - Custeio da saúde para o município de Horizonte	700.000,00
13322 - Custeio da saúde para o município de Pacajus	150.000,00
13344 - Apoio financeiro para a saúde no Município de Tamboril	1.000.000,00
13345 - Apoio as ações na área da saúde do município de Iguatu	500.000,00
13351 - Apoio as ações na área da saúde do município de Saboeiro	300.000,00
13354 - Apoio as ações na área da saúde do município do Assaré	200.000,00
13423 - Apoio financeiro a saúde do município de Granja/CE	1.000.000,00
13489 - Apoio Financeiro para Ações de Saúde no município de Alcântaras	150.000,00
13491 - Apoio Financeiro para Ações de Saúde no município de Reriutaba	200.000,00
13492 - Apoio Financeiro para Ações de Saúde no município de Pires Ferreira	100.000,00
13493 - Apoio Financeiro para Ações de Saúde no município de Varjota	200.000,00
13494 - Apoio Financeiro para Ações de Saúde no município de Forquilha	100.000,00
13499 - Apoio financeiro para a área da Saúde do Município de Maranguape	500.000,00
13503 - Apoio de Ações na área de saúde no município de Aracoiaba	500.000,00
13510 - Apoio financeiro para ações de saúde no município de Fortim	200.000,00
13511 - Apoio financeiro para ações de saúde no município de Itaiçaba	200.000,00
13512 - Apoio financeiro para ações de saúde no município de Aracati	252.173,00
13513 - Apoio financeiro para ações de saúde no município de São Benedito	1.000.000,00
13519 - Apoio financeiro para área da saúde do Município de Pacatuba	1.000.000,00
13522 - Apoio Financeiro para área de saúde do Município de Maracanaú	326.173,00
13523 - Apoio Financeiro para área da saúde do Município de Pacatuba	326.000,00
13527 - Apoio financeiro na área da saúde para o município de Caridade.	135.000,00
13532 - Apoio financeiro na área da saúde para o município de Palmácia.	135.000,00
13534 - Apoio financeiro na área da saúde para o município de Catunda.	135.000,00
13535 - Apoio financeiro na área da saúde para o município de Itapiúna.	100.000,00
13536 - Apoio financeiro na área da saúde para o município de Pacoti.	70.000,00
13537 - Apoio financeiro na área da saúde para o município de Tabuleiro do Norte.	100.000,00
13540 - Apoio financeiro na área da saúde para o município de Reriutaba.	70.000,00
13542 - Apoio financeiro na área da saúde para o município de São Luís do Curu.	70.000,00
13544 - Apoio financeiro para ações de saúde no município de Iracema	500.000,00
13554 - Apoio financeiro para as ações de saúde no município de Itaitinga	200.000,00
13556 - Apoio financeiro para ações de saúde no município de Eusébio	300.000,00
13557 - Apoio financeiro para as ações de saúde no município de Aquiraz	300.000,00
13558 - Apoio financeiro para ações de saúde no município de Paracuru	200.000,00
13592 - Apoio financeiro para ações de saúde no município de Viçosa do Ceará	500.000,00
13595 - Apoio financeiro para ações de saúde no município de Miraíma	100.000,00





ORÇAMENTO ANUAL 2025 - LEI
Demonstrativo de Alinhamento das Entregas do Anexo de Metas e Prioridades da LDO com
a Lei Orçamentária Anual

13603 - Apoio financeiro para ações de saúde no município de Ipueiras	200.000,00
13606 - Apoio financeiro para ações de saúde no município de Miraíma	152.173,00
13610 - Apoio financeiro para ações de saúde no município de Caridade	500.000,00
13617 - Apoio financeiro para custeio da saúde do município de Várzea Alegre.	10.000,00
13622 - Apoio financeiro para custeio da saúde do município de Caucaia	10.000,00
13640 - Apoio financeiro para a saúde do município de Caucaia	200.000,00
13654 - Apoio financeiro para custeio na saúde no município de Granjeiro	10.000,00
13655 - Apoio financeiro para custeio na saúde no município de Catarina	10.000,00
13732 - Apoio financeiro para ações de saúde no município de Cariré	600.000,00
13736 - Apoio financeiro para ações de saúde no município de Maracanaú	400.000,00
13745 - Apoio financeiro para ações de saúde no município de Morada Nova	500.000,00
13748 - Apoio financeiro para ações de saúde no município de Itapajé	500.000,00
13750 - Apoio financeiro para ações de saúde no município de Tamboril	652.173,00
13871 - Custeio da Saúde do município de Forquilha	400.000,00
13873 - Custeio da Saúde do município de Caridade	100.000,00
13906 - Apoio Financeiro Para a Saúde do Município de Redenção	300.000,00
13928 - Apoio financeiro para a saúde do município de Ereré.	10.000,00
13930 - Apoio financeiro para a saúde do município de Aratuba	10.000,00
13933 - Apoio financeiro para a saúde do município de São Gonçalo do Amarante	10.000,00
13935 - Apoio financeiro na saúde do município de Sobral	10.000,00
13936 - Apoio financeiro na saúde do município de Viçosa do Ceará	10.000,00
13937 - Apoio financeiro na saúde do município de Varjota	10.000,00
13969 - Apoio Financeiro para Ações na Saúde no Município de Sobral-CE	1.000.000,00
13987 - Apoio financeiro para a saúde do município de Fortaleza.	1.000.000,00
13990 - Apoio financeiro para a saúde do município de Maracanaú.	152.173,00
13992 - Apoio financeiro para a saúde do município de Maranguape.	100.000,00
13994 - Apoio financeiro para a saúde do município de Cascavel	100.000,00
14009 - Apoio financeiro para o sistema de saúde do município de Maracanaú	1.000.000,00
14010 - Apoio financeiro para ações de saúde no Município de Quixeré	300.000,00
14012 - Apoio financeiro para ações de saúde no Município de Apuiarés	500.000,00
14053 - Recursos para ações básicas da saúde no município de Barroquinha	200.000,00
14055 - Recursos para ações básicas da saúde no município de Bela Cruz	200.000,00
14056 - Recursos para ações básicas da saúde no município de Amontada	200.000,00
14057 - Recursos para ações básicas da saúde no município de Martinópole	200.000,00
14058 - Recursos para ações básicas da saúde no município de Uruoca	200.000,00
14071 - Apoio Financeiro na área da saúde no município de São Luís do Curu.	1.000.000,00
14074 - Apoio financeiro para ações de saúde destinadas às pessoas com TEA / Itaiçaba	130.000,00
14075 - Apoio financeiro às ações de saúde no Município de Jaguarauna	200.000,00
14092 - Apoio financeiro para ações de saúde no município de Itatira	500.000,00
14099 - Apoio financeiro para custeio da saúde do município de Quixeramobim	10.000,00
20642 - Promoção da assistência farmacêutica em fitoterapia	314.450,00
20643 - Apoio à comissão estadual do programa mais médicos para o Brasil.	10.000,00
20644 - Implementação de ações de alimentação e nutrição.	27.678,00
20657 - Apoio financeiro para promoção da atenção primária.	12.432.412,00

Programa**172 - PREVENÇÃO DE DOENÇAS E PROMOÇÃO DA SAÚDE DO CIDADÃO**

Entrega / Ação	VALOR 2025
2126 - UNIDADE DE SAÚDE IMPLANTADA	10.000,00
10936 - Implantação de serviços nas áreas de vigilância em saúde	10.000,00



FSC
www.fsc.org
MISTO
Papel produzido
a partir de fontes
responsáveis
FSC® C126031



ORÇAMENTO ANUAL 2025 - LEI
 Demonstrativo de Alinhamento das Entregas do Anexo de Metas e Prioridades da LDO com
 a Lei Orçamentária Anual

Programa**181 - GESTÃO E PROMOÇÃO DA SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL E COMBATE À FOME**

Entrega / Ação	VALOR 2025
2096 - ALIMENTO DISTRIBUÍDO	3.145.800,00
10083 - Aquisição e Distribuição de Alimentos a População em Situação de Vulnerabilidade Alimentar e Nutricional.	1.500.000,00
10084 - Distribuição de Alimentos do Programa Mais Nutrição.	1.645.800,00

Entrega / Ação	VALOR 2025
2098 - REFEIÇÃO OFERTADA	130.817.000,00
10094 - Aquisição de Insumos e Distribuição de Refeições - Projeto Ceará sem Fome.	130.787.000,00
11793 - Seleção de Estabelecimentos para Oferta de Refeições.	10.000,00
20603 - Apoio ao Monitoramento da Qualidade, Distribuição e Gestão da Oferta de Refeições.	20.000,00

Entrega / Ação	VALOR 2025
2100 - CARTÃO ALIMENTAÇÃO CONCEDIDO	171.317.826,00
11218 - Concessão do Cartão Alimentação - Projeto Ceará Sem Fome.	171.317.826,00



ORÇAMENTO ANUAL 2025 - LEI
 Demonstrativo de Alinhamento das Entregas do Anexo de Metas e Prioridades da LDO com
 a Lei Orçamentária Anual

Programa**196 - SEGURANÇA PÚBLICA FORTALECIDA E INTEGRADA À SOCIEDADE**

Entrega / Ação	VALOR 2025
1967 - PROFISSIONAL QUALIFICADO	5.031.500,00
11108 - Concessão de Bolsas do Curso de Formação	10.000,00
11120 - Concessão de Bolsa Formação de Concurso Público.	11.000,00
20926 - Realização de Cursos para Formação Inicial.	10.500,00
21013 - Pagamento de Gratificação por Atividade de Magistério para os Cursos de Formação Inicial.	5.000.000,00

Entrega / Ação	VALOR 2025
2059 - UNIDADE DE SEGURANÇA PÚBLICA ESTRUTURADA	13.654.126,00
10868 - Aparelhamento da Supesp	10.000,00
10934 - Modernização e Aparelhamento da Área de TI da Supesp	40.000,00
10998 - Reforma das Edificações da SSPDS	30.000,00
10999 - Estruturação das Unidades Prestadoras de Serviços de Segurança Pública	3.570.126,00
11000 - Estruturação da Área de TI das Unidades Prestadoras de Serviços de Segurança Pública	1.300.000,00
11061 - Estruturação das Unidades Prestadoras de Serviço de Segurança Pública - FSPDS	224.000,00
11080 - Estruturação da Área de TI das Unidades Prestadoras de Serviços de Segurança Pública - FSPDS	80.000,00
11081 - Modernização das Estruturas das Unidades Prestadoras de Serviços de Segurança Pública - FSPDS	30.000,00
11082 - Modernização das Estruturas da Área de TI das Unidades Prestadoras de Serviços de Segurança Pública - FSPDS	40.000,00
11359 - Modernização e Ampliação das Instalações da Supesp - FSPDS.	10.000,00
11608 - Recuperação e Manutenção Predial de Unidades de Segurança Pública.	7.300.000,00
12173 - Aquisição de Bens, Mobilários, Equipamentos e Softwares para Estruturação de Data Center da SSPDS e Estruturação da SUPESP (PReVio - COMP II).	1.020.000,00



Entrega / Ação	VALOR 2025
2062 - DELEGACIA ESTRUTURADA	4.490.000,00
11001 - Estruturação das Delegacias Prestadoras de Serviços de Segurança Pública	140.000,00
11002 - Estruturação da Área de TI das Delegacias Prestadoras de Serviços de Segurança Pública	10.000,00
11102 - Modernização das Estruturas da Polícia Civil	2.000.000,00
12028 - Modernização das Estruturas da Polícia Civil - FSPDS.	404.000,00
12063 - Modernização na Área de Tecnologia e Comunicação da Polícia Civil - FSPDS.	346.000,00
12064 - Modernização na Área de Tecnologia e Comunicação da Polícia Civil.	1.000.000,00
12097 - Estruturação de Unidades de Segurança Pública da Polícia Civil.	560.000,00
13435 - Estruturação das edificações da Polícia Civil no município de Maranguape	30.000,00

Entrega / Ação	VALOR 2025
2067 - NÚCLEO DE PERÍCIA IMPLANTADO	190.000,00
10991 - Aparelhamento e Modernização dos Novos Núcleos e Postos Regionais de Perícia Forense	120.000,00
10995 - Aparelhamento e Modernização na Área de T.I. dos Novos Núcleos e Postos Regionais de Perícia Forense	60.000,00
13458 - Construção de Núcleo Regional de Perícia Forense de Brejo Santo	10.000,00

Entrega / Ação	VALOR 2025
2076 - UNIDADE DA MULHER IMPLANTADA	176.000,00
11112 - Implantação de Novas Unidades de Policiamento Civil Especializadas no Atendimento à Mulher.	144.000,00
12029 - Implantação de Novas Unidades de Policiamento Civil Especializadas no Atendimento à Mulher - FSPDS.	22.000,00
13457 - Construção de delegacia da mulher em Brejo Santo	10.000,00



ORÇAMENTO ANUAL 2025 - LEI
**Demonstrativo de Alinhamento das Entregas do Anexo de Metas e Prioridades da LDO com
a Lei Orçamentária Anual**

Programa**211 - DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA AGRICULTURA FAMILIAR**

Entrega / Ação	VALOR 2025
1929 - TECNOLOGIA IMPLANTADA	35.900.255,00
10966 - Implantação de Tecnologia Social para Produção.	6.403.206,00
12577 - Implantação de Tecnologia Social para Produção - (PSV - Comp. II).	6.513.604,00
13909 - Implantação de Tecnologia Social para Produção (PCFP PPF II - Comp. II) - ICO	22.983.445,00

Entrega / Ação	VALOR 2025
1945 - PRODUTOR ASSISTIDO	43.294.697,00
10969 - Ações de Assistência Técnica e Extensão Rural aos Agricultores(as) - (PSJ III - 2ª Fase - Comp. I).	10.695.073,00
10971 - Ações de Assistência Técnica e Extensão Rural aos Agricultores (as).	14.900.000,00
10992 - Prestação de Assistência Técnica e Extensão Rural aos Agricultores.	9.700.000,00
10993 - Assistência Técnica e Extensão Rural as Famílias em Situação de Extrema Pobreza.	2.540.000,00
10994 - Prestação de Assistência Técnica e Extensão Rural aos Agricultores Familiares - Distribuição de Sementes e Mudas e Emissão de Laudos do Garantia Safra.	300.000,00
10996 - Expansão e Aperfeiçoamento das Ações de ATER .	1.650.000,00
12532 - Ações de Assistência Técnica e Extensão Rural aos Agricultores (as) - (PSV - Comp. I).	1.923.511,00
20829 - Apoio as Unidades Operacionais (Escritórios, Centros de Treinamento e Postos Avançados) de ATER.	1.586.113,00

Entrega / Ação	VALOR 2025
1947 - PROJETO IMPLANTADO	99.932.970,00
10113 - Implantação de Projeto de Desenvolvimento de Negócio - (PSJ III - 2ª Fase - Comp. I).	19.182.776,00
10125 - Implantação de Projetos de Desenvolvimento Comunitário.	200.000,00
10132 - Implantação de Plano de Desenvolvimento Comunitário - (PSJ III - 2ª Fase - Comp. I).	2.408.776,00
10656 - Modernização da Atividade Agrícola.	2.000.000,00
10702 - Aquisição de Máquinas, Equipamentos e Semoventes e Acompanhamento Técnico ao Projeto.	11.563.985,00
10846 - Implantação de Plano de Desenvolvimento Comunitário (PSJ III - 2ª Fase - Comp. I).	10.000,00
12529 - Implantação de Plano de Desenvolvimento Produtivo - (PSV - Comp. I).	2.461.272,00
13531 - Apoio financeiro para atender aos agricultores do município de General Sampaio com o Programa Hora do Trator	100.000,00
13646 - Aquisição de microtratores para fortalecimento da agricultura familiar no estado do Ceará.	100.000,00
13778 - Apoio a políticas públicas de Agricultura Urbana e Periurbana em Fortaleza.	200.000,00
13779 - Apoio financeiro para aquisição de motocultivador para o município de Araripe	10.000,00
13780 - Apoio financeiro para aquisição de motocultivador para o município de Arneiroz	10.000,00
13782 - Apoio financeiro para aquisição de motocultivador para o município de Banabuiú	10.000,00
13783 - Apoio financeiro para aquisição de motocultivador para o município de Boa Viagem	10.000,00
13785 - Apoio financeiro para aquisição de motocultivador para o município de Canindé	10.000,00
13788 - Apoio financeiro para aquisição de motocultivador para o município de Capistrano	10.000,00
13790 - Apoio financeiro para aquisição de motocultivador para o município de Caridade	10.000,00
13792 - Apoio financeiro para aquisição de motocultivador para o município de Choró	10.000,00
13793 - Apoio financeiro para aquisição de motocultivador para o município de Horizonte	10.000,00
13794 - Apoio financeiro para aquisição de motocultivador para o município de Ibaretama	10.000,00
13796 - Apoio financeiro para aquisição de motocultivador para o município de Independência	10.000,00
13798 - Apoio financeiro para aquisição de motocultivador para o município de Itarema	10.000,00
13800 - Apoio financeiro para aquisição de motocultivador para o município de Paramoti	10.000,00
13803 - Apoio financeiro para aquisição de motocultivador para o município de Penaforte	10.000,00
13805 - Apoio financeiro para aquisição de ensiladeira para o município de Acopiara	10.000,00
13807 - Apoio financeiro para aquisição de ensiladeira para o município de Amontada	10.000,00
13810 - Apoio financeiro para aquisição de ensiladeira para o município de Aurora	10.000,00
13814 - Apoio financeiro para aquisição de ensiladeira para o município de Cariús	10.000,00
13816 - Apoio financeiro para aquisição de ensiladeira para o município de Catarina	10.000,00
13820 - Apoio financeiro para aquisição de ensiladeira para o município de Choró	10.000,00
13822 - Apoio financeiro para aquisição de ensiladeira para o município de Chorozinho	10.000,00
13824 - Apoio financeiro para aquisição de ensiladeira para o município de Crateús	10.000,00





ORÇAMENTO ANUAL 2025 - LEI
**Demonstrativo de Alinhamento das Entregas do Anexo de Metas e Prioridades da LDO com
a Lei Orçamentária Anual**

13829 - Apoio financeiro para aquisição de ensiladeira para o município de Icapuí	10.000,00
13834 - Apoio financeiro para aquisição de ensiladeira para o município de Iracema	10.000,00
13836 - Apoio financeiro para aquisição de ensiladeira para o município de Itapiúna	10.000,00
13837 - Apoio financeiro para aquisição de ensiladeira para o município de Jaguaretama	10.000,00
13839 - Apoio financeiro para aquisição de ensiladeira para o município de Jucás	10.000,00
13843 - Apoio financeiro para aquisição de ensiladeira para o município de Miraíma	10.000,00
13845 - Apoio financeiro para aquisição de ensiladeira para o município de Monsenhor Tabosa	10.000,00
13853 - Apoio financeiro para aquisição de ensiladeira para o município de Morrinhos	10.000,00
13855 - Apoio financeiro para aquisição de ensiladeira para o município de Morada Nova	10.000,00
13907 - Implantação de Projeto de Desenvolvimento Comunitário (PCFP PPF II - Comp.I) - ICO	52.231.319,00
13908 - Implantação de Projeto de Desenvolvimento Comunitário (PCFP PPF II - Comp.I) - FIDA	7.164.842,00
20671 - Apoio à Produção da Agropecuária Familiar.	2.000.000,00

Programa**222 - INOVA CEARÁ**

Entrega / Ação	VALOR 2025
2044 - EMPREENDIMENTO APOIADO	6.499.425,00
10773 - Apoio Financeiro à Inovação Empresarial pela Modalidade Subvenção Econômica	6.436.425,00
10826 - Prestação de Serviços Tecnológicos e Consultorias - NUTEC.	20.000,00
10827 - Apoio ao Desenvolvimento às Empresas de Base Tecnológica do Estado do Ceará - Subvenção Econômica - NUTEC.	20.000,00
11492 - Apoio ao Desenvolvimento de Empresas por meio de Programas, Projetos e Atividades de Ciência, Tecnologia e Inovação	13.000,00
21032 - Manutenção das Ações voltadas as Empresas por meio de Programas, Projetos e Atividades de Ciência, Tecnologia e Inovação - FUNECE.	10.000,00

Programa**231 - EDUCAÇÃO PROFISSIONAL ARTICULADA AO ENSINO MÉDIO**

Entrega / Ação	VALOR 2025
2049 - ESCOLA IMPLANTADA	1.485.000,00
11295 - Construção e Aquisição de Equipamentos para Escolas de Ensino Médio Integrado à Educação Profissional.	350.000,00
11297 - Aquisição de Equipamentos e Insumos de TI para Escolas de Ensino Médio Integrado à Educação Profissional	250.000,00
11617 - Construção de Edificações Públicas da Educação Profissional.	810.000,00
13425 - Construção de duas EEEPs nos bairros Sapiranga e Edson Queiroz no município de Fortaleza	35.000,00
13614 - Construção de uma EEEP no município de Quixeré	10.000,00
13799 - Construção de uma EEEP no município de Frecheirinha	10.000,00
13864 - Construção de uma escola técnica de tempo integral no município de Amontada	10.000,00
13872 - Construção de uma escola técnica de tempo integral no município de Meruoca	10.000,00



Entrega / Ação	VALOR 2025
2053 - ALUNO ATENDIDO	2.500.000,00
11302 - Pagamento de Bolsa Estágio para Alunos das Escolas de Ensino Médio Integrado à Educação Profissional.	1.000.000,00
11304 - Apoio aos Alunos nas Atividades Curriculares.	1.400.000,00
13165 - Concessão de Bolsas para Apoio às Atividades de Educação Profissional	100.000,00



ORÇAMENTO ANUAL 2025 - LEI
Demonstrativo de Alinhamento das Entregas do Anexo de Metas e Prioridades da LDO com
a Lei Orçamentária Anual

Programa**232 - QUALIFICA CEARÁ: EDUCAÇÃO PROFISSIONAL PARA O MUNDO DO TRABALHO**

Entrega / Ação	VALOR 2025
1910 - BOLSA CONCEDIDA	4.025.000,00
11113 - Concessão de Bolsa para Jovens.	1.450.000,00
12200 - Concessão de Bolsa de Incentivo no Âmbito das Ações do Projeto Virando o Jogo (PReVio - COMP. I).	2.575.000,00
1964 - PESSOA CAPACITADA	79.960.110,00
10252 - Apoio a Capacitação de Profissionais para Oferta de Mão de Obra a Empreendimentos Prioritários.	50.000,00
11075 - Qualificação Social e Profissional de Pessoas em Situação de Vulnerabilidade Social.	6.695.000,00
11115 - Qualificação Profissional de Jovens Cearenses.	6.900.000,00
11118 - Qualificação Social e Profissional de Jovens.	7.584.594,00
11259 - Qualificação Profissional em Nível de Formação Inicial e Continuada.	100.000,00
11804 - Melhoria da Infraestrutura Física para Oferta de Vagas em Cursos de Qualificação Profissional Vinculado ao Programa C-JOVEM.	20.000,00
12203 - Qualificação Social e Profissional de Jovens em Situação de Vulnerabilidade Social, atendidos pelo Virando o Jogo (PReVio - COMP. I).	25.650.000,00
20544 - Oferta de Vagas em Cursos de Qualificação Profissional em Nível de Formação Inicial Continuada.	2.500.000,00
20546 - Oferta de Vagas em Cursos de Qualificação Profissional em Nível Técnico.	1.030.000,00
20548 - Qualificação Profissional em Nível Tecnológico.	7.819.728,00
20666 - Oferta de Vagas em Cursos de Qualificação Profissional vinculado ao Programa C-JOVEM.	40.000,00
20757 - Qualificação Profissional em Nível de Formação Inicial e Continuada.	14.286.723,00
20760 - Qualificação Profissional em Nível Técnico.	3.325.259,00
20767 - Apoio ao Centro de Treinamento Técnico do Ceará.	1.164.154,00
20785 - Qualificação Profissional em Tecnologia da Informação e Comunicação - TIC.	1.132.000,00
20786 - Manutenção da Universidade do Trabalho Digital - UTD.	1.422.461,00
20787 - Manutenção da Área de Tecnologia da Informação na Universidade do Trabalho Digital - UTD.	240.191,00



ORÇAMENTO ANUAL 2025 - LEI
Demonstrativo de Alinhamento das Entregas do Anexo de Metas e Prioridades da LDO com
a Lei Orçamentária Anual

Programa**241 - DESENVOLVIMENTO INTEGRAL DA EDUCAÇÃO SUPERIOR**

Entrega / Ação	VALOR 2025
2038 - CAMPUS UNIVERSITÁRIO ESTRUTURADO	110.680.432,00
10479 - Estruturação dos Campi Universitários - UVA	3.859.092,00
10486 - Apoio a Estruturação dos Campi Universitários - UVA	300.000,00
10858 - Expansão e Modernização do Campus Multiinstitucional de Iguatu.	30.000,00
11666 - Melhoria da Infraestrutura Física da URCA.	50.000,00
11667 - Apoio à Gestão do Geopark Araripe.	400.000,00
11750 - Modernização e Ampliação do Parque Computacional e Infraestrutura da Tecnologia de Informação da URCA.	10.000,00
11756 - Aquisição e Reforma de Prédios para Implantação de Novos Cursos da URCA.	70.000,00
11757 - Aquisição de Equipamentos, Mobiliários e Material Permanente para Implantação dos Novos Cursos de Graduação da URCA	10.000,00
11758 - Aquisição de Equipamentos, Mobiliários e Material Permanente para Setores Administrativos e Acadêmicos dos diversos Campi da URCA	2.660.000,00
11847 - Ampliação do Acervo das Bibliotecas Central e Setoriais.	100.000,00
11862 - Ampliação e Modernização da Infraestrutura Física, Tecnológica e de Equipamentos de Ensino, Pesquisa e Extensão da FUNECE.	6.896.000,00
11863 - Aquisição de Veículos para FUNECE.	28.000,00
11864 - Apoio às Ações Finalísticas da UECE voltadas à Acessibilidade.	108.000,00
11938 - Estruturação Física das Unidades de Ensino Superior.	91.030.280,00
11990 - Modernização e Ampliação das Atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão da Universidade Regional do Cariri - URCA.	900.000,00
13742 - Construção de restaurante universitário na Faculdade de Educação e Ciências Integradas de Crateús (FAEC/UECE).	50.000,00
13944 - Climatização do Campus Humberto Teixeira, no município de Iguatu, que abriga URCA e UECE	15.000,00
21025 - Funcionamento de Novos Equipamentos - MAPP Gestão.	4.164.060,00

Programa**252 - DESENVOLVIMENTO E DIVERSIFICAÇÃO DOS SETORES INDUSTRIALIS**

Entrega / Ação	VALOR 2025
1961 - EMPREENDIMENTO IMPLANTADO	52.020.000,00
10726 - Disponibilização de Infraestrutura para Empreendimentos Estratégicos.	42.000.000,00
10760 - Atendimento de Demandas para Implantação de Empreendimento Industrial.	10.000,00
11921 - Concessão de Incentivos para o Desenvolvimento Industrial do Ceará.	10.000.000,00
13674 - Implantação de uma Fábrica de Gelo no Distrito de Moitas, no município de Amontada	10.000,00





ORÇAMENTO ANUAL 2025 - LEI
**Demonstrativo de Alinhamento das Entregas do Anexo de Metas e Prioridades da LDO com
a Lei Orçamentária Anual**

Programa**261 - INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA**

Entrega / Ação	VALOR 2025
2024 - RODOVIA ESTRUTURADA	153.992.173,00
11032 - Restauração da Infraestrutura de Transporte Rodoviário Estadual.	50.000,00
11322 - Duplicação de Rodovias de Acesso a Destinos e Localidades Turísticas (PROINFUR - Comp II).	10.000,00
11630 - Restauração de Rodovias.	16.550.000,00
11631 - Supervisão de Obras Rodoviárias	350.000,00
11640 - Administração do Programa (Infra Rodoviária Ceará).	20.100.000,00
11641 - Engenharia e Pré-investimento (Infra Rodoviária Ceará).	5.100.000,00
11644 - Restauração e Supervisão (Infrarodoviária Ceará)	111.590.000,00
11913 - Restauração de Rodovia Turística.	10.000,00
13637 - Construção de uma ponte sobre o Rio Jaguaribe na CE-358 no trecho que liga o município de Limoeiro do Norte ao município de Tabuleiro do Norte	10.000,00
13709 - Restauração de Rodovia/CE-265/Entr.CE-187/Nova Russas - Entr.CE-189/Ararendá	20.000,00
13713 - Restauração de Rodovia/CE-265/Entr.CE-189/Ararendá - Entr.BR-404/CE-192/Poranga	20.000,00
13716 - Duplicação da Estrada que liga o município de Camocim, ao município de Granja (rodovia Murilo Rocha Aguiar)	10.000,00
13720 - Restauração de Rodovia/CE-240/Entr.CE-180/Meruoca - Anil	20.000,00
13915 - Duplicação da CE 060 no Município de Iguatu, do bairro Areias ao bairro Varjota	25.000,00
13923 - Duplicação da CE 060 do bairro Vila Neuma ao bairro Chapadinha, no município de Iguatu	25.000,00
13942 - Reforma da Estrada do Matapasto, da CE 375 ao Balneário, no município de Quixelô	20.000,00
14063 - Duplicação da CE -265, no trecho do Triângulo da BR-116 ao município de Limoeiro do Norte	82.173,00

Entrega / Ação	VALOR 2025
2025 - RODOVIA PAVIMENTADA	244.744.590,00
11036 - Ampliação da Infraestrutura de Transporte Rodoviário Estadual.	600.000,00
11323 - Implantação de infraestrutura de acesso a destinos e localidades turísticas.	20.000,00
11324 - Implantação de Rodovias de Acesso a Destinos ou Localidades Turísticas (PROINFUR - Comp II).	10.000,00
11625 - Pagamento de Compensação Ambiental.	70.000,00
11628 - Avaliação, Desapropriação de Imóveis e Licenças Ambientais para Obras Rodoviárias do Estado do Ceará	1.000.000,00
11629 - Pavimentação /Implantação de Rodovias.	155.106.417,00
11643 - Pavimentação e Supervisão (Infrarodoviária Ceará).	85.346.000,00
11920 - Obras e Supervisão (CEARÁ IV - B - Comp. II).	240.000,00
13384 - Pavimentação asfáltica de Brejo Santo (Sede - Muquem dos Cândidos)	10.000,00
13386 - Pavimentação asfáltica de Rosário a comunidade do Valdivino - Milagres	10.000,00
13389 - Pavimentação asfáltica de Missão Velha (Brejo Santo - Jamacaru)	10.000,00
13391 - Pavimentação asfáltica de Brejo Santo (Sede - Abaiara)	10.000,00
13395 - Pavimentação asfáltica em Mauriti (CE-395 - sede - Anauá)	10.000,00
13398 - Pavimentação asfáltica em Caririça (Sede - Distrito Valência)	10.000,00
13506 - Pavimentação de Rodovia/CE-240 (Anil) - Ventura	20.000,00
13507 - Pavimentação no Distrito do Coité no município de Mauriti	250.000,00
13508 - Pavimentação de Rodovia/CE-395/Entr.CE-384 (Mauriti) - Anauá - Divisa PB/CE	20.000,00
13516 - Pavimentação da estrada CE-176 que liga Tamboril à Independência	10.000,00
13530 - Pavimentação da estrada do Distrito de Livramento ao Distrito de Gazea, em Ipueiras	10.000,00
13533 - Pavimentação da estrada na CE-176, que liga Independência à Tauá	10.000,00
13539 - Construir o contorno em pavimentação asfáltica em Monsenhor Tabosa	10.000,00
13543 - Construir o contorno em pavimentação asfáltica em Santa Quitéria	10.000,00
13546 - Construir o contorno em pavimentação asfáltica em Tamboril	10.000,00
13549 - Construir o contorno em pavimentação asfáltica em Nova Russas	10.000,00
13551 - Pavimentação na CE-265, na localidade de Bom Bocadinho, em Ararendá, até Gazea, em Ipueiras	10.000,00
13649 - Pavimentação asfáltica que interliga a rodovia da BR-116 do KM-124 ao distrito de Futuro e ao distrito de Lagoa Grande, no município de Russas	10.000,00
13666 - Pavimentação de Rodovia/CE-457/Entr.CE-187 (Novo Oriente)/Santa Maria - Açude Flor do Campo	20.000,00
13668 - Pavimentação de Rodovia/CE-152/Entr.CE-397 (Palestina) - Quixabinha	20.000,00





ORÇAMENTO ANUAL 2025 - LEI
 Demonstrativo de Alinhamento das Entregas do Anexo de Metas e Prioridades da LDO com
 a Lei Orçamentária Anual

13670 - Pavimentação de Rodovia/CE-060/Granjeiro - Entr.CE-385 (Tataíra)	20.000,00
13673 - Pavimentação de Rodovia/CE-496/Entr.CE-293 (Missão Nova) - Entr.CE-153 (Jamaicá)	20.000,00
13675 - Pavimentação de Rodovia/CE-277/Entr.BR-020/Miranda - Entr.CE-187/Cococá (Tauá)	20.000,00
13677 - Pavimentação de Rodovia/CE-179/Entr.CE-232(Ipanguá)/Tuína - Entr.CE-362 (Sobral)	20.000,00
13678 - Pavimentação asfáltica da CE-187 até a praia dos Curimás, no município de Barroquinha	10.000,00
13681 - Pavimentação de Rodovia/CE-240 (Patriarca) - Entr.CE-179 (Tuína)	20.000,00
13682 - Pavimentação de Rodovia/CE-176/Entr.CE-266 (Tamboril) - Entr.BR-226 (Independência)	20.000,00
13684 - Pavimentação de Rodovia/CE-176/Entr.BR-226/Independência - Iapi	20.000,00
13685 - Pavimentação de Rodovia/CE-176/Entr.BR-226/Independência - Ematuba	20.000,00
13692 - Pavimentação de Rodovia/CE-162/Entr.CE-341/354 (Pentecoste) - Entr.CE-253 (Paramoti)	20.000,00
13697 - Pavimentação asfáltica da Estrada que liga a CE-085 ao distrito de Guriú, no município de Camocim	10.000,00
13699 - Pavimentação de Rodovia/CE-162/Entr.BR-222/São Luís do Curu - Entr.CE-354/Pentecoste	20.000,00
13701 - Pavimentação asfáltica da Estrada que liga a CE-085 ao distrito de Amarelas, no município de Camocim	10.000,00
13704 - Pavimentação de Rodovia/CE-354/Entr.BR-222/Umirim - Entr.CE-162/Pentecoste	20.000,00
13735 - Pavimentação de Rodovia/CE-192/Entr.CE-257/327(Croatá) - Entr.CE-265/BR-404(Poranga)	20.000,00
13744 - Pavimentação de Rodovia/CE-192/Entr.CE-265/BR-404 (Poranga) - Araras	20.000,00
13753 - Pavimentação de Rodovia/CE-153/Entr.CE-397 (Porteiras) / Simião - Entr.BR-116 (Jati)	20.000,00
13821 - Pavimentação asfáltica da estrada que liga a sede do município de Senador Sá ao município de Jijoca de Jericoacoara	10.000,00
13825 - Pavimentação asfáltica da estrada que liga a sede do município de Marco ao município de Senador Sá, e o trecho que sai do município de Marco até a localidade de Assentamento do Remanso	10.000,00
13827 - Pavimentação de Rodovia/CE-496/Entr.CE-153 (Jamaicá) - Entr.CE-393 (Abaiara)	20.000,00
13828 - Pavimentação asfáltica da sede do município de Martinópole ao distrito de Boa vista	10.000,00
13830 - Pavimentação asfáltica da estrada que liga o distrito de São Francisco no município de Meruoca à localidade Meruquinha no município de Massapé	10.000,00
13842 - Pavimentação asfáltica da estrada que liga o município de Pires Ferreira ao Ipú, iniciando na localidade de Delmiro Gouveia em Pires Ferreira, passando pelas localidades de Marruás e Flores no município de Ipú, até a CE-257 que liga o município de Ipú à Hidrolândia	10.000,00
13851 - Pavimentação asfáltica na estrada do Sítio São José, no Viado Seco, e na avenida Posto Beta no município de Tianguá	10.000,00
13858 - Pavimentação asfáltica da estrada no trecho da Vila da Passagem da Onça a comunidade de Tucuns no município de Viçosa do Ceará	10.000,00
13875 - Pavimentação asfáltica na localidade de Milhãs no município de Pacujá. (6km)	10.000,00
13912 - Pavimentação asfáltica da estrada que liga a CE-085 ao distrito de Tatajuba no município de Camocim	10.000,00
14030 - Pavimentação Asfáltica no trecho entr.CE-240 à localidade de São Damião (Massapé)	20.000,00
14072 - Pavimentação de rodovias / Maranguape	1.000.000,00
14080 - Pavimentação em rodovias / Solonópole	422.173,00
14085 - Pavimentação Asfáltica no trecho entr.CE-528 (distrito de Caraúba) - Entr.CE-390 (Corrente) Jardim	10.000,00

Entrega / Ação	VALOR 2025
2028 - AEROPORTO IMPLANTADO	1.120.000,00
11038 - Implantação de Aeroporto Regional.	1.100.000,00
11634 - Construção de Aeroportos Regionais/Aeródromos	20.000,00

Programa**313 - MOBILIDADE, TRÂNSITO E TRANSPORTE**

Entrega / Ação	VALOR 2025
2183 - LINHA LESTE IMPLANTADA	579.440.000,00
11070 - Implantação do Sistema Metroferroviário - Linha Leste (Comp. I - Obras Civis).	539.440.000,00
11071 - Implantação do Sistema Metroferroviário - Linha Leste (Comp. II - Sistemas Fixos).	20.000.000,00
11072 - Implantação do Sistema Metroferroviário - Linha Leste (Comp. III - Material Rodante).	10.000.000,00
11073 - Implantação do Sistema Metroferroviário - Linha Leste (Comp. IV - Gerenciamento e Supervisão).	10.000.000,00





ORÇAMENTO ANUAL 2025 - LEI
 Demonstrativo de Alinhamento das Entregas do Anexo de Metas e Prioridades da LDO com
 a Lei Orçamentária Anual

Programa**321 - MATRIZ ENERGÉTICA DO ESTADO DO CEARÁ**

Entrega / Ação	VALOR 2025
1941 - SISTEMA IMPLANTADO	17.491.230,00
10619 - Implantação de Sistema de Energia Renovável.	10.000,00
11019 - Implantação de Sistemas de Geração e Cogeração de Energia no Estado do Ceará.	100.000,00
11069 - Promoção do Uso Eficiente de Energia Elétrica nas Edificações e Órgãos Públicos Estaduais.	50.000,00
11149 - Promoção do Uso Eficiente de Energia Elétrica nas Edificações e Órgãos Públicos Estaduais	7.465.046,00
11971 - Implantação de Tecnologias para Viabilizar a Produção de Energias Limpas e Renováveis	9.866.184,00
Entrega / Ação	VALOR 2025
2240 - RENDA DO SOL IMPLANTADO	2.300.000,00
11068 - Implantação do Projeto Renda do Sol.	2.300.000,00

Programa**331 - CEARÁ CONSCIENTE POR NATUREZA**

Entrega / Ação	VALOR 2025
1894 - PROJETO APOIADO	14.000.000,00
11439 - Apoio a Implementação do Plano de Ação Comunitária Realizado no Programa Agente Jovem Ambiental.	14.000.000,00

Programa**332 - CEARÁ DA PROTEÇÃO ANIMAL**

Entrega / Ação	VALOR 2025
1914 - ATENDIMENTO REALIZADO	10.000,00
12271 - Apoio a Entidades que Trabalham com Serviços de Atendimento a Cães e Gatos.	10.000,00



ORÇAMENTO ANUAL 2025 - LEI
 Demonstrativo de Alinhamento das Entregas do Anexo de Metas e Prioridades da LDO com
 a Lei Orçamentária Anual

Programa**342 - OFERTA HÍDRICA PARA MÚLTIPLOS USOS**

Entrega / Ação	VALOR 2025
2017 - POÇO INSTALADO	13.829.523,00
11520 - Instalação de Poços com Dessalinizadores do Programa Água Doce - PAD.	11.100.350,00
11523 - Conservação de Dessalinizadores do Programa Água Doce - PAD.	564.000,00
11606 - Instalação de Poços para a Garantia da Captação e do Aproveitamento das Águas Subterrâneas.	2.005.000,00
13661 - Perfuração e implantação de poços profundos com dessalinizadores no município de Ipaumirim	10.000,00
13662 - Perfuração e implantação de poços profundos com dessalinizadores no município de Catarina	10.000,00
13667 - Perfuração e implantação de poços profundos com dessalinizadores no município de Milagres	10.000,00
13669 - Perfuração e implantação de poços profundos com dessalinizadores no município de Quixeramobim	10.000,00
13848 - Perfuração e instalação de poços profundos nas comunidades no município de Tianguá	10.000,00
13857 - Perfuração e implantação de poços profundos com dessalinizadores no município de Lavras da Mangabeira	10.000,00
13868 - Perfuração e implantação de poços profundos com dessalinizadores no município de Itapipoca	10.000,00
14035 - Perfuração de poços profundos no Município de Acaraípe	40.000,00
14052 - Perfuração de poços profundos no Município de Acopiara	50.173,00



Entrega / Ação	VALOR 2025
2129 - BARRAGEM CONSTRUÍDA	40.231.001,00
11251 - Construção da Barragem Jucá, no Município de Parambú.	29.023.975,00
11333 - Construção da Barragem Lontras, no Município de Ipueiras.	60.000,00
11335 - Construção da Barragem Trairi, no Município de Trairi.	110.000,00
11336 - Construção da Barragem Frecheirinha, no Município de Frecheirinha.	60.000,00
11337 - Construção da Barragem Poço Comprido, no Município de Santa Quitéria.	60.000,00
11408 - Construção de Barragens para Expansão da Capacidade de Acumulação Hídrica.	10.000,00
11416 - Construção da Barragem de Berê, no Município de Jardim.	10.000,00
11424 - Construção da Barragem de Oitis, no Município de Mucambo.	4.500.000,00
11425 - Construção da Barragem Boa Vista dos Parentes entre os Municípios de Senador Pompeu e Quixeramobim.	4.550.000,00
11599 - Construção de Barragem para Expansão da Capacidade de Acumulação Hídrica.	200.000,00
11664 - Construção da Barragem Anil no Município de Caucaia.	10.000,00
11889 - Construção da Barragem Pedregulho no Município de Santa Quitéria.	10.000,00
11891 - Construção da Barragem Canto das Pedras no Município de Granja.	10.000,00
11903 - Construção da Barragem Amarelas no Município de Beberibe.	10.000,00
11970 - Plano de Conservação da Microbacia do Rio Gereraú, Maranguape-CE	1.607.026,00

Entrega / Ação	VALOR 2025
2243 - CANAL CONSTRUÍDO	240.601.431,00
11440 - Construção dos Cinturão das Águas do Ceará - CAC - Trecho I.	240.601.431,00

Entrega / Ação	VALOR 2025
2244 - MALHA D'ÁGUA IMPLANTADO	176.356.942,00
11454 - Implantação do Projeto Malha Dágua - Sistema Banabui - Sertão Central (IPF - Comp I).	175.706.942,00
11458 - Aquisição de Equipamento para dar Suporte ao Setor de Recursos Hídricos (IPF Comp I).	20.000,00
11463 - Implantação do Sistema Adutor dos Sertões de Quixadá-Quixeramobim - SAQQ (Integrante do Malha d'Água) - Componente I - Segurança Hídrica e Valorização Agroeconômica da Água	10.000,00
11464 - Implantação do Sistema Adutor de Água Tratada- Malha Dágua.	10.000,00
11501 - Realização de Ações Complementares para Implantação do Projeto Malha Dágua - Sistema Banabui - Sertão Central (IPF - Comp. I).	540.000,00
13963 - Ampliar a infraestrutura hídrica no município de Ereré.	10.000,00
14081 - Ampliar a infraestrutura hídrica no município de Granjeiro	60.000,00



ORÇAMENTO ANUAL 2025 - LEI
**Demonstrativo de Alinhamento das Entregas do Anexo de Metas e Prioridades da LDO com
a Lei Orçamentária Anual**

Programa**351 - ABASTECIMENTO DE ÁGUA, ESGOTAMENTO SANITÁRIO E DRENAGEM URBANA**

Entrega / Ação	VALOR 2025
1984 - SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA IMPLANTADO	93.312.884,00
10610 - Implantação do Serviço de Abastecimento de Água.	73.313.197,00
10997 - Implantação do Serviço de Abastecimento de Água.	6.954.687,00
11035 - Implantação do Serviço de Abastecimento de Água - FESB.	10.000,00
11039 - Implantação do Sistema de Abastecimento de Água em Comunidades de Baixa Renda - FESB.	1.000.000,00
11569 - Implantação do Sistema de Abastecimento de Água das Localidades Turísticas (PROSATUR).	12.000.000,00
13432 - Construção de sistema de abastecimento de água no município de Morada Nova	35.000,00

Entrega / Ação	VALOR 2025
1999 - SISTEMA DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO IMPLANTADO	205.929.642,00
10876 - Implantação de Serviço de Esgotamento Sanitário.	185.059.139,00
11121 - Implantação do Serviço de Esgotamento Sanitário.	6.298.330,00
11122 - Implantação do Serviço de Esgotamento Sanitário - FESB	10.000,00
11813 - Implantação do Sistema de Esgotamento Sanitário das Localidades Turísticas (PROSATUR).	12.000.000,00
12106 - Implantação do Serviço de Esgotamento Sanitário em Comunidades de Baixa Renda - FESB.	2.500.000,00
13442 - Saneamento dos bairros Edson Queiroz e Sapiranga no município de Fortaleza	52.173,00
13448 - Construção de Centro de tratamento de água e esgoto de Brejo Santo	10.000,00

Programa**352 - ABASTECIMENTO DE ÁGUA E ESGOTAMENTO SANITÁRIO NO MEIO RURAL**

Entrega / Ação	VALOR 2025
1984 - SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA IMPLANTADO	132.858.381,00
10006 - Suporte a Proteção e Conservação de Fontes Hídricas - (PSJ III - 2ª Fase - Comp. II).	853.942,00
10623 - Implantação de Sistema de Abastecimento de Água - (PSJ III - 2ª Fase - Comp. II).	24.147.053,00
10634 - Implantação de Sistema de Abastecimento de Água.	21.275.247,00
11431 - Implantação do Serviço de Abastecimento de Água - Projeto Bacia do Salgado.	10.000,00
11515 - Implantação do Serviço de Abastecimento de Água - Projeto de Integração do São Francisco.	18.287.139,00
11517 - Implantação de Sistemas de Abastecimento de Água - FESB.	40.475.000,00
11592 - Construção de Sistema de Abastecimento de Água para Expansão da Capacidade de Transferência Hídrica.	200.000,00
11657 - Implantação do Serviço de Abastecimento de Água (Águas do Sertão - Comp. I).	26.800.000,00
11796 - Implantação do Serviço de Abastecimento de água.	800.000,00
14039 - Implantação de rede de abastecimento de aguá situadas às margens da CE 356	10.000,00

Entrega / Ação	VALOR 2025
1985 - SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA ESTRUTURADO	21.695.000,00
11524 - Melhoria do Serviço de Abastecimento de Água - FESB	160.000,00
11968 - Melhoria do Serviço de Abastecimento de Água (ÁGUAS DO SERTÃO - COMP. I).	21.500.000,00
12297 - Ampliação de Sistema de Abastecimento de Água para a Garantia da Segurança e da Capacidade de Transferência Hídrica	10.000,00
13925 - Abastecimento de água em várias comunidades na zona rural do município de Iguatu	25.000,00

Nota 1: Os valores acima destados podem sofrer alterações por ocasião da abertura de crédito adicional.

Nota 2: Entregas do Anexo de Metas e Prioridades provenientes do PPA. Ações provenientes da Lei Orçamentária Anual.





CEARÁ

GOVERNO DO ESTADO

SECRETARIA DO
PLANEJAMENTO E GESTÃO

LEI ORÇAMENTÁRIA

ANUAL 2025

METAS FISCAIS

VOLUME I





**GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ
ORÇAMENTO ANUAL 2025 - FISCAL E SEGURIDADE - LEI**

Demonstrativo dos Ajustes nas Metas Fiscais da LDO 2025 (Art. 3º, §1º, Lei 18.973, de 05/08/2024)

Compatibilidade entre os Orçamentos e as Metas Fiscais (Art. 5º, Inciso I, da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000)

RECEITAS PRIMÁRIAS	LDO 2025	LOA 2025
RECEITAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (I)	35.365.654	37.068.189
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	16.255.656	17.091.166
ICMS	11.674.294	12.280.636
IPVA	839.419	863.557
ITCD	103.478	95.537
IRRF	2.533.265	2.763.155
Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	1.105.200	1.088.280
Contribuições	731.687	817.872
Receita Patrimonial	936.757	787.461
Aplicações Financeiras (II)	652.972	537.291
Outras Receitas Patrimoniais	283.786	250.170
Transferências Correntes	15.986.909	16.517.153
Cota-Parte do FPE	10.863.286	11.125.937
Transferências da LC 61/1989	36.828	37.235
Transferências do FUNDEB	2.987.599	3.141.000
Outras Transferências Correntes	2.099.196	2.212.981
Demais Receitas Correntes	1.454.645	1.854.538
Outras Receitas Financeiras (III)	113.431	111.073
Receitas Correntes Restantes	1.341.214	1.743.465
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (IV) = [I - (II + III)]	34.599.252	36.419.825
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (V)	3.290.621	3.731.336
RECEITAS NÃO PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (VI)	82.763	28.762
RECEITAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (VII)	3.288.584	3.480.635
Operações de Crédito (VIII)	3.003.705	2.446.261
Amortização de Empréstimos (IX)		50.000
Alienação de Bens	0	70.723
Receitas de Alienação de Investimentos Temporários (X)		
Receitas de Alienação de Investimentos Permanentes (XI)		
Outras Alienações de Bens		70.723
Transferências de Capital	284.879	913.651
Convênios	159.037	912.782
Outras Transferências de Capital	125.841	869
Outras Receitas de Capital	0	0
Outras Receitas de Capital Não Primárias (XII)		-
Outras Receitas de Capital Primárias		-
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (XIII) = [VII - (VIII + IX + X + XI + XII)]	284.879	984.374
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XIV)		-
RECEITAS NÃO PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XV)		-
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (XVI) = (IV + V + XIII + XIV)	38.174.751	41.135.535
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (EXCETO FONTES RPPS) (XVII) = (IV + XIII)	34.884.130	37.404.199

Obs. 1: - Em conformidade com o art. 3º, § 1º da LDO 2025, as metas fiscais poderão ser reajustadas pela Lei Orçamentária Anual. O principal ajuste na receita da LOA refere-se à:

* Transferências de Capital: Incremento de R\$ 628,8 milhões em relação à LDO 2025, decorrente dos recursos oriundos de convênios federais previstos, destacando-se: R\$ 330 milhões de recursos para a Linha Leste e R\$ 226 milhões de recursos para o Cinturão das Águas.





GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ

ORÇAMENTO ANUAL 2025 - FISCAL E SEGURIDADE - LEI

Demonstrativo dos Ajustes nas Metas Fiscais da LDO 2025 (Art. 3º, §1º, Lei 18.973, de 05/08/2024)

Compatibilidade entre os Orçamentos e as Metas Fiscais (Art. 5º, Inciso I, da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000)

DESPESAS PRIMÁRIAS	LDO 2025	LOA 2025
DESPESAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (XVII)	32.777.368	35.220.874
Pessoal e Encargos Sociais	18.497.917	19.472.531
Juros e Encargos da Dívida (XIX)	1.140.037	1.022.586
Outras Despesas Correntes	13.139.414	14.725.758
Transferências Constitucionais e Legais	-	-
Demais Despesas Correntes	13.139.414	14.725.758
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (XX) = (XVII - XIX)	31.637.331	34.198.288
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (XXI) ⁽¹⁾	3.373.384	3.759.399
DESPESAS NÃO PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (XXII)	-	-
DESPESAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (XXIII)	5.848.776	5.302.950
Investimentos	3.579.615	3.575.273
Inversões Financeiras	198.544	141.044
Concessão de Empréstimos e Financiamentos (XXIV)	77.195	58.468
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XXV)	-	-
Aquisição de Título de Crédito (XXVI)	-	-
Demais Inversões Financeiras	121.349	82.576
Amortização da Dívida (XXVII)	2.070.617	1.586.633
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (XXVIII) = [XXIII - (XXIV + XXV + XXVI + XXVII)]	3.700.964	3.657.849
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XXIX)	28.094	25.000
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XXX)	-	700
DESPESAS NÃO PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XXXI)	-	-
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XXXII) = (XX + XXI + XXVIII + XXIX + XXX)	38.739.774	41.641.236
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (EXCETO FONTES RPPS) (XXXIII) = (XX + XXVIII + XXIX)	35.366.389	37.881.138

Obs. 2 - Pelo lado das despesas, as principais modificações se referem à:

* Pessoal e Encargos Sociais: a elevação na ordem de R\$ 1 bilhão em função, principalmente, das melhorias concedidas a Outros Poderes, da previsão de realização de novos concursos, bem como das melhorias em planos de cargos e carreiras de algumas áreas.

*Outras Despesas Correntes: a elevação na ordem de R\$ 1,5 bilhão em função, principalmente, das melhorias concedidas a Outros Poderes, expansão dos serviços de oncologia, traumatologia, abertura de leitos pediátricos, implantação de novas escolas de tempo integral e educação profissional, além da contratação de técnicos para trabalhar nas novas escolas.

RESTOS A PAGAR PAGOS (XXXIV)	1.088.557	1.094.057
------------------------------	-----------	-----------

RESULTADO PRIMÁRIO (COM RPPS) - Acima da Linha (XXXV) = [XVI - (XXXII + XXXIV)]	-1.653.580	-1.599.758
RESULTADO PRIMÁRIO (SEM RPPS) - Acima da Linha (XXXVI) = [XVII - (XXXIII + XXXIV)]	-1.570.816	-1.570.996

⁽¹⁾ Além dos recursos próprios do RPPS previstos nos GNDs 31,33 e 44, as DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (XXI) contemplam também recursos próprios da Reserva do RPPS no valor de R\$ 225.386.391,46 na coluna LDO 2025 e no valor de R\$ 331.876.419,00 na coluna LOA 2025.

RESULTADO NOMINAL - LOA 2025	2024 (a)	2025 (b)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	18.622.370	22.413.255
DEDUÇÕES (II)	6.173.446	5.194.979
Disponibilidade de Caixa	5.899.672	4.886.535
Disponibilidade de Caixa Bruta	7.335.139	6.246.582
(-) Restos a Pagar Processados (III)	196.384	235.259
(-) Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	1.239.083	1.124.788
Demais Haveres Financeiros	273.774	308.444
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (IV) = (I - II)	12.448.924	17.218.275
RESULTADO NOMINAL (SEM RPPS) - Abaixo da Linha (V) = (IVa - IVb)	-	4.769.351

META FISCAL LDO 2025 PARA O RESULTADO NOMINAL - Abaixo da Linha	-	4.769.351
---	---	-----------





CEARÁ
GOVERNO DO ESTADO

SECRETARIA DO
PLANEJAMENTO E GESTÃO

LEI ORÇAMENTÁRIA

ANUAL 2025

RENÚNCIA DE RECEITAS E MARGEM PARA EXPANSÃO DA DESPESA

VOLUME I





GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ
ORÇAMENTO ANUAL 2025
ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA

LRF, art 4º, § 2º, inciso V

R\$ 1,00

TRIBUTO	MODALIDADE	SETORES/ PROGRAMAS/ BENEFICIÁRIOS	RENÚNCIA DA RECEITA	Compensação (1)
			2025	
ICMS	Outros Benefícios	Fundo de Desenvolvimento Industrial - Lei 10.367/79	3.447.567.877,00	
	Modificação da base de cálculo	Tratamento Tributário Diferenciado - Lei 13.025/2000	1.565.677.506,00	
SUBTOTAL			5.013.245.383,00	
IPVA	Isenção	Proprietários de veículos automotores	135.180.533,00	
ITCD	Isenção	Isenção 7000 UFRCE , conforme alínea a inciso I da Lei N.º 15.812/2015	16.678.061,00	
TOTAL			5.165.103.977,00	

FONTE: SEFAZ / Data da emissão 02/10/24

(1): Sem compensação, visto que as receitas de Impostos e Taxas previstas para 2025 estão líquidas da Renúncia de Receita estimada neste Anexo, conforme detalhamento abaixo:



Demonstrativo	Valor	Observações
Receita Principal Bruta de ICMS, IPVA e ITCD	27.770.200.466	Valor Bruto sem a Renúncia de Receita
(-) Renúncia - ICMS, IPVA e ITCD	5.165.103.977	Observado no Demonstrativo de Renúncia de Receita - LOA 2025
(-) Transferência a Municípios - Receita ICMS e IPVA	6.055.433.831	Compõe o total das Transferências a Municípios observado no Demonstrativo de Receita da Adm.Direta - LOA 2025
(-) Fundeb - Receita ICMS,IPVA e ITCD	3.309.932.532	Compõe o total das Transferências ao FUNDEB observado no Demonstrativo de Receita da Adm.Direta - LOA 2025
(=) Receita de ICMS, IPVA e ITCD	13.239.730.126	Valor Líquido disponível de ICMS e IPVA utilizado na LOA 2025



**GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ
ORÇAMENTO ANUAL 2025
ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA**

Fundo de Desenvolvimento Industrial - Lei 10.367/79

LRF, art 4º, § 2º, inciso V

REGIÕES	2025
REGIÃO GRANDE FORTALEZA	2.747.799.537
REGIÃO SERTÃO DE SOBRAL	205.991.383
REGIÃO VALE DO JAGUARIBE	187.420.381
REGIÃO CARIRI	147.989.098
REGIÃO SERTÃO CENTRAL	51.213.004
REGIÃO LITORAL OESTE VALE DO CURU	31.393.556
REGIÃO LITORAL LESTE	25.260.900
REGIÃO SERTÃO DOS CRATEUS	23.389.949
REGIÃO CENTRO SUL	13.355.426
REGIÃO SERRA DA IBIAPABA	6.418.936
REGIÃO LITORAL NORTE	4.216.130
REGIÃO SERTÃO DE CANINDE	2.076.920
REGIÃO SERTÃO DOS INHAMUNS	533.839
REGIÃO MACIÇO DO BATURITE	508.818
Total Geral	3.447.567.877

Fonte: Secretaria da Fazenda

Nota: Lei Complementar n. 154, de 20 de outubro de 2015 - Define as Regiões do Estado do Ceará para fins de planejamento.

Tratamento tributário diferenciado - Lei 13.025/2000

LRF, art 4º, § 2º, inciso V

REGIÕES	2025
REGIÃO GRANDE FORTALEZA	1.408.242.985
REGIÃO SERTÃO DE SOBRAL	15.014.611
REGIÃO VALE DO JAGUARIBE	10.435.644
REGIÃO DO CARIRI	64.033.163
REGIÃO SERTÃO CENTRAL	5.913.714
REGIÃO LITORAL OESTE VALE DO CURU	2.472.930
REGIÃO LITORAL LESTE	1.547.391
REGIÃO SERTÃO DOS CRATEUS	784.711
REGIÃO CENTRO SUL	30.158.357
REGIÃO SERRA DA IBIAPABA	16.667.657
REGIÃO LITORAL NORTE	8.768.338
REGIÃO SERTÃO DE CANINDE	1.035.427
REGIÃO SERTÃO DOS INHAMUNS	306.784
REGIÃO MACIÇO DO BATURITE	295.793
Total geral	1.565.677.506

Fonte: Secretaria da Fazenda

Nota: Lei Complementar n. 154, de 20 de outubro de 2015 - Define as Regiões do Estado do Ceará para fins de planejamento.

IPVA - Isenção -

LRF, art 4º, § 2º, inciso V

REGIÕES	2025
REGIÃO GRANDE FORTALEZA	97.231.103
REGIÃO SERTÃO DE SOBRAL	4.168.658
REGIÃO VALE DO JAGUARIBE	3.374.725
REGIÃO DO CARIRI	8.843.830
REGIÃO SERTÃO CENTRAL	2.738.659
REGIÃO LITORAL OESTE VALE DO CURU	2.770.969
REGIÃO LITORAL LESTE	1.949.349
REGIÃO SERTÃO DOS CRATEUS	2.943.832
REGIÃO CENTRO SUL	2.287.740
REGIÃO SERRA DA IBIAPABA	2.361.793
REGIÃO LITORAL NORTE	2.280.820
REGIÃO SERTÃO DE CANINDE	1.421.463
REGIÃO SERTÃO DOS INHAMUNS	950.912
REGIÃO MACIÇO DO BATURITE	1.856.679
Total geral	135.180.533

Fonte: Secretaria da Fazenda

Nota: Lei Complementar n. 154, de 20 de outubro de 2015 - Define as Regiões do Estado do Ceará para fins de planejamento.

ITCD - Isenção -

LRF, art 4º, § 2º, inciso V

REGIÕES	2025
REGIÃO GRANDE FORTALEZA	13.754.466
REGIÃO SERTÃO DE SOBRAL	600.309
REGIÃO VALE DO JAGUARIBE	200.506
REGIÃO DO CARIRI	1.093.938
REGIÃO SERTÃO CENTRAL	147.909
REGIÃO LITORAL OESTE VALE DO CURU	54.962
REGIÃO LITORAL LESTE	125.521
REGIÃO SERTÃO DOS CRATEUS	157.261
REGIÃO CENTRO SUL	157.676
REGIÃO SERRA DA IBIAPABA	178.610
REGIÃO LITORAL NORTE	106.422
REGIÃO SERTÃO DE CANINDE	29.694
REGIÃO SERTÃO DOS INHAMUNS	19.631
REGIÃO MACIÇO DO BATURITE	51.157
Total geral	16.678.061

Fonte: Secretaria da Fazenda

Nota: Lei Complementar n. 154, de 20 de outubro de 2015 - Define as Regiões do Estado do Ceará para fins de planejamento.

Benefícios Regionalizados Consolidados

LRF, art 4º, § 2º, inciso V

REGIÕES	2025
REGIÃO GRANDE FORTALEZA	4.267.028.090
REGIÃO SERTÃO DE SOBRAL	225.774.962
REGIÃO VALE DO JAGUARIBE	201.431.256
REGIÃO DO CARIRI	221.960.030
REGIÃO SERTÃO CENTRAL	60.013.285
REGIÃO LITORAL OESTE VALE DO CURU	36.692.417
REGIÃO LITORAL LESTE	28.883.161
REGIÃO SERTÃO DOS CRATEUS	27.275.753
REGIÃO CENTRO SUL	45.959.199
REGIÃO SERRA DA IBIAPABA	25.626.996
REGIÃO LITORAL NORTE	15.371.711
REGIÃO SERTÃO DE CANINDE	4.563.504
REGIÃO SERTÃO DOS INHAMUNS	1.811.166
REGIÃO MACIÇO DO BATURITE	2.712.448
Total geral	5.165.103.978

Fonte: Secretaria da Fazenda





GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ
ORÇAMENTO ANUAL 2025
ESTIMATIVA DA COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA

Relativamente aos benefícios decorrentes dos programas do Fundo de Desenvolvimento Industrial - FDI, as renúncias de receitas foram projetadas para o exercício de 2025 a partir da aplicação de indicadores macroeconômicos (variação do índice de preços e crescimento econômico nacional) à base formada pelos benefícios utilizados no último exercício encerrado, obtidos a partir da escrituração fiscal, deduzidos os valores pagos como retorno do benefício, conforme previsto nas normas legais.

Foram levados em consideração os parâmetros estabelecidos no artigo 12 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, que podem ser aplicados adequadamente em tal projeção. Isto porque os benefícios concedidos no âmbito do FDI consistem na aplicação de percentual previamente contratado, incidente sobre o valor do imposto de recolher (receita tributária). Desta forma, a variação da receita tributária impacta diretamente no valor da renúncia dessa receita.

Já em relação às isenções do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA) e do Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação (ITCD), as renúncias de receitas foram projetadas para o exercício de 2025 a partir da aplicação de índices macroeconômicos (variação do índice de preços e crescimento econômico nacional) ao montante total arrecadado no último exercício encerrado.

Vale destacar que, em relação ao demonstrativo regionalizado dos benefícios fiscais concedidos através de Termos de Acordo o agrupamento dos municípios em regiões respeitou os critérios definidos pela Lei Complementar nº 154/2015. É importante destacar que os benefícios fiscais concedidos através de termos de acordo seguem parâmetros legais específicos propostos, inicialmente, pela lei 13.025 de 20/06/2000. Alguns parâmetros merecem destaque para a avaliação do demonstrativo regionalizado de benefícios fiscais.

O primeiro parâmetro é o necessário enquadramento do contribuinte como atacadista. A grande concentração do setor de atacado está localizada na região Grande Fortaleza. Por consequência, o quantitativo de benefícios fiscais se concentra nessa região, como uma relação probabilística. Para além disso, outro parâmetro do termo de acordo é o regime da substituição tributária. Isso significa que há uma antecipação do ICMS de toda a cadeia tributária logo na entrada da mercadoria no estabelecimento atacadista.

A concentração dos estabelecimentos atacadistas na região da Grande Fortaleza está alicerçada, dentre outras hipóteses, no grande mercado consumidor e no potencial logístico da região, sobretudo com o aporte estrutural formado pelo Complexo do Pecém.

Analizando o PIB de acordo com as quatorze macrorregiões de planejamento do Estado do Ceará, conforme indicadores econômicos fornecidos pelo IPECE, verifica-se uma forte concentração na Grande Fortaleza, que representa a maior região metropolitana do Ceará, apresentando, em 2019, 63,15% do PIB do Ceará. Esse dado se mantém para 2020, conforme Análise do PIB dos Municípios Cearenses promovida pelo IPECE em 2022. Inclusive, esse estudo aponta que, na indústria, os municípios de Fortaleza, Maracanaú e São Gonçalo do Amarante (Grande Fortaleza) se mantiveram como os três principais para manufatura estadual, mantendo uma configuração observada desde 2017.

Com relação à segunda maior concentração de benefícios, Região do Cariri, a doutrina destaca que o ato da criação de uma Região Metropolitana no interior cearense representa o reconhecimento da importância do Cariri no âmbito estadual. Em termos econômicos, pode-se dizer que Juazeiro do Norte, Barbalha e Crato são as principais cidades dessa Região, também denominados de centros secundários no Estado do Ceará, concentrando maior parte da população e dos melhores indicadores socioeconômicos regionais, haja vista que eles agregam economias de polo industrial, comercial e de serviços.

A fim de compreender o demonstrativo regionalizado dos benefícios fiscais, é importante avaliar os dados do emprego. O Diagnóstico Consolidado Desenvolvimento do Ceará, entre 1987 a 2017, desagregando o Ceará por região de planejamento, evidenciou a concentração dos serviços na Grande Fortaleza, que respondeu por 70,29% do emprego de serviços no Estado, em uma trajetória cujos valores oscilam em torno dos 70%.

Além do mais, o estudo constatou que as diferenças entre as regiões cearenses são tão relevantes, que o Cariri, segunda região na classificação estadual, respondeu por 8,12% do emprego estadual de serviços, em 2016, vindo em seguida o Sertão de Sobral, com 3,58%. As oito regiões com menor participação responderam, juntas, por 11,62% no emprego do setor no Ceará, o que dá uma média de 1,45% para cada uma delas.

Em resumo, a trajetória do emprego nos serviços, acompanha a da economia cearense como um todo, elevando-se sua participação na Grande Fortaleza e no Cariri. Por sua vez, essa trajetória segue os mesmos parâmetros do PIB, da economia e dos benefícios fiscais concedidos através de termos de acordo.

IPECE, 2021.

Indicadores econômicos do Ceará. Disponível em: https://www.ipece.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/45/2022/01/Indicadores_Economicos2021.pdf

Análise do PIB dos Municípios Cearenses – 2020, IPECE (2022). Disponível em: https://www.ipece.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/45/2022/12/PIB_Municipal_2020.pdf

MORAIS, J. M. L.; MACEDO, F. C. Regiões metropolitanas do Ceará: dispersão produtiva e concentração de serviços. DRd – Desenvolvimento Regional em debate, v. 4, n. 2, p. 178-203, jul./dez. 2014.

CEARÁ 2050, Diagnóstico Consolidado Desenvolvimento do Ceará, entre 1987 – 2017. Fortaleza - CE, dezembro de 2018. Disponível em: <https://www.ceara2050.ce.gov.br/api/wp-content/uploads/2019/01/ceara-2050-diagnostico-consolidado-ceara-2050-versao-final-prof-jair-do-amaral.pdf>





GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ
ORÇAMENTO ANUAL 2025 - LEI
MARGEM PARA EXPANSÃO DA DESPESA CONTINUADA

LRF, art. 4º, parágrafo 2º, inciso V R\$ 1,00

EVENTO	Valor Previsto 2025
Aumento Permanente da Receita	745.573.727
(-) Transferências Constitucionais	186.393.432
(-) Transferências ao FUNDEB	111.836.059
Saldo Final do Aumento Permanente de Receita (I)	447.344.236
Redução Permanente da Despesa (II)	-
Margem Bruta (III) = (I) + (II)	447.344.236
Saldo Utilizado da Margem Bruta (IV)	201.883.926
Novas DOCC	201.883.926
Novas DOCC geradas por PPP	
Margem Líquida de Expansão de DOCC V = (III - IV)	245.460.310

FONTE: SEPLAG, 30/09/2024, às 14h:00min

A estimativa da margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado é um requisito introduzido pela Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF, em seu art. 17, para assegurar que não haverá a criação de nova despesa sem fontes consistentes de financiamento, sem que haja aumento permanente de receita ou redução de outra despesa de caráter continuado.

Considera-se como obrigatória de caráter continuado a despesa corrente derivada de lei, medida provisória ou ato administrativo normativo que fixem para o ente a obrigação legal de sua execução por um período superior a dois exercícios (caput do art. 17, da LRF).

Desse modo, o Estado do Ceará estimou parcela do crescimento do ICMS em 2025 no valor aproximado de R\$ 745,6 milhões de reais para fazer face a novas despesas de caráter continuado.

Contudo, do valor projetado, deve ser deduzida a parcela destinada aos municípios, representando cerca de R\$ 186,4 milhões e o montante que irá compor o FUNDEB, no montante de R\$ 111,8 milhões aproximadamente.

Após realizadas as deduções, R\$ 201,9 milhões, aproximadamente, serão destinados ao custeio dos novos equipamentos previstos com repercussão em 2025.

Por fim, R\$ 245,5 milhões, aproximadamente, é a margem líquida projetada de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado que poderão advir em decorrência de outros investimentos planejados pelo Estado para os anos subsequentes.





CEARÁ

GOVERNO DO ESTADO

SECRETARIA DO
PLANEJAMENTO E GESTÃO

LEI ORÇAMENTÁRIA

ANUAL 2025

EVOLUÇÃO DAS RECEITAS

VOLUME I





GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ
ORÇAMENTO ANUAL 2025 - LEI

EVOLUÇÃO DAS RECEITAS

Administração Direta, Autarquias, Fundos, Fundações e Estatais Dependentes (a preços correntes)

R\$ milhares

ESPECIFICAÇÃO	Ano				
	2021	2022	2023	2024	2025
RECEITAS CORRENTES	35.221.616	41.740.690	44.030.460	45.390.325	49.987.077
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	19.634.012	21.534.614	22.267.496	23.258.484	26.455.644
Receita de Contribuição	1.163.672	1.335.005	1.491.247	1.504.905	1.835.338
Receita Patrimonial	477.513	1.269.976	1.489.857	1.525.531	816.173
Receita de Serviços	277.003	391.015	486.803	495.527	609.728
Transferências Correntes	12.962.002	16.451.816	17.353.979	17.821.757	19.399.631
Outras Receitas Correntes / Agropecuária	707.415	758.264	941.078	784.121	870.562
Dedução da Receita Corrente - Transferências Constitucionais	-	(4.867.306)	(5.163.304)	(5.356.982)	(6.122.894)
Dedução da Receita Corrente para Formação do FUNDEB	(4.386.679)	(5.030.587)	(5.179.974)	(5.465.456)	(6.124.951)
RECEITAS DE CAPITAL	1.644.109	783.845	1.693.933	1.792.298	3.480.635
Operações de Crédito	1.406.915	593.505	1.319.242	1.272.561	2.446.261
Alienação de Bens	47.232	93	10.484	664	70.723
Amortização de Empréstimos	323	6.536	69.045	-	50.000
Transferências de Capital	189.328	183.712	295.162	519.073	913.651
Outras Receitas de Capital	310	-	-	-	-
TOTAL DA RECEITA	32.479.046	32.626.642	35.381.115	36.360.186	41.219.867
RECEITA INTRAORÇAMENTÁRIA LÍQUIDA	1.717.307	2.316.208	2.007.926	2.761.754	3.089.056

Notas: 1. Balanço Geral do Estado - 2021 a 2023

2. SIOF - LOA 2024 e LOA2025

3. A partir da LOA 2022 as Transferências Constitucionais aos Municípios serão realizadas através de Dedução de Receita





CEARÁ

GOVERNO DO ESTADO

SECRETARIA DO
PLANEJAMENTO E GESTÃO

LEI ORÇAMENTÁRIA

ANUAL 2025

EVOLUÇÃO DAS DESPESAS

VOLUME I





ESTADO DO CEARÁ
ORÇAMENTO ANUAL 2025 - LEI
EVOLUÇÃO DAS DESPESAS

Administração Direta, Autarquias, Fundos, Fundações e Estatais Dependentes (a preços correntes)

R\$ milhares

ESPECIFICAÇÃO					
	2021	2022	2023	2024	2025
DESPESAS CORRENTES	26.165.255	26.698.673	30.842.176	31.942.039	35.589.538
Pessoal e Encargos Sociais	12.458.914	15.149.089	18.091.406	19.151.976	20.685.601
Juros e Encargos da Dívida	516.363	855.326	1.198.322	1.156.089	1.022.586
Outras Despesas Correntes	13.189.978	10.694.258	11.552.449	11.633.974	13.881.351
DESPESAS DE CAPITAL	5.000.196	5.431.595	4.350.218	3.946.325	5.273.452
Investimentos	3.477.674	3.835.032	2.733.904	2.573.434	3.545.776
Inversões Financeiras	312.577	155.870	120.017	153.968	141.044
Amortização Financeira	1.209.945	1.440.693	1.496.297	1.218.923	1.586.633
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	-			471.822	356.876
TOTAL DA DESPESA	31.165.451	32.130.268	35.192.394	36.360.186	41.219.867
DESPESAS INTRAORÇAMENTÁRIAS	1.726.167	2.461.685	2.231.246	2.752.712	3.089.056

Fonte: 1. Balanço Geral do Estado - 2021 a 2023

2. SIOF - LOA 2024 e LOA 2025

3. A partir da LOA 2022 as Transferências Constitucionais aos Municípios são realizadas através de Dedução de Receita





CEARÁ

GOVERNO DO ESTADO

SECRETARIA DO
PLANEJAMENTO E GESTÃO

LEI ORÇAMENTÁRIA

ANUAL 2025

DEMONSTRATIVO LEGISLAÇÃO DAS RECEITAS

VOLUME I





ORÇAMENTO ANUAL 2025 - LEI
Demonstrativo Legislação das Receitas

Natureza de Receita	Ft.	Descrição	Legislação
1112510101	500	IPVA - Principal	Constituição Federal de 1988 (art.155, III);
1112510201	500	IPVA - Multas e Juros de Mora	Lei nº 12.023/1992 - Dispõe sobre o Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA);
1112510301	500	IPVA - Dívida Ativa	Lei nº 12.233/1993 - Altera dispositivo da Lei nº 12.023, de 20 de novembro de 1992, que dispõe sobre o Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA - e dá outras providências;
1112510401	500	IPVA - Dívida Ativa - Multa e Juros de Mora	Lei nº 12.397/1994 - Altera dispositivos da Lei nº 12.023, de 20 de novembro de 1992, que dispõe sobre o Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA) e dá outras providências;
			Lei nº 12.659/1996 - Altera dispositivos da Lei nº 12.023, de 20 de novembro de 1992, que dispõe sobre o Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA).
1112520101	500	ITCD - Principal	Constituição Federal de 1988 (art.155, I);
1112520201	500	ITCD - Multas e Juros de Mora	Lei nº 11.527/1988 - Institui o Imposto sobre Transmissão "Causa Mortis" e Doação, de quaisquer bens ou direitos, e dá outras providências;
1112520301	500	ITCD - Dívida Ativa	Lei nº 15.812/2015 - Dispõe acerca do Imposto sobre Transmissão "Causa Mortis" e Doação, de quaisquer bens ou direitos (ITCD);
1112520401	500	ITCD - Dívida Ativa - Multas e Juros de Mora	Lei nº 16.904/2019 - Altera a Lei nº 15.812/2015;
			Lei nº 17.193/2020 - Altera a Lei nº 15.812/2015;
			Decreto nº 32.082/2016 - Regulamenta a Lei nº 15.812, de 20 de julho de 2015, que dispõe acerca do Imposto sobre Transmissão "Causa Mortis" e Doação, de quaisquer bens ou direitos (ITCD);
			Decreto nº 34.296, de 07 de outubro de 2021 - Altera o Decreto nº 32.082, de 11 de novembro de 2016.
1113031101	500	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho	Constituição Federal de 1988 (art.157, I);
1113034101	500	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Outros Rendimentos	Lei Federal nº 5.172/1966 - Institui o Código Tributário Nacional (art. 43 a 45);
			Emenda Constitucional nº 42, de 19.12.2003 - Altera o Sistema Tributário Nacional e dá outras providências;
			Lei nº 11.525 - Institui o Adicional do Imposto Sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza;
			Lei nº 7713/1988 - Altera a legislação do imposto de renda e dá outras providências;
			Lei nº 7959/1989 - Altera a legislação do Imposto de Renda, e dá outras providências;
			Lei nº 7975/1989 - Altera a legislação do imposto de renda e dá outras providências;
			Lei nº 8134/1990 - Altera a legislação do Imposto de Renda e dá outras providências;
			Lei nº 8541/1992 - Altera a legislação do Imposto de Renda e dá outras providências;
			Lei nº 8848/1994 - Altera a legislação do imposto sobre a renda e proventos de qualquer natureza e dá outras providências.

ORÇAMENTO ANUAL 2025 - LEI
Demonstrativo Legislação das Receitas

Natureza de Receita	Ft.	Descrição	Legislação
1114501101	500	ICMS Combustível	Constituição Federal (art.155, II); Lei Complementar nº 87/1996 - Dispõe sobre o Imposto dos Estados e do Distrito Federal sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação e dá outras providências;
1114501102	500	ICMS Comércio Atacadista	Lei nº 12.670/1996 - Dispõe acerca do Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS) e dá outras providências;
1114501103	500	ICMS Comércio Varejista	Lei nº 16.177/2016 - Altera dispositivos da Lei nº 12.670, de 27 de dezembro de 1996, que dispõe acerca do Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS), da Lei nº 13.025, de 20 de junho de 2000, que altera a base de cálculo do ICMS e dá outras providências, da Lei nº 14.237, de 10 de novembro de 2008, que dispõe sobre o regime de substituição tributária nas operações realizadas por contribuintes do ICMS;
1114501104	500	ICMS Comunicação	Medida Provisória nº 683/2015 - Institui o Fundo de Desenvolvimento Regional e Infraestrutura e o Fundo de Auxílio à Convergência das Alíquotas do ICMS, com a finalidade de facilitar o comércio interestadual e estimular o investimento produtivo e o desenvolvimento regional;
1114501106	500	ICMS Energia Elétrica	Decreto nº 24.569/1997 - Consolida e regulamenta a legislação do Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS) e dá outras providências;
1114501112	500	ICMS Transporte	Decreto nº 33.327/2019 - Consolida e Regulamenta a legislação do Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS), e dá outras providências;
1114501202	500	Multas e Juros de Mora - ICMS Comércio Atacadista	Decreto nº 34.605/2022 - Consolida e regulamenta as disposições dos capítulos X a XIV da lei nº 12.670, de 27 de dezembro de 1996, que dispõe sobre o Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre prestações de serviços de transportes interestadual e intermunicipal e de comunicação (ICMS), e dá outras provisões;
1114501203	500	Multas e Juros de Mora - ICMS Varejista	Lei Complementar nº 194/2022 - Altera a Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 (Código Tributário Nacional), e a Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996 (Lei Kandir), para considerar bens e serviços essenciais os relativos aos combustíveis, à energia elétrica, às comunicações e ao transporte coletivo, e as Leis Complementares nºs 192, de 11 de março de 2022, e 159, de 19 de maio de 2017.
1114501204	500	Multas e Juros de Mora - ICMS Comunicação	
1114501206	500	Multas e Juros de Mora - ICMS Energia Elétrica	
1114501207	500	Multas e Juros de Mora - ICMS Indústria	
1114501212	500	Multas e Juros de Mora - ICMS Transporte	
1114501222	500	Multas e Juros de Penalidade - ICMS Comércio Atacadista	
1114501223	500	Multas e Juros de Penalidade - ICMS Comércio Varejista	
1114501227	500	Multas e Juros de Penalidade - ICMS Indústria	
1114501230	500	Multas e Juros de Penalidade - ICMS Pessoa Jurídica Não Cadastrada e Sociedade Civil	
1114501232	500	Multas e Juros de Penalidade - ICMS Transporte	
1114501302	500	Dívida Ativa - ICMS Comércio Atacadista	
1114501303	500	Dívida Ativa - ICMS Comércio Varejista	
1114501307	500	Dívida Ativa - ICMS Indústria	
1114501312	500	Dívida Ativa - ICMS Transporte	
1114501402	500	Multa e Juros de Mora da Dívida Ativa - ICMS Comércio Atacadista	
1114501403	500	Multa e Juros de Mora da Dívida Ativa - ICMS Comércio Varejista	
1114501407	500	Multa e Juros de Mora da Dívida Ativa - ICMS Indústria	
1114501412	500	Multa e Juros de Mora da Dívida Ativa - ICMS Transporte	
1114501422	500	Multa e Juros de Penalidade da Dívida Ativa - ICMS Comércio Atacadista	
1114501423	500	Multa e Juros de Penalidade da Dívida Ativa - ICMS Comércio Varejista	
1114501427	500	Multa e Juros de Penalidade da Dívida Ativa - ICMS Indústria	





ORÇAMENTO ANUAL 2025 - LEI
Demonstrativo Legislação das Receitas

Natureza de Receita	Ft.	Descrição	Legislação
1114502101	761	Adicional ICMS - FECOP - Principal	<p>Constituição Federal de 1988 (arts. 79 a 83 - ADCT); Emenda Constitucional Federal nº 31/2000 - Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, introduzindo artigos que criam o Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza;</p> <p>Lei Complementar Estadual nº 37/2003 - Institui o Fundo Estadual de Combate à Pobreza (FECOP), nos termos da Emenda Constitucional Federal nº 31, de 14 de dezembro de 2000, cria o Conselho Consultivo de Políticas de Inclusão Social, Extingue os fundos que indica e dá outras providências;</p> <p>Emenda Constitucional Federal nº 67/2010 - Prorroga, por tempo indeterminado, o prazo de vigência do Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza;</p> <p>Lei Complementar Estadual nº 63, de 04 de setembro de 2007 - Altera a Lei Complementar nº 37, de 26 de novembro de 2003;</p> <p>Lei Complementar Estadual nº 76, de 21 de maio de 2009 - Altera a Lei Complementar nº 37, de 26 de novembro de 2003;</p> <p>Lei Complementar Estadual nº 89/2010 - Altera dispositivos da Lei Complementar nº 37, de 26 de novembro de 2003, que institui o Fundo Estadual de Combate à Pobreza (FECOP) e dá outras providências;</p> <p>Lei Complementar Estadual nº 126/2013 - Acrescenta o §5º ao art. 1º da Lei Complementar nº 37, de 26 de novembro de 2003, que institui o Fundo Estadual de Combate à Pobreza (FECOP);</p> <p>Lei Complementar Estadual nº 148/2014 - Altera dispositivos da Lei Complementar nº 37, de 26 de novembro de 2003, que institui o Fundo Estadual de Combate à Pobreza (FECOP), nos termos da Emenda Constitucional Federal nº 31, de 14 de dezembro de 2000; Cria o Conselho Consultivo de Políticas de Inclusão Social; Extingue os fundos que indica;</p> <p>Lei Complementar Estadual nº 152/2015 - Altera dispositivos da Lei Complementar nº 37, de 26 de novembro de 2003, que institui o Fundo Estadual de Combate à Pobreza (FECOP);</p> <p>Lei Complementar Estadual nº 161, de 23 de março de 2016 - Altera a Lei Complementar nº 37, de 26 de novembro de 2003;</p> <p>Lei Complementar Estadual nº 166, de 14 de dezembro de 2016 - Altera a Lei Complementar nº 37, de 26 de novembro de 2003;</p> <p>Lei Complementar Estadual nº 195, de 06 de maio de 2019 - Altera a Lei Complementar nº 37, de 26 de novembro de 2003;</p> <p>Lei Ordinária Estadual nº 204, de 30 de agosto de 2019 - altera dispositivo da Lei Complementar nº 37, de 26 de novembro de 2003;</p> <p>Lei Complementar Estadual nº 217, de 07 de maio de 2020 - altera a Lei Complementar nº 37 de 26 de novembro de 2003;</p> <p>Lei Ordinária Estadual nº 14.859, de 28 de dezembro de 2010 - Estabelece o conceito de pobreza para os fins que indica;</p> <p>Decreto nº 29.910/2009 - Regulamenta a Lei Complementar Estadual, nº 37, de 26 de novembro de 2003, que institui o Fundo Estadual de Combate à</p>





ORÇAMENTO ANUAL 2025 - LEI
Demonstrativo Legislação das Receitas

Natureza de Receita	Ft.	Descrição	Legislação
1121010101 1121010117 1122010102 1122010106 1321050101 1331010101 1611010152 1911010104 1999991124	753 753 753 753 501 501 501 501 501	Taxa de Regulação do Serviço de Saneamento Básico Taxa de Regulação do Serviço de Transporte Rodoviário Taxa de Regulação de Serviços de Gás Canalizado Taxa pela Prestação de Serviços de Trânsito e Transporte Juros e Títulos de Renda Delegação para a Prestação dos Serviços de Transporte Rodoviário Serviço de Gestão Descentralizada de Energia Elétrica Multas Decorrentes da Operação do Transporte Rodoviário de Passageiros e Cargas Receita de Honorários de Advogados	Pobreza e dá outras providências; Decreto nº 31.860/2015 - Altera o Decreto nº 27.317, de 29 de dezembro de 2003, que estabelece procedimentos relativos ao cálculo e recolhimento do ICMS, destinado ao Fundo Estadual de Combate à Pobreza (FECOP); Decreto nº 31.894 - Estabelece procedimentos relativos ao cálculo e recolhimento do adicional do ICMS, destinado ao Fundo Estadual de Combate à Pobreza (FECOP); Decreto Estadual nº 33.256, de 28 de agosto de 2019 é Altera o Decreto nº 29.910, de 29 de setembro de 2009. Lei nº 12.786, de 30 de dezembro de 1997 - Institui a Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados do Estado do Ceará - ARCE e dá outras providências; Lei nº 12.820, de 26.06.98 - Altera a redação de artigos da Lei nº 12.786, de 30 de dezembro de 1997, e dá outras providências; Lei nº 13.321, de 07 de julho de 2003 - Altera a Lei nº 12.786, de 30 de dezembro de 1997 que Institui a Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados do Estado do Ceará - ARCE e dá outras providências; Lei nº 15.259, de 28 de dezembro de 2012 - Altera dispositivos da Lei nº 12.786, de 30 de dezembro de 1997; Lei nº 15.465, de 22 de novembro de 2013 - Altera dispositivos da Lei nº 12.786, de 30 de dezembro de 1997; Lei nº 16.960, 27 de agosto de 2019 - Altera a Lei nº 12.786, de 30 de dezembro de 1997 e a Lei nº 15.368, de 13 de junho de 2013; Lei nº 15.838, de 27.07.15 - Dispõe sobre a taxa de fiscalização e prestação de serviço público. Exerce o poder de direção, regulação e fiscalização sobre as atividades agropecuárias, nos termos da Lei nº 13.496, de 02/07/2004, Lei nº 14.144, de 25/06/2008, Lei nº 14.145, de 25/06/2008 e demais normas regulamentares e consensuais pertinentes - ADAGRI
1121010130 1121500101 1122010109 1122010124 1122010199 1321050101 1911010101	753 753 753 753 753 501 501	Taxa de Transporte Animal e Vegetal Taxa de Fiscalização de Vigilância Sanitária Taxas de Serviços Cadastrais Taxa de Concessão de Licenças Outras Taxas pela Prestação de Serviços Juros e Títulos de Renda Multas Previstas na Legislação Sanitária	





ORÇAMENTO ANUAL 2025 - LEI
Demonstrativo Legislação das Receitas

Natureza de Receita	Ft.	Descrição	Legislação
1121040101	753	Taxa Ambiental	Lei SNUC nº 9.985/2001 - Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III, e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências;
1121040103	753	Taxa de Licenciamento Ambiental	Decreto SNUC nº 4.340/2002 - Regulamenta artigos da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza - SNUC e dá outras providências;
1321050101	753	Juros e Títulos de Renda	Resolução CONAMA nº 371/2006 - Estabelece diretrizes aos órgãos ambientais para o cálculo, cobrança, aplicação, aprovação e controle de gastos de recursos advindos de compensação ambiental, conforme a Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza - SNUC e dá outras providências;
			Lei SEUC nº 14.950/2011 - Institui o Sistema Estadual de Unidades de Conservação do Ceará - SEUC e dá outras providências;
			Decreto SEUC nº 30.880/2012 - Regulamenta os arts. 3º e 19º da Lei nº 14.950, de 27 de junho de 2011, que dispõe sobre o Sistema Estadual de Unidades de Conservação do Ceará - SEUC e dá outras providências;
			Portaria CECA nº 366/2012 - Cria a Câmara Estadual de Compensação Ambiental no âmbito do Conselho de Políticas e Gestão do Meio Ambiente - CONPAM e da Superintendência Estadual do Meio Ambiente - SEMACE;
			Resolução Coema nº 11/2014 - Cria no âmbito do Estado do Ceará a metodologia de cálculo do grau de impacto ambiental para fixação do percentual de valorização da compensação ambiental;
			Decreto Nº 32.310/2017 - Altera o Decreto Estadual nº 30.880, de 16 de abril de 2012, que regulamenta os arts. 3º e 19º da Lei nº 14.950, de 27 de junho de 2011, que dispõe sobre o Sistema Estadual de Unidades de Conservação do Ceará - SEUC e dá outras providências;
			Regimento Interno da Câmara Estadual de Compensação Ambiental - CECA DOE/2018.
			Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 - Institui o Código de Trânsito Brasileiro (Art. 320)
1122010106	753	Taxa pela Prestação de Serviços de Trânsito e Transporte	Decreto nº 18.136, de 16 de setembro de 1986 que aprova o Estatuto da Universidade Regional do Cariri - URCA
1611010160	501	Serviço pelo Uso da Estrutura Arrecadatória	Lei Complementar nº 47, de 16 de julho de 2004 que institui o Fundo de Defesa Social do Estado do Ceará - FDS, Cria o Conselho de Defesa Social do Estado do Ceará, e dá outras providências.
1911010103	752	Multas Previstas na Legislação de Trânsito	Lei Complementar nº191, 13 de janeiro de 2019 que altera a Lei Complementar Nº47, De 16 de Julho De 2004, e Cria O Fundo de Segurança Pública e Defesa Social do Estado Do Ceará.
1122010111	599	Taxa de Serviços Educacionais	
1122010111	759	Taxa de Serviços Educacionais	
1122010120	759	Taxa pela Emissão de Documentos	
1719990105	713	Transferências de Recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública	
2419500104	713	Transferências de Recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública	





ORÇAMENTO ANUAL 2025 - LEI
Demonstrativo Legislação das Receitas

Natureza de Receita	Ft.	Descrição	Legislação
1122010111	599	Taxa de Serviços Educacionais	Decreto nº 27.828, de 04/07/2005, que dispõe sobre a aprovação do Estatuto da Fundação Universidade Estadual Vale do Acaraú - UVA
1611010154	599	Fornecimento de Refeições	
1611030104	599	Serviços de Expedição de Certificados	
1122010123	753	Editorial e Gráfica	Constituição Federal (art.145, inc.II) e art. 236); Lei nº 15.838/2015 - Dispõe sobre a Taxa de Fiscalização e Prestação de Serviço Público, e dá outras providências;
			Decreto nº31.859/2015 - Regulamenta a Lei nº 15.838, de 27 de julho de 2015, que dispõe sobre as Taxas de Fiscalização e Prestação de Serviços Públicos.
1122010125	659	Taxa de Serviços Hemoterápicos	Lei nº 12.192, de 25.10.93 - Dispõe sobre a criação do Fundo Estadual de Saúde - FUNDES e dá outras providências.
1122010137	759	Venda de Selos de Autenticidade	Lei nº 11.891, de 20/12/91 - Institui o Fundo de Reaparelhamento e Modernização do Poder Judiciário - FERMOJU e dá outras providências.
1122010198	759	Outros Emolumentos e Custas Extrajudiciais	
1122020101	759	Emolumentos e Custas Judiciais	
1311011101	759	Alugueis	
1321010126	759	Remuneração de Depósitos Bancários - Selos de Autenticidade	
1321050101	759	Juros e Títulos de Renda	
1611010107	759	Outros Serviços de Comunicação	
1611010116	759	Serviços Educacionais	
1611010199	759	Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal	
1911010305	759	Receita da Dívida Ativa de Custas Judiciais	
1911080101	759	Multas Decorrentes de Sentenças Judiciais	
1921900199	759	Outras Indenizações	
1922990199	759	Outras Receitas Eventuais	
1999991198	759	Spread sobre Rendimentos de Precatórios Judiciais	
1999993103	759	Spread sobre Rendimentos de Depósitos Judiciais	
1999993108	759	Spread sobre Rendimentos de Fianças Criminais	
1999993110	759	Alienação de Bens Móveis e Semeoventes	
2213010101	756		
1122010198	759	Outros Emolumentos e Custas Extrajudiciais	Lei Nº 15.912, de 11 de dezembro de 2015 - Institui o Fundo de Reaparelhamento e Modernização do Ministério Público do Estado do Ceará;
1122020101	759	Emolumentos e Custas Judiciais	Lei Nº 16.131, de 01 de novembro de 2016 - Destina parte da arrecadação dos emolumentos e custas judiciais e extrajudiciais ao FRMMP/CE.
1911090101	759	Multas e Juros Previstos em Contratos	





ORÇAMENTO ANUAL 2025 - LEI
Demonstrativo Legislação das Receitas

Natureza de Receita	Ft.	Descrição	Legislação
1122020101	759	Emolumentos e Custas Judiciais	
1311011101	759	Aluguéis	Lei nº15.145, de 04 de maio de 2012 - Cria o Fundo Estadual de Segurança dos Magistrados - FUNSEG e dá outras providências
1321050101	759	Juros e Títulos de Renda	
1999993103	759	Spread sobre Rendimentos de Precatórios Judiciais	
1122020101	759	Emolumentos e Custas Judiciais	Lei Estadual nº 16.273, de 20/06/2017 - Institui o Fundo Especial de Custeio das Despesas com Diligências dos Oficiais de Justiça - FECDOJ.
1321050101	759	Juros e Títulos de Renda	
1122020101	759	Emolumentos e Custas Judiciais	Lei nº 13.180, de 26 de dezembro de 2001 - Dispõe sobre a criação do Fundo de Apoio e Aparelhamento da Defensoria Pública Geral do Estado do Ceará - FAADEP e dá outras providências
1321050101	759	Juros e Títulos de Renda	
1999122101	759	Ônus de Sucumbência	
1215011101	801	Contribuição do Servidor Ativo Assembleia	Lei Complementar nº 167/201: Altera dispositivos do art. 5º da Lei Complementar nº 12, de 23 de Junho de 1999, com a redação conferida pela Lei Complementar Estadual nº 159, de 14 de Janeiro de 2016. ;
1215011102	801	Contribuição do Servidor Ativo - TCE	Lei Complementar nº 159/2016: Altera as Leis Complementares nº 12, de 23 de junho de 1999, nº 21, de 29 de junho de 2000, nº 38, de 31 de dezembro de 2003, e nºs 92 e 93, de 25 de janeiro de 2011, e a Lei nº 9.826, de 14 de maio de 1974. ;
1215011103	801	Contribuição do Servidor Ativo - TJ	Lei Complementar nº 12/1999: Dispõe sobre a instituição do Sistema Único de Previdência Social dos Servidores Públicos Civis e Militares, dos Agentes Públicos e dos Membros de Poder do Estado do Ceará - SUPSEC e da respectiva contribuição previdenciária, extingue os benefícios os benefícios previdenciários e de montepígio que indica e dá outras providências.
1215011104	801	Contribuição do Servidor Ativo - PGJ	Lei Complementar N.º 123, de 16.09.13 - Dispõe sobre o equacionamento do déficit atuarial do Sistema Único de Previdência Social dos Servidores Públicos Civis e Militares, dos agentes públicos e dos membros de poder do Estado do Ceará SUPSEC, e institui o Regime de Previdência Complementar do Estado do Ceará..
1215011105	801	Contribuição do Servidor Ativo Civil Poder Executivo	
1215011106	801	Contribuição do Servidor Ativo - Defensoria Pública	
1215012105	801	Contribuição do Servidor Inativo Civil Poder Executivo	
1215013105	801	Contribuição dos Pensionistas Civis - Poder Executivo	
7215021106	801	Contribuição Patronal da Assembleia Legislativa	
7215021107	801	Contribuição Patronal do TCE	
7215021108	801	Contribuição Patronal do Tribunal de Justiça	
7215021109	801	Contribuição Patronal da Procuradoria Geral de Justiça	
7215021110	801	Contribuição Patronal do Poder Executivo Civil	
7215021111	801	Contribuição Patronal da Defensoria Pública	





ORÇAMENTO ANUAL 2025 - LEI
Demonstrativo Legislação das Receitas

Natureza de Receita	Ft.	Descrição	Legislação
1215011109	804	Contribuição dos Deputados para o FPP - Obrigatórios	Lei Complementar nº 13, de 20.07.99 (DO 20.07.99) - Dispõe sobre a Instituição do Sistema de Previdência Parlamentar dos Deputados e Ex-deputados Estaduais do Ceará e adota outras providências;
1215011110	804	Contribuição dos Deputados para o FPP - Facultativos	Lei Complementar nº 32, de 30.12.02 (DO 31.12.02). - Altera dispositivos da LC 13/1999
1215012108	804	Contribuição do Segurado Inativo do FPP	
1215013107	804	Contribuição dos Pensionistas para o FPP	
1215021103	804	Contribuição Patronal - Cessão/Autopatrocínio	
1215021104	804	Contribuição Patronal de Exercícios Anteriores - Cessão/Autopatrocínio	
1321040101	804	Remuneração dos Recursos do Regime Próprio de Previdência Social - RPPS - Renda Fixa	
1641010199	804	Outros Serviços Financeiros	
1911010298	804	Outras Multas e Juros de Mora	
7215021101	804	Contribuição Patronal para o FPP	
1215521101	803	Contribuição para o SPSM do Militar Ativo	Lei Complementar nº 167/2001: Altera dispositivos do art. 5º da Lei Complementar nº 12, de 23 de Junho de 1999, com a redação conferida pela Lei Complementar Estadual nº 159, de 14 de Janeiro de 2016. ;
7215531101	803	Contribuição Patronal - Militar Ativo	Lei Complementar nº 159/2016: Altera as Leis Complementares nº 12, de 23 de junho de 1999, nº 21, de 29 de junho de 2000, nº 38, de 31 de dezembro de 2003, e nºs 92 e 93, de 25 de janeiro de 2011, e a Lei nº 9.826, de 14 de maio de 1974.;
			Lei Complementar nº 12/1999: Dispõe sobre a instituição do Sistema Único de Previdência Social dos Servidores Públicos Civis e Militares, dos Agentes Públicos e dos Membros de Poder do Estado do Ceará - SUPSEC e da respectiva contribuição previdenciária, extingue os benefícios previdenciários e de montepíejo que indica e dá outras providências.
			Lei Complementar N.º 123, de 16.09.13 - Dispõe sobre o equacionamento do déficit atuarial do Sistema Único de Previdência Social dos Servidores Públicos Civis e Militares, dos agentes públicos e dos membros de poder do Estado do Ceará SUPSEC, e institui o Regime de Previdência Complementar do Estado do Ceará..
			Lei nº 9.557 - Instituição da Companhia de Habitação do Ceará
1311011101	501	Aluguéis	
1311901199	501	Outras Receitas Imobiliárias	Lei Complementar Estadual nº. 36, de 06/08/2003 - Institui o Fundo de Desenvolvimento do Esporte e Juventude (alterada pela Lei Complementar nº. 42, de maio 2004, com estrutura organizacional e competências regulamentadas pelo Decreto Estadual nº. 27.466 de 07 de junho de 2004) - FUNDEJ
1321050101	501	Juros e Títulos de Renda	
1611010114	501	Outros Serviços Administrativos	
1311011101	759	Aluguéis	
133990101	759	Receita da Loteria Estadual	
171990102	759	Transferências Oriundas da Lei Pelé	





ORÇAMENTO ANUAL 2025 - LEI
Demonstrativo Legislação das Receitas

Natureza de Receita	Ft.	Descrição	Legislação
1311020104	501	Permissão de Uso de Faixa de Domínio	Lei nº 16.880, de 22/05/2019 que dispõe sobre a criação da Superintendência de Obras Públicas mediante a fusão do Departamento de Arquitetura e Engenharia e do Departamento Estadual de Rodovias.
1321010128	799	Remuneração de Depósitos Bancários - FDI	Lei Complementar nº 50, de 30 de dezembro de 2004 - Institui o Fundo de Inovação Tecnológica do Estado do Ceará - FIT e dá outras providências;
1321050101	704	Juros e Títulos de Renda	Lei Complementar nº 129, de 22 de novembro de 2013 - Dispõe sobre o Fundo Inovação Tecnológica do Estado do Ceará - FIT;
199993102	799	Participação nos Encargos do FDI - Diferido	Lei nº 10.367, de 07/12/79 - Cria o Fundo de Desenvolvimento Industrial do Ceará - FDI e dá outras providências.
1321050101	704	Juros e Títulos de Renda	Regulamenta a Lei nº 10.367, de 7 de dezembro de 1979, que dispõe acerca do Fundo de Desenvolvimento Industrial do Ceará (FDI), e dá outras providências.
1322010101	501	Dividendos	Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976.
1611010107	501	Outros Serviços de Comunicação	Decreto Estadual nº 31.225, de 11 de junho de 2013 - Aprova o Estatuto e Dispõe sobre a Distribuição e a Denominação dos Cargos de Provimento em Comissão da Empresa de Tecnologia da Informação do Ceará (ETICE)
1611040111	501	Serviços em Nuvem	
1611040113	501	VOIP	
1611010125	759	Equipamentos Turísticos - Centro de Eventos	Lei complementar nº 207, 14.11.19 (D.O. 19.11.19). Altera dispositivos da Lei complementar nº 158 de janeiro de 2016, que cria o Fundo Estadual de Desenvolvimento do Turismo do Ceará.
1611010154	599	Fornecimento de Refeições	Lei nº 10.262, de 18 de maio de 1979 - Fundação Universidade Estadual do Ceará - FUNECE
1611020101	599	Inscrição em Concursos e Processos Seletivos	
1611010156	669	Venda de Produtos Consignáveis	Lei nº 10.606, de 03 de dezembro de 1981. Cria o Fundo Especial para o Desenvolvimento da Produção Comercialização do Artesanato Cearense - FUNDART; alterado pelas Leis nº 10.639, de 22 de abril de 1982, nº 10.727, de 21 de outubro de 1982, nº 12.523, de 15 de dezembro de 1995, nº 13.297, de 07 de março de 2003 e nº 13.875, de 07 de fevereiro de 2007.
1611010167	501	Serviços de Consultoria, Assistência Técnica e Análise de Projetos - Aplicações Vinculadas a Atividades de Pesquisa e Desenvolvimento	Lei Nº 10.029, de 06 de julho de 1976, cria a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Ceará - EMATERCE.
1611010170	501	Serviços de Coleta, Transporte, Tratamento e Destino Final de Esgotos	Lei nº 9.499, de 20.07.71 (DO 22.07.71) que dispõe sobre a criação da Companhia de Água e Esgoto do Ceará - CAGECE - e dá outras providências.



**ORÇAMENTO ANUAL 2025 - LEI
Demonstrativo Legislação das Receitas**

Natureza de Receita	Ft.	Descrição	Legislação
1611010177	501	Tarifa pelo Uso de Recursos Hídricos	Lei nº 9.618 (D.O. 26/09/72) que dispõe sobre a criação da Funceme, sob a denominação Fundação Cearense de Meteorologia e Chuvas Artificiais com personalidade jurídica de direito privado vinculada à Secretaria de Agricultura e Abastecimento. Na época seus objetivos eram muito limitados, pois ela se destinava preponderantemente à produção de chuvas artificiais e estudos de meteorologia aplicada no Estado do Ceará.
1611010177	501	Tarifa pelo Uso de Recursos Hídricos	Lei nº 11.380, de 15.12.87 - Cria a Superintendência de Obras Hidráulicas, define a sua estrutura básica e dá outras providências.
1611010178	759	Tarifa sobre Serviços de Abastecimento de Água e de Esgotamento Sanitário	Lei Complementar nº 162, de 20.06.16 (D.O. 22.06.16) que institui a Política Estadual de Abastecimento de Água e de Esgotamento Sanitário no Estado do Ceará, institui o Sistema Estadual de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário, o Sistema Estadual de Informações em Saneamento, e cria o Fundo Estadual de Saneamento.
1611010199	501	Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal	Lei 13.960, de 04 de setembro de 2007 - Autoriza o Poder Executivo a constituir a Agência de Desenvolvimento do Estado do Ceará S.A. ADECE; alterada pelas Leis Nº 15.010, de 04 de outubro de 2011; Nº 15.119, de 27 de fevereiro de 2012; Nº 16.230, 27 de abril de 2011.
1611010199	659	Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal	Lei nº 12.140, DE 22.07.93 - Dispõe sobre a Criação de Escola de Saúde Pública do Ceará - ESP/CE e dá outras providências
1611020101	659	Inscrição em Concursos e Processos Seletivos	
1611010199	501	Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal	Lei 12.010, de 05 de outubro de 1992 que autoriza a criação da Companhia de Gás do Ceará (CEGÁS)
1611030107	501	Serviços de Registro do Comércio	Decreto nº 6.384, de 30 de novembro de 1876 - Organiza as Juntas e Inspetorias Comerciais e regula o exercício das respectivas funções. Decreto nº 29.479 , de 29 de setembro de 2008 - Dispõe sobre o Regimento Interno da Junta Comercial do Estado do Ceará (JUCEC). Lei nº 9.781 de 29 de novembro de 1973 - a Junta Comercial foi transformada em Autarquia Estadual, ficando vinculada tecnicamente e normativamente ao então Departamento Nacional de Registro do Comércio (DNRC), e administrativamente ao Governo do Estado do Ceará.
1611040103	501	Serviços Tecnológicos	Decreto nº 13.017 de 12 de dezembro de 1978 - Institui a Fundação Núcleo de Tecnologia Industrial do Ceará - NUTEC
1621020102	501	Serviços de Transporte Ferroviário	Lei nº 12.652 de 2 de maio de 1997, publicada no Diário Oficial do Estado do Ceará em 8 de maio de 1997, que cria a Companhia Cearense de Transportes Metropolitanos (Metrofor)
2414540101	700	Transferências de Convênios da União destinadas a Programas de Infra-Estrutura em Transporte	
1621030101	501	Serviços Portuários	Lei n.º 12.536 /95, de 22 de dezembro de 1995, do Governo do Estado do Ceará, que sanciona a CPP
1631990101	759	Contribuição Mensal - Saúde Suplementar	Lei Nº16.530, 02 de abril de 2018 - Dispõe sobre a Reorganização do Instituto de Saúde dos Servidores do Estado do Ceará e do Fundo de Assistência à Saúde dos Servidores do Estado do Ceará





ORÇAMENTO ANUAL 2025 - LEI
Demonstrativo Legislação das Receitas

Natureza de Receita	Ft.	Descrição	Legislação
1711500101	500	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal	<p>Constituição Federal (art.159, I, alínea a e art. 34, § 2º itens I e II da ADCT);</p> <p>Lei Federal nº 5.172/1966 - Código Tributário Nacional (art. 86 a 90);</p> <p>Lei Federal nº 7.713/1988 - Altera a legislação do imposto de renda e dá outras providências; Lei Complementar nº 62/1989 - Estabelece normas sobre o cálculo, a entrega e o controle das liberações dos recursos dos Fundos de Participação e dá outras providências;</p> <p>Lei Federal nº 9.250/1995 - Altera a legislação do imposto de renda das pessoas físicas e dá outras providências;</p> <p>Lei Complementar nº 91/1997 - Dispõe sobre a fixação dos coeficientes do Fundo de Participação dos Municípios;</p> <p>Lei Complementar nº 143/2013 - Altera a Lei Complementar nº 62, de 28 de dezembro de 1989, a Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 (Código Tributário Nacional), e a Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992 (Lei Orgânica do Tribunal de Contas da União), para dispor sobre os critérios de rateio do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal (FPE); e revoga dispositivos da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966.</p> <p>Decisão Normativa TCU nº 167 - Aprova os coeficientes individuais de participação dos Estados e do Distrito Federal nos recursos previstos nº art. 159, inciso II, da Constituição Federal, para aplicação no exercício de 2019.</p> <p>Constituição Federal (art. 159, II, § 3º);</p> <p>Lei Complementar nº 61/1989 - Estabelece normas para a participação dos Estados e do Distrito Federal no produto da arrecadação do Imposto sobre Produtos Industrializados, relativamente às exportações;</p> <p>Lei Complementar nº 65/1991 - Define, na forma da alínea a do inciso X do art. 155 da Constituição, os produtos semi-elaborados que podem ser tributados pelos Estados e Distrito Federal, quando de sua exportação para o exterior;</p>
1711530101	500	Cota-Parte do Imposto Sobre Produtos Industrializados Estados Exportadores de Produtos Industrializados	





ORÇAMENTO ANUAL 2025 - LEI
Demonstrativo Legislação das Receitas

Natureza de Receita	Ft.	Descrição	Legislação
1711540101	750	Cota-Parte da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico	<p>Lei Federal nº 10.636/2002 - Dispõe sobre a aplicação dos recursos originários da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (CIDE), incidente sobre a importação e a comercialização de petróleo e seus derivados, gás natural e seus derivados, álcool etílico combustível, atendendo o disposto no § 2º do art. 1º da Lei nº 10.336, de 19 de dezembro de 2001, que cria o Fundo Nacional de Infraestrutura de Transportes (FNIT) e dá outras providências;</p> <p>Emenda Constitucional nº 42/2003 - Altera o Sistema Tributário Nacional e dá outras providências (CIDE);</p> <p>Lei Federal nº 10.866/2004 - Acresce os arts. 1º-A e 1º-B à Lei nº 10.336, de 19 de dezembro de 2001, com o objetivo de regulamentar a partilha com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios da arrecadação da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico incidente sobre a importação e a comercialização de petróleo e seus derivados, gás natural e seus derivados, e álcool etílico combustível - CIDE, e dá outras providências;</p> <p>Emenda Constitucional nº 44/2004 - Altera o Sistema Tributário Nacional (CIDE).</p> <p>Decisão Normativa TCU nº 166 - Aprova, para o exercício de 2018, os percentuais individuais de participação dos Estados, do Distrito Federal, e dos Municípios brasileiros nos recursos previstos no art. 159, inciso III e § 4º, da Constituição de 1988 (Combustíveis).</p> <p>Constituição Federal (Art.149) - Institui a contribuição de intervenção sobre o domínio econômico - CIDE;</p> <p>Emenda Constitucional nº 44, de 30 de junho de 2004 - Altera o Sistema Tributário Nacional e dá outras providências.</p>
1711540101	750	Cota-Parte da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico	<p>Decreto-Lei nº 343/1967 - Altera a legislação do Imposto Único sobre lubrificantes e combustíveis líquidos e gasosos, e dá outras providências;</p> <p>Lei Federal nº 7.453/1985 - Modifica o artigo 27 e seus parágrafos da Lei nº 2.004, de 3 de outubro de 1953, alterada pela Lei nº 3.257, de 2 de setembro de 1957, que "dispõe sobre a Política Nacional do Petróleo e define as atribuições do Conselho Nacional do Petróleo, institui a Sociedade por Ações Petróleo Brasileiro Sociedade Anônima e dá outras providências";</p> <p>Lei Federal nº 7.525/1986 - Estabelece normas complementares para a execução do disposto no art. 27 da Lei nº 2.004, de 3 de outubro de 1953, com a redação da Lei nº 7.453, de 27 de dezembro de 1985, e dá outras providências.</p> <p>Decreto Federal nº 1/1991 - Regulamenta o pagamento da compensação financeira instituída pela Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989, e dá outras providências.</p>
1712521101	704	Cota-partes Royalties Compensação Financeira pela Produção de Petróleo Lei nº 7.990/89	
1712522101	704	Cota-partes Royalties pelo Excedente da Produção do Petróleo Lei nº 9.478/97, artigo 49, I e II	
1712524101	704	Cota-Parte do Fundo Especial do Petróleo FEP	



FSC
www.fsc.org
MISTO
Papel produzido
a partir de fontes
responsáveis
FSC® C126031



ORÇAMENTO ANUAL 2025 - LEI
Demonstrativo Legislação das Receitas

Natureza de Receita	Ft.	Descrição	Legislação
1713501110	600	Atenção Primária - Outros Programas Financ por Transf Fundo a Fundo	Portaria nº 204/2007 - Regulamenta o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde, na forma de blocos de financiamento, com o respectivo monitoramento e controle.
1713502102	600	MAC TF - SAMU - Serviço de Atendimento Móvel de Urgência	
1713502106	600	MAC TF - Outros Programas Financ por Transf Fundo a Fundo	
1713502114	600	MAC FAEC - Transplantes - Outros	
1713503199	600	V SAÚDE - Outros Programas Financ por Transf Fundo a Fundo (6)	
1713504101	600	A FARM - Componente Básico da Assistência Farmacêutica	
1713504103	600	A FARM - Componente Medicamentos de Dispensação Excepcional	
1717500101	631	Transferências de Convênios da União para o Sistema Único de Saúde SUS	
2411512101	601	Transferências de Recursos do SUS - Atenção Especializada	
2414500101	631	Transferências de Convênio da União para o Sistema Único de Saúde SUS	
1713501110	600	Atenção Primária - Outros Programas Financ por Transf Fundo a Fundo	Lei nº 8.142/1990 - Dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde - SUS e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências
1713502102	600	MAC TF - SAMU - Serviço de Atendimento Móvel de Urgência	
1713502106	600	MAC TF - Outros Programas Financ por Transf Fundo a Fundo	
1713502114	600	MAC FAEC - Transplantes - Outros	
1713503199	600	V SAÚDE - Outros Programas Financ por Transf Fundo a Fundo (6)	
1713504101	600	A FARM - Componente Básico da Assistência Farmacêutica	
1713504103	600	A FARM - Componente Medicamentos de Dispensação Excepcional	
1717500101	631	Transferências de Convênios da União para o Sistema Único de Saúde SUS	
2411512101	601	Transferências de Recursos do SUS - Atenção Especializada	
2414500101	631	Transferências de Convênio da União para o Sistema Único de Saúde SUS	
1713501110	600	Atenção Primária - Outros Programas Financ por Transf Fundo a Fundo	Portaria Interministerial nº 1, de 2 de janeiro de 2014 - Institui a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde das Pessoas Privadas de Liberdade no Sistema Prisional (PNAISP), no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).
1713502102	600	MAC TF - SAMU - Serviço de Atendimento Móvel de Urgência	
1713502106	600	MAC TF - Outros Programas Financ por Transf Fundo a Fundo	
1713502114	600	MAC FAEC - Transplantes - Outros	
1713503199	600	V SAÚDE - Outros Programas Financ por Transf Fundo a Fundo (6)	
1713504101	600	A FARM - Componente Básico da Assistência Farmacêutica	
1713504103	600	A FARM - Componente Medicamentos de Dispensação Excepcional	
1717500101	631	Transferências de Convênios da União para o Sistema Único de Saúde SUS	
2411512101	601	Transferências de Recursos do SUS - Atenção Especializada	
2414500101	631	Transferências de Convênio da União para o Sistema Único de Saúde SUS	





**ORÇAMENTO ANUAL 2025 - LEI
Demonstrativo Legislação das Receitas**

Natureza de Receita	Ft.	Descrição	Legislação
1714500101	550	Transferências do Salário-Educação	Constituição Federal (art. 212 § 5º); Lei Federal nº 9.424/1996 - Dispõe sobre o Fundo de Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério, na forma prevista no art. 60, §7, do Ato das Disposições Transitorias e dá outras providências; Lei Federal nº 9.766/1993 - Altera a Legislação que rege o Salário Educação (Lei nº 9.424/96); Decreto Federal nº 6.003/2006 - Regulamenta a arrecadação, a fiscalização e a cobrança da Contribuição Social do Salário Educação, a que se referem o art. 212, § 5º, da CF, e as Leis nº 9.424, de 24.12.96, e nº 9766, de 18.12.98 e dá outras providências; Decreto-Lei nº 1422/1975 - Dispõe sobre o Salário Educação.
1714520101	552	Transferências Diretas do FNDE referentes ao Programa Nacional de Alimentação Escolar PNAE	Lei Federal nº 11.947/2009 - Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro na Escola aos alunos da educação básica; altera as Leis nos 10.880 de 09.06.04, 11.273 de 06.02.06, 11.507 de 20.07.07 revoga dispositivos da medida provisória nº 2.178-36 de 24.08.01, a Lei nº 8.913 de 12.07.94; e dá outras providências (art. 4º).
1714530101	553	Transferências Diretas do FNDE referentes ao Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar PNATE	Lei Federal nº 10.880/2004 - Institui o Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar - PNATE e o Programa de Apoio aos Sistemas de Ensino para Atendimento à Educação de Jovens e Adultos, dispõe sobre o repasse de recursos financeiros do Programa Brasil Alfabetizado, altera ao art. 4º da Lei nº 9.424 de 24.12.96 e dá outras providências.
1714990101	569	Outras Transferências Diretas do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação FNDE	Lei nº 12.531/1995 - Cria o Conselho Estadual de Assistência Social - CEAS e o Fundo Estadual de Assistência Social - FEAS e dá outras providências.
1716500101	660	Transferências de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social FNAS	Lei nº 13.204, de 2015 - Estabelece o regime jurídico das parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco, mediante a execução de atividades ou de projetos previamente estabelecidos em planos de trabalho inseridos em termos de colaboração, em termos de fomento ou em acordos de cooperação; define diretrizes para a política de fomento, de colaboração e de cooperação com organizações da sociedade civil; e altera as Leis nºs 8.429, de 2 de junho de 1992, e 9.790, de 23 de março de 1999.
			Decreto nº 8.726/2016 - Regulamenta a Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014, para dispor sobre regras e procedimentos do regime jurídico das parcerias celebradas entre a administração pública federal e as organizações da sociedade civil.
1717990101 2414990101	700 700	Outras Transferências de Convênios da União Outras Transferências de Convênios da União	Lei Estadual nº 16.200, de 23/02/2017 - Institui, no âmbito da Secretaria da Justiça e Cidadania, o Fundo Penitenciário do Estado do Ceará - FUNPEN/CE.
1719530101 2419500102	712 712	Transferência de Recursos do Fundo Penitenciário Nacional - Fupen Transferências do Fundo Penitenciário Nacional - FUPEN	Lei Complementar nº 88, de 09 de março de 2010, que cria o Fundo de Defesa Civil do Estado do Ceará - FDCC.
1719990101	759	Transferências ao Fundo de Defesa Civil	





ORÇAMENTO ANUAL 2025 - LEI
Demonstrativo Legislação das Receitas

Natureza de Receita	Ft.	Descrição	Legislação
1741990101	759	Transferências de Instituições Privadas	Lei nº 13.811, de 16 de agosto de 2006 - Instituto o Fundo Estadual de Cultura.
1751500101	540	Transferências de Recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação FUNDEB	Lei nº 11.494, de 20 de Junho de 2007 - Regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB, de que trata o art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias; altera a Lei no 10.195, de 14 de fevereiro de 2001; revoga dispositivos das Leis nos 9.424, de 24 de dezembro de 1996, 10.880, de 9 de junho de 2004, e 10.845, de 5 de março de 2004; e dá outras providências.
1751500101	540	Transferências de Recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação FUNDEB	Constituição Federal (art. 212 e art. 60 do ADCT) - Fundeb; Emenda Constitucional nº 53/2006 - Dá nova redação aos artigos de nos 7, 23, 30, 206, 208, 211, 212 da Constituição Federal e ao art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias;
1911090101	759	Receita da Dívida Ativa - Multas do DECON	Medida Provisória nº 339/2006- Regulamenta o art. 60 do ADCT; Disposições constitucionais Transitórias e dá outras providências;
1911090101	759	Multas e Juros Previstos em Contratos	Portaria MEC nº 48/2007 - Estabelece os procedimentos contábeis para registro dos recursos destinados ao Fundeb;
1911090101	759	Multas e Juros Previstos em Contratos	Resolução MEC nº 1/2007 - Especifica as ponderações aplicáveis à distribuição proporcional dos recursos advindos do Fundeb;
1911090101	759	Multas e Juros Previstos em Contratos	Portaria MEC nº 43/2008 - Trata da distribuição proporcional dos recursos do Fundeb, quanto às matrículas públicas presenciais de educação básica;
1911090101	759	Multas e Juros Previstos em Contratos	Lei Federal nº 11.494/2007 - Regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - Fundeb, de que trata o art. 60 do ADCT; altera a lei nº 10.195, de 14.02.01;
1911090101	759	Multas e Juros Previstos em Contratos	Decreto Federal nº 6.253/2007 - Dispõe sobre o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - Fundeb, regulamenta a Lei nº 11.494 de 20.06.07 e dá outras providências.
1911090101	759	Multas e Juros Previstos em Contratos	LC nº 46, de 15 de julho de 2004 - Cria o Fundo de Defesa dos Direitos difusos do Estado do Ceará - FDD
1911090101	759	Multas e Juros Previstos em Contratos	Lei nº 16.192, 28 de dezembro de 2016. Para financiamento das ações e medidas de que trata o art. 1º desta Lei, viabilizando, dentre outras coisas, a contratação de pessoal especializado e a aquisição dos meios materiais necessários às atividades do Programa Estadual de Fortalecimento ao Controle Administrativo, fica instituído o Fundo Estadual de Fortalecimento ao Controle Administrativo.
1911090101	759	Multas e Juros Previstos em Contratos	Lei N.º 16.192, de 28.12.16 (DO, 13.01.17), cria, no âmbito do Poder Executivo, o Programa Estadual de Fortalecimento ao Controle Administrativo e institui o Fundo Estadual de Fortalecimento ao Controle Administrativo. - FEFFCA
1911090101	759	Multas e Juros Previstos em Contratos	
1911090101	759	Multas e Juros Previstos em Contratos	



ORÇAMENTO ANUAL 2025 - LEI
Demonstrativo Legislação das Receitas

Natureza de Receita	Ft.	Descrição	Legislação
1911090101	759	Multas e Juros Previstos em Contratos	Lei nº16.192, 28 de dezembro de 2016 - Cria, no âmbito do Poder Executivo, o Programa Estadual de Fortalecimento ao Controle Administrativo e institui o Fundo Estadual de Fortalecimento ao Controle Administrativo
1911090199	759	Outras Multas Contratuais	
1999991104	759	Receita sobre Programa de Sementes	Lei Complementar Estadual nº 66, de 07/01/08 , alterada pela Lei Complementar nº 102, de 21/09/11 que institui o Fundo Estadual de Desenvolvimento da Agricultura Familiar - FEDAF.
1999991114	669	Doações em Dinheiro	Lei nº 12.183, DE 05.10.93 - Dispõe sobre a Criação do Fundo Estadual para a Criança e o Adolescente e dá outras providências
1999993102	799	Participação nos Encargos do FDI - Diferido	Decreto Estadual nº 32.438, de 08 de dezembro de 2017. Regulamenta a Lei nº 10.367, de 07 de dezembro de 1979, que dispõe acerca do Fundo de Desenvolvimento Industrial (FDI) e dá outras providências
2119990103	754	Operações de Crédito Internas para Programas de Transportes	Leis Estaduais nº 14.623/2010: Autoriza o Poder Executivo a contratar financiamento junto à Caixa Econômica Federal - CAIXA, e a oferecer garantias; nº 16.008/2016: Autoriza o Poder Executivo a contratar financiamento junto à Caixa Econômica Federal; nº 15.432/2013: Autoriza o Poder Executivo a contratar financiamento junto a instituição financeira e dá outras providências e Lei nº 15.132/2012: Autoriza o Poder Executivo a contratar financiamento junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, e dá outras providências, alterada pela Lei nº 15.409/2013.
2119990109	754	Operações de Crédito Internas - CEF/CPAC - MARANGUAPINHO	Lei Estadual nº 15.324/2013: Autoriza o Poder Executivo a contratar financiamento junto à Caixa Econômica Federal - CAIXA, e a oferecer garantias.
2119990109	754	Operações de Crédito Internas - CEF/CPAC - MARANGUAPINHO	Leis Estaduais nº 14.369/2009: Autoriza o Poder Executivo a contratar financiamento junto à Caixa Econômica Federal - CAIXA, e a oferecer garantias. e nº 14.562/2009: Autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito junto à Caixa Econômica Federal - CAIXA, e a oferecer garantias.
2122510101	634	Operações de Crédito Externas para Programas de Saúde	Lei Estadual nº 15.881/2015: Autoriza o Poder Executivo a contratar financiamento junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, no âmbito do Programa de Expansão e Melhoria da Assistência Especializada à Saúde no Estado do Ceará - PROEXMAES II.
2122520101	754	Operações de Crédito Externas para Programas de Saneamento	Lei Estadual nº 13.946/2007: Autoriza o Poder Executivo a contratar financiamento junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, e dá outras providências.
2129990102	754	Operações de Crédito Externas para Programas de Infraestrutura	Lei nº. 16.545/2018: Autoriza o Poder Executivo a contratar empréstimo junto ao Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD.
2129990109	754	Operações de Crédito Externas - IPFCeará	Lei nº. 14.242: Autoriza o Poder Executivo a contratar empréstimo junto ao Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD, e dá outras providências.
2122520101	754	Operações de Crédito Externas para Programas de Saneamento	Lei nº. 16.456, de 19.12.17 - Autoriza o Poder Executivo a contratar financiamento junto ao KfW Entwicklungsbank - KfW.
2122540101	754	Operações de Crédito Externas para Programas de Modernização da Administração Pública	Lei nº. 16.383/2017: Autoriza o Poder Executivo a contratar financiamento junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID.
2129990102	754	Operações de Crédito Externas para Programas de Infraestrutura	Lei nº. 15.227, de 08.11.12 - Autoriza o Poder Executivo a contratar financiamento junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID.
2129990199	754	Outras Operações de Crédito Externas - Contratuais	Lei nº. 15.595, DE 16.05.14 - Autoriza o Poder Executivo a contratar financiamento junto ao MLW Intermed Handels - UND Consultinggesellschaft Für Erzeugnisse Und Ausrüstungen Des Gesundheits Und Bildungswesens Mbh - MLW INTERMED.
2129990199	754	Outras Operações de Crédito Externas - Contratuais	Lei Estadual nº 15.612/2014: Autoriza o Poder Executivo a contratar financiamento junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, alterada pela Lei nº 15.697/2014: Altera os arts. 1º e 2º da Lei 15.612, de 29 de maio de 2014, que autoriza o Poder Executivo a contratar financiamento junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID.
2129990199	754	Outras Operações de Crédito Externas - Contratuais	Recomendação COFEX nº 19, de 8 de julho de 2020 .
7611010176	802	Taxa de Administração	Lei Complementar nº 184, DE 21.11.18 - Cria a Fundação de Previdência Social do Estado do Ceará CEARAPREV.



Continua...